

Lidiane Álvares Mendes

# NA ESTEIRA DA LONJURA

Colônia de Alienados  
Eduardo Ribeiro,  
Manaus, AM  
• 1894-1930 •



Lidiane Álvares Mendes

# NA ESTEIRA DA LONJURA

Colônia de Alienados  
Eduardo Ribeiro,  
Manaus, AM  
• 1894-1930 •

São Paulo | 2021 |



Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2021 a autora.

Copyright da edição © 2021 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

## CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

### Doutores e Doutoradas

Airton Carlos Batistela

*Universidade Católica do Paraná, Brasil*

Alaim Souza Neto

*Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil*

Alessandra Regina Müller Germani

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Alexandre Antonio Timbane

*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Alexandre Silva Santos Filho

*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Aline Daiane Nunes Mascarenhas

*Universidade Estadual da Bahia, Brasil*

Aline Pires de Moraes

*Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil*

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Ana Carolina Machado Ferrari

*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Andre Luiz Alvarenga de Souza

*Emill Brunner World University, Estados Unidos*

Andreza Regina Lopes da Silva

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

*Universidade Católica de Pernambuco, Brasil*

Arthur Vianna Ferreira

*Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Bárbara Amaral da Silva

*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Beatriz Braga Bezerra

*Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil*

Bernadette Beber

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Breno de Oliveira Ferreira

*Universidade Federal do Amazonas, Brasil*

Carla Wanessa Caffagni

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Carlos Adriano Martins

*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Caroline Chioquetta Lorenset

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Cláudia Samuel Kessler

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Daniel Nascimento e Silva

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Daniela Susana Segre Guertzenstein

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Danielle Aparecida Nascimento dos Santos

*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Delton Aparecido Felipe

*Universidade Estadual de Maringá, Brasil*

Dorama de Miranda Carvalho

*Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil*

Doris Roncareli

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Edson da Silva

*Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil*

Elena Maria Mallmann

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Emanuel Cesar Pires Assis

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*



- Erika Viviane Costa Vieira  
*Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil*
- Everly Pegoraro  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*
- Fábio Santos de Andrade  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*
- Fauston Negreiros  
*Universidade Federal do Ceará, Brasil*
- Felipe Henrique Monteiro Oliveira  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*
- Fernando Barcellos Razuck  
*Universidade de Brasília, Brasil*
- Francisca de Assiz Carvalho  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*
- Gabriela da Cunha Barbosa Saldanha  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*
- Gabrielle da Silva Forster  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*
- Guilherme do Val Toledo Prado  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*
- Hebert Elias Lobo Sosa  
*Universidad de Los Andes, Venezuela*
- Helciclever Barros da Silva Vitoriano  
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*
- Helen de Oliveira Faria  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*
- Heloisa Candello  
*IBM e University of Brighton, Inglaterra*
- Heloisa Juncklaus Preis Moraes  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*
- Humberto Costa  
*Universidade Federal do Paraná, Brasil*
- Ismael Montero Fernández,  
*Universidade Federal de Roraima, Brasil*
- Jeronimo Becker Flores  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*
- Jorge Eschriqui Vieira Pinto  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*
- Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*
- José Luís Giovanoni Fornos Pontifícia  
*Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil*
- Josué Antunes de Macêdo  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*
- Júlia Carolina da Costa Santos  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*
- Juliana de Oliveira Vicentini  
*Universidade de São Paulo, Brasil*
- Juliana Tiburcio Silveira-Fossaluzza  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*
- Julierme Sebastião Morais Souza  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*
- Karlla Christine Araújo Souza  
*Universidade Federal de Paraíba, Brasil*
- Laionel Vieira da Silva  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*
- Leandro Fabricio Campelo  
*Universidade de São Paulo, Brasil*
- Leonardo Jose Leite da Rocha Vaz  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*
- Leonardo Pinheiro Mozdzenski  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*
- Lidia Oliveira  
*Universidade de Aveiro, Portugal*
- Luan Gomes dos Santos de Oliveira  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*
- Luciano Carlos Mendes Freitas Filho  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*
- Lucila Romano Tragtenberg  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*
- Lucimara Rett  
*Universidade Metodista de São Paulo, Brasil*
- Marceli Cherchiglia Aquino  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*
- Marcia Raika Silva Lima  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*
- Marcos Pereira dos Santos  
*Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México*
- Marcos Uzel Pereira da Silva  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*
- Marcus Fernando da Silva Praxedes  
*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil*
- Margareth de Souza Freitas Thomopoulos  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*
- Maria Angelica Penatti Pipitone  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*
- Maria Cristina Giorgi  
*Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil*
- Maria de Fátima Scaffo  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*
- Maria Isabel Imbronito  
*Universidade de São Paulo, Brasil*
- Maria Luzia da Silva Santana  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*
- Maria Sandra Montenegro Silva Leão  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Michele Marcelo Silva Bortolai  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Miguel Rodrigues Netto  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Nara Oliveira Salles  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Neli Maria Mengalli  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Patricia Biegging  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Patricia Helena dos Santos Carneiro  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Patricia Oliveira  
*Universidade de Aveiro, Portugal*

Patricia Mara de Carvalho Costa Leite  
*Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil*

Paulo Augusto Tamanini  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Priscilla Stuart da Silva  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Radamés Mesquita Rogério  
*Universidade Federal do Ceará, Brasil*

Ramofly Bicalho Dos Santos  
*Universidade de Campinas, Brasil*

Ramon Taniguchi Piretti Brandao  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Rarielle Rodrigues Lima  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Raul Inácio Busarello  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Renatto Cesar Marcondes  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Ricardo Luiz de Bittencourt  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Rita Oliveira  
*Universidade de Aveiro, Portugal*

Robson Teles Gomes  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Rodiney Marcelo Braga dos Santos  
*Universidade Federal de Roraima, Brasil*

Rodrigo Amancio de Assis  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Rodrigo Sarruge Molina  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Rosane de Fatima Antunes Obregon  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Sebastião Silva Soares  
*Universidade Federal do Tocantins, Brasil*

Simone Alves de Carvalho  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Stela Maris Vaucher Farias  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Tadeu João Ribeiro Baptista  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*

Taiza da Silva Gama  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Tania Micheline Miorando  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Tarcisio Vanzin  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Thiago Barbosa Soares  
*Universidade Federal de São Carlos, Brasil*

Thiago Camargo Iwamoto  
*Universidade de Brasília, Brasil*

Thiago Guerreiro Bastos  
*Universidade Estácio de Sá e Centro Universitário Carioca, Brasil*

Thyana Farias Galvão  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Valdir Lamim Guedes Junior  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Valeska Maria Fortes de Oliveira  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Vania Ribas Ulbricht  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Walter de Carvalho Braga Júnior  
*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*

Wagner Corsino Enedino  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Wanderson Souza Rabello  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Washington Sales do Monte  
*Universidade Federal de Sergipe, Brasil*

Wellington Furtado Ramos  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

## PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

### Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Adilson Cristiano Habowski <i>Universidade La Salle - Canoas, Brasil</i>	Antônia de Jesus Alves dos Santos <i>Universidade Federal da Bahia, Brasil</i>
Adriana Flavia Neu <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Antonio Edson Alves da Silva <i>Universidade Estadual do Ceará, Brasil</i>
Aguimario Pimentel Silva <i>Instituto Federal de Alagoas, Brasil</i>	Ariane Maria Peronio Maria Fortes <i>Universidade de Passo Fundo, Brasil</i>
Alessandra Dale Giacomini Terra <i>Universidade Federal Fluminense, Brasil</i>	Ary Albuquerque Cavalcanti Junior <i>Universidade do Estado da Bahia, Brasil</i>
Alessandra Figueiró Thornton <i>Universidade Luterana do Brasil, Brasil</i>	Bianca Gabriely Ferreira Silva <i>Universidade Federal de Pernambuco, Brasil</i>
Alessandro Pinto Ribeiro <i>Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil</i>	Bianka de Abreu Severo <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
Alexandre João Appio <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos <i>Universidade do Vale do Itajaí, Brasil</i>
Aline Corso <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Bruna Donato Reche <i>Universidade Estadual de Londrina, Brasil</i>
Aline Marques Marino <i>Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Brasil</i>	Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>
Aline Patricia Campos de Tolentino Lima <i>Centro Universitário Moura Lacerda, Brasil</i>	Camila Amaral Pereira <i>Universidade Estadual de Campinas, Brasil</i>
Ana Emidia Sousa Rocha <i>Universidade do Estado da Bahia, Brasil</i>	Carlos Eduardo Damian Leite <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Ana Iara Silva Deus <i>Universidade de Passo Fundo, Brasil</i>	Carlos Jordan Lapa Alves <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Ana Julia Bonzanini Bernardi <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>	Carolina Fontana da Silva <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
Ana Rosa Gonçalves De Paula Guimarães <i>Universidade Federal de Uberlândia, Brasil</i>	Carolina Fragoço Gonçalves <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
André Gobbo <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>	Cássio Michel dos Santos Camargo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil</i>
André Luis Cardoso Tropiano <i>Universidade Nova de Lisboa, Portugal</i>	Cecilia Machado Henriques <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
André Ricardo Gan <i>Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil</i>	Cintia Morales Camillo <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>
Andressa Antonio de Oliveira <i>Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil</i>	Claudia Dourado de Salces <i>Universidade Estadual de Campinas, Brasil</i>
Andressa Wiebusch <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Cleonice de Fátima Martins <i>Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil</i>
Angela Maria Farah <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>	Cristiane Silva Fontes <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>
Anísio Batista Pereira <i>Universidade Federal de Uberlândia, Brasil</i>	Cristiano das Neves Vilela <i>Universidade Federal de Sergipe, Brasil</i>
Anne Karynne da Silva Barbosa <i>Universidade Federal do Maranhão, Brasil</i>	Daniele Cristine Rodrigues <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>



- Daniella de Jesus Lima  
*Universidade Tiradentes, Brasil*
- Dayara Rosa Silva Vieira  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*
- Dayse Rodrigues dos Santos  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*
- Dayse Sampaio Lopes Borges  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*
- Deborah Susane Sampaio Sousa Lima  
*Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil*
- Diego Pizarro  
*Instituto Federal de Brasília, Brasil*
- Diogo Luiz Lima Augusto  
*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil*
- Ederson Silveira  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*
- Elaine Santana de Souza  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*
- Eleonora das Neves Simões  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*
- Elias Theodoro Mateus  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*
- Elisiene Borges Leal  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*
- Elizabete de Paula Pacheco  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*
- Elizânia Sousa do Nascimento  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*
- Elton Simomukay  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*
- Elvira Rodrigues de Santana  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*
- Emanuella Silveira Vasconcelos  
*Universidade Estadual de Roraima, Brasil*
- Érika Catarina de Melo Alves  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*
- Everton Boff  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*
- Fabiana Aparecida Vilaça  
*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*
- Fabiano Antonio Melo  
*Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
- Fabricia Lopes Pinheiro  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*
- Fabício Nascimento da Cruz  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*
- Fabício Tonetto Londero  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*
- Francisco Geová Goveia Silva Júnior  
*Universidade Potiguar, Brasil*
- Francisco Isaac Dantas de Oliveira  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*
- Francisco Jeimes de Oliveira Paiva  
*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*
- Gabriella Eldereti Machado  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*
- Gean Breda Queiros  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*
- Germano Ehleret Pollnow  
*Universidade Federal de Pelotas, Brasil*
- Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*
- Glauccio Martins da Silva Bandeira  
*Universidade Federal Fluminense, Brasil*
- Handerson Leylton Costa Damasceno  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*
- Helena Azevedo Paulo de Almeida  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*
- Heliton Diego Lau  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*
- Hendy Barbosa Santos  
*Faculdade de Artes do Paraná, Brasil*
- Inara Antunes Vieira Willerding  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*
- Ivan Farias Barreto  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*
- Jacqueline de Castro Rimá  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*
- Jeane Carla Oliveira de Melo  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*
- João Eudes Portela de Sousa  
*Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil*
- João Henriques de Sousa Junior  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*
- Joelson Alves Onofre  
*Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil*
- Juliana da Silva Paiva  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*
- Junior César Ferreira de Castro  
*Universidade Federal de Goiás, Brasil*
- Lais Braga Costa  
*Universidade de Cruz Alta, Brasil*
- Leia Mayer Eyng  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*
- Manoel Augusto Polastrelli Barbosa  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Marcio Bernardino Sirino  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Marcos de Souza Machado  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Marcos dos Reis Batista  
*Universidade Federal do Pará, Brasil*

Maria Aparecida da Silva Santandel  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Maurício José de Souza Neto  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Michele de Oliveira Sampaio  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Miriam Leite Farias  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Natália de Borba Pugens  
*Universidade La Salle, Brasil*

Patricia Flavia Mota  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Raick de Jesus Souza  
*Fundação Oswaldo Cruz, Brasil*

Railson Pereira Souza  
*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Rogério Rauber  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Samuel André Pompeo  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Simoni Urnau Bonfiglio  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Tayson Ribeiro Teles  
*Universidade Federal do Acre, Brasil*

Valdemar Valente Júnior  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Wallace da Silva Mello  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Wellton da Silva de Fátima  
*Universidade Federal Fluminense, Brasil*

Weyber Rodrigues de Souza  
*Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil*

Wilder Kleber Fernandes de Santana  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

## PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



Direção editorial Patricia Biegging  
Raul Inácio Busarello

Editora executiva Patricia Biegging

Coordenadora editorial Landressa Schiefelbein

Diretor de criação Raul Inácio Busarello

Assistente de arte Laura Linck

Editoração eletrônica Gabrielle Lopes  
Lucas Andrius de Oliveira  
Peter Valmorbida

Imagens da capa Freepik, Viktor\_Hladchenko, Wirestock -  
Freepik.com

Revisão Bruna Cantero

Autora Lidiane Álvares Mendes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

M538 Mendes, Lidiane Álvares -  
Na esteira da loucura: Colônia de Alienados Eduardo  
Ribeiro - Manaós/AM (1894 -1930). Lidiane Álvares Mendes.  
São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 146p..

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-65-88192-09-2 (brochura)  
978-65-5939-242-1 (eBook)


1. História. 2. Loucura. 3. Hospício. 4. Reurbanização.  
5. Medicina. 6. Imprensa. 7. Feminino. I. Mendes, Lidiane  
Álvare. II. Título.

CDU: 94  
CDD: 900

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.421

---

**PIMENTA CULTURAL**  
São Paulo - SP  
Telefone: +55 (11) 96766 2200  
livro@pimentacultural.com  
www.pimentacultural.com

 **pimenta  
cultural**  
2 0 2 1

## APRESENTAÇÃO

Este livro é fruto da dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal do Amazonas, *Campus* Manaus, no ano de 2016, sob a orientação do professor Doutor Antônio Emílio Morga. O título original, “Na esteira da loucura: Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro, práticas e representações na ala feminina – Manaós/AM (1894 -1930)”, foi remodelado para o título desta obra. No entanto, em sua escrita, não houve alterações, trazendo-se o diálogo das fontes documentais e a representação da loucura nos espaços de sociabilidade manauara, tema este considerado pela banca de defesa como um estudo pioneiro.

Esta reflexão tem como cerne uma preleção original, leve e pontual, que emerge nas discussões da história da saúde e da doença, das mulheres e dos espaços públicos e privados, contribuindo para a historiografia regional e nacional de forma singular.

Lidiane Álvares Mendes, a autora.



*Dedico*

*Aos meus pais, Juarez e Lia,  
pela essência de ser!*

## PREFÁCIO

Este livro, que ora a professora historiadora Lidiane Álvares Mendes nos traz a lume, *Na esteira da loucura: Colônia dos Alienados Eduardo Ribeiro – Manaós/AM (1894-1930)*, é o resultado de dois anos de pesquisas realizadas nos arquivos públicos do Amazonas para a elaboração de sua Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, no período que compreendeu os anos de 2014 a 2016.

A elaboração da citada pesquisa enfrentou inúmeros problemas, principalmente o de acesso às fontes históricas do período, pois, em Manaus, ainda há muitas dificuldades para se acessar determinados documentos e, no que tange a arquivos da área da saúde, essas dificuldades são ampliadas. Para resolver esta questão crucial para a sua dissertação, a autora utilizou toda documentação oficial ainda disponível nos arquivos de Manaus, que foi produzida pelos agentes públicos que administraram o Estado do Amazonas durante o recorte temporal por ela estudado. Além de ampliar a sua pesquisa para as folhas dos periódicos e jornais, que circulavam na capital amazonense durante o apogeu e na crise da economia gomífera, buscaram-se as notícias e relatos sobre os alienados, que viveram naquela que queria ser a 'Paris dos Trópicos'.

Nos três capítulos que compõem este livro, a autora nos apresenta a cidade de Manaus, que passava por um processo de modernização arquitetônica e urbanística, e também por um processo de readequações dos costumes através da imposição dos elementos culturais europeizantes, trazidos para os trópicos pelo discurso da *Belle Époque*. A sanitização dos espaços públicos e privados, que visava acima de tudo desodorizar os mesmos para atender aos desejos das



elites locais, buscava chegar aos níveis “civilizatórios” vivenciados pelos europeus. Este desejo também incluía excluir dos espaços urbanos higienizados os indesejáveis, que aqui posso destacar como as camadas populares, os marginalizados e os doentes, principalmente os hansenianos e os alienados.

No decorrer deste livro, iremos conhecer uma análise inédita, diante das propostas de políticas de confinamento e das representações criadas sobre os alienados e a loucura pela elite política e econômica de Manaus, no final do século XIX e início do século XX. Através do diálogo com os conceitos teóricos criados por historiadores, cientistas sociais e filósofos, como Marc Bloch, Roger Chartier e Michel Foucault, a pesquisadora nos apresenta uma visão crítica das ações políticas realizadas pelos agentes públicos do Estado do Amazonas, e um parecer sobre as representações da loucura, que estava presente nos discursos oficiais e nos jornais que circulavam na cidade.

O livro, *Na esteira da loucura: Colônia dos Alienados Eduardo Ribeiro – Manaós/AM (1894-1930)*, nos levará a uma Manaus que viveu o apogeu da economia da borracha com a chegada de serviços públicos como o bonde, a energia elétrica, calçamento das ruas, saneamento básico e a adoção de um discurso de exclusão de todos que fossem considerados um obstáculo para o “processo civilizador”. Entre estes excluídos, a obra destaca os alienados, que sofreram com este processo de disciplinarização dos espaços físicos e dos corpos.

*Pedro Marcos Mansour Andes  
Manaus, abril de 2021.*

## SUMÁRIO

<b>Considerações iniciais .....</b>	<b>15</b>
CAPÍTULO I	
<b>A urbe, os cidadãos e os discursos de modernização .....</b>	<b>21</b>
Povoação de Manaós .....	22
Reurbanização do espaço público: os discursos estabelecidos na construção da Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro (1894-1930), Manaus/AM .....	27
Delimitação do Espaço Público .....	47
Lugar de louco é no hospício .....	52
Discursos alienistas: a construção da loucura na <i>Terra Brasilis</i> .....	64
CAPÍTULO II .....	71
<b>Cenas Cotidianas:</b> as representações da loucura nos periódicos manauaras .....	<b>71</b>
Práticas de leitura: o florescer da imprensa em Manaós .....	72
Medicina e imprensa.....	84
Cenas cotidianas: representações da loucura nos periódicos manauaras .....	90



CAPÍTULO III

<b>Na esteira da loucura:</b>	
representações femininas .....	101
Sob o sol da loucura .....	102
A encenação na construção da ala feminina .....	108
Na esteira da loucura:	
as possíveis causas da loucura feminina .....	116
A loucura na literatura .....	127
<b>Considerações finais .....</b>	<b>133</b>
<b>Fontes Documentais.....</b>	<b>136</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>140</b>
<b>Sobre a autora .....</b>	<b>144</b>
<b>Índice remissivo.....</b>	<b>145</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1894, Manaós, escondendo-se do sol escaldante do verão da floresta, sentando-se no Café dos Terríveis<sup>1</sup>, com uma indumentária um tanto quente para aquele dia de sol, bebendo um refresco alcoólico; em mãos, um folhetim local distrai solenemente o viajante europeu, que analisa as notícias manauaras; e, displicentemente, anota, em sua caderneta de viagem, as particularidades desta terra, a preguiça já descrita por outros viajantes que assola os cidadãos, os hábitos, costumes e valores, a economia, a moda, os modos, o vai e vem dos entregadores de mercadorias, caixeiros, jornaleiros, comerciantes, marinheiros, estrangeiros, prostitutas, mendigos, falastrões, bêbados, loucos, homens das leis e das letras, empresários do látex, mulheres e homens de bem e do mal; as contradições e ambiguidades de uma cidade que busca sua revitalização e, em troca, institucionaliza, exclui, segrega e impõe, através da civilidade importada do Velho Mundo.

A descrição acima é obra da minha imaginação. Pensar uma cidade que se reestrutura é pensá-la como homem de seu tempo, e isso é tarefa árdua para os pesquisadores da história social, cultural e das práticas representativas. Remeter-nos à Manaus da Primeira República, assim como os viajantes, curiosos, especialistas da fauna e flora, médicos, desenhistas, pintores, literatos, que atravessavam o Atlântico sozinhos, ou em expedições a fim de catalogar todas as peculiaridades que mistificavam o Brasil, é remeter-nos às visões que foram documentadas através de seus diários de bordo, livros, pinturas, manuscritos, que hoje são fontes documentais de suma importância para a construção das problematizações de como essa sociedade se

1 Café dos Terríveis ficava localizado na antiga Praça do Comércio, atual Praça da Matriz.

transformou, ao longo dos projetos científicistas elaborados para a jovem república brasileira.

Simbolicamente, Manaus passava por transformações oriundas dos projetos de reurbanização do espaço público. Essa cidade, construída no meio da Floresta Amazônica, buscava ares de civilização, copiados do Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Paris, Londres, entre outras capitais nacionais ou estrangeiras que se copiavam e deixavam-se copiar. Era a *Belle Époque*, que sugeria, para esta sociedade em formação, um pouco mais de elegância, discrição, condutas e reurbanização dos espaços de sociabilidade.

Neste contexto, suntuosos prédios públicos foram construídos, erguidos pelos arroubos da economia gomífera, que insuflava essa elite e o poder público em higienizar essa cidade, e, para tanto, estabeleceram-se códigos de posturas, leis, decretos, projetos de saneamento, de profilaxia, de instituições que foram criadas para a manutenção da ordem, penitenciárias, escolas de ofícios, hospital de alienados, orfanatos, na concepção de que os cidadãos e a cidade não são elementos que caminham separadamente. Este conceito de cidade buscava, nos espaços clarificados de circulação, formas de lotar a casa dos cidadãos em seu espaço.

Nesse olhar do passado, escolhemos, nesta reflexão, problematizar Manaus entre os anos de 1894 a 1930, não necessariamente no ano da Proclamação da República, no Brasil, mas no ano de início desta reflexão, que se refere à fundação oficial do Asilo de Alienados, na cidade de Manaus, a fundamentações para tais fundações e às práticas sociais constituídas na figura do louco e nas percepções da loucura.

O período em questão envolve as fumaças da modernização, que outrora estabeleciam dinâmicas diferentes para essa cidade que se reconstrói, e se movimenta, dando visibilidade a indivíduos que antes



habitavam o submundo. Os causadores das doenças sociais são alvo dos projetos de higienização do espaço público e das características intervencionistas da medicina no espaço privado.

Alguns pontos devemos esclarecer, para um melhor entendimento da proposta de reflexão desta dissertação, a começar pelo título, em que me refiro à esteira da loucura como consequência das internações a cabo realizadas pela polícia, nas quais veremos, nas notas dos jornais, que a loucura era assinalada a qualquer um que transgredisse a ordem. Nela cabiam os indigentes, as mulheres de má fama, os homens viciados em jogos e os loucos, que, por vezes, recebiam um atestado de loucura dos médicos que clinicavam na cadeia pública. Nessa esteira da loucura, todos estavam à mercê dos poderosos.

As práticas, que estão na abertura desta observação, são relativas às práticas médicas, alienistas e higienistas, que compunham este cenário de transformações. Nessa linha, as representações, que fazem par com as práticas, são aqui utilizadas como conceito simbólico das discussões, ou, como nos afirmou Sandra Pesavento (2008, p.39), as representações produzidas sobre o mundo são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, e as representações construídas sobre a realidade dão sentido ao mundo.

Ou ainda como nos propõe Roger Chartier:

A problemática do “mundo como representação”, modelado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada por leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real (1990, pp. 23-24).

Neste sentido, apresentaremos, durante o texto, as representações dos viajantes, dos projetos urbanísticos, dos métodos científicos de segregação, dos conceitos de exclusão

utilizados nos jornais e das falas do poder público em torno das discussões propostas para a reinvenção de Manaus, além de se expor ainda as fontes documentais, as referências bibliográficas regionais, nacionais e estrangeiras, que são consultas perenes da consolidação deste trabalho.

A estrutura desta dissertação está baseada em três capítulos. Intitulamos o Primeiro Capítulo em 'A urbe, os cidadãos e os discursos de modernização', o qual aparece estruturado em cinco tópicos. Neles, analisamos a povoação de Manaus, sob os olhares de viajantes; a reurbanização do espaço público e os discursos levantados na construção do Asilo de Alienados Eduardo Ribeiro; bem como a delimitação deste espaço e a construção da loucura em *Terra Brasilis*, além das internações inerentes.

As discussões, em torno deste capítulo, são problematizadas ao redor dos posicionamentos do poder público, da elite e das leis vigentes, que proclamavam a loucura como doença social, e segregavam os loucos nas instituições para observações e possíveis formas de tratamento. A internação dos vesânicos era a maneira mais segura de controlar os espaços de sociabilidade, mantendo a tão esperada ordem burguesa, e faxinando as ruas de indivíduos indesejáveis.

Ou como nos propõe Michel Foucault:

Na época em que doença e pobreza se tornavam pela primeira vez coisas privadas, da esfera apenas dos indivíduos ou das famílias, a loucura, por isso mesmo, exigiu um estatuto público e a definição de um espaço de confinamento que garantisse a sociedade contra os perigos (2012, p.424).

A loucura exhibe, em suas múltiplas facetas, o desengrenar da razão, as polivalências da doença e de seus doentes, inspiraram-nos nas problematizações que cerceiam e mistificam os vesânicos. Dessa forma, o segundo capítulo vem fomentar as discussões inseridas no

grande cenário – a cidade – e suas contraposições. Cenas cotidianas: as representações da loucura, nos periódicos manauaras, vêm condicionadas em três tópicos. Num primeiro momento, conceituamos as práticas de leitura no florescer da imprensa em Manaós, devido ao letramento e à imprensa ter começado tardiamente na cidade da floresta, visto que diferenças étnicas fizeram com que as primeiras letras, no Amazonas, só tomassem prumo nos primeiros anos de 1860. Dessa maneira, procuramos mostrar o aspecto sensacionalista da medicina nos jornais manauaras, e as cenas cotidianas travadas entre as figuras dos vesânicos e as representações que a imprensa manauense publicava. Fontes documentais que nos remetem ao passado linguístico, econômico e social, através de suas crônicas, artigos e colunas, relatam e ilustram as práticas cotidianas, ao passo que os jornais atendem a outra demanda das pesquisas históricas, trazendo em suas folhas as imagens das cousas recorrentes.

O historiador Marc Bloch contribui para essa reflexão quando ele nos afirma que:

A diversidade dos testemunhos históricos é de quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele. É curioso constatar o quão imperfeitamente as pessoas alheias a nosso trabalho avaliam a extensão dessa possibilidade (2001, pp. 79-80).

São as inúmeras fontes documentais, construídas nos diversos segmentos individuais, coletivos, científicos, literatos, econômicos, sociais, religiosos das mais variadas maneiras, documentos privados, oficiais ou públicos, que instigam o historiador em suas pesquisas a analisar as preocupações que atormentavam os homens de seu tempo, quanto às práticas e representações inseridas nos cotidianos das sociedades.

'Na esteira da loucura: representações femininas' encerra as discussões desta reflexão. Este terceiro e último capítulo traz,



em suas problematizações, as estigmas da loucura na fisiologia feminina, a encenação na construção da ala feminina dentro da Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro, e as percepções da loucura na literatura. Os tópicos desses capítulos são apresentados no imaginário de uma esteira, onde os objetos de pesquisa possuem temporalidade e são cíclicas as suas observações.

Foucault afirma-nos que:

Se a loucura é um exemplo no mundo do internamento, se ela é manifestada enquanto se reduz ao silêncio todos os outros signos do desatino, é porque ela atrai sobre si todos os poderes do escândalo. Ela percorre todo o domínio do desatino, reunindo suas duas margens opostas, a da escolha mora, da falta relativa de todas as fraquezas, e a da raiva animal, da liberdade acorrentada ao furor, da queda inicial da liberdade escura. Acumulada num único ponto, a loucura é o todo do desatino: o dia culpado e a noite inocente (2012, p. 161).

O contexto do internamento envolve não somente os parâmetros médicos alienistas, mas envolve toda a gama social que o louco e sua loucura representavam: o escândalo, a culpa e a inocência, a transgressão moral, a degeneração do corpo e da mente. De forma geral, o tempo histórico e a compreensão do pensamento, das atitudes e das regras construídas em um determinado espaço de tempo, são representações das práticas sociais que respingam nas estruturas e nas dinâmicas determinantes dos comportamentos e dos espaços de sociabilização, e é esta narrativa que buscamos alcançar.





# 1

**A URBE,  
OS CIDADINOS  
E OS DISCURSOS  
DE MODERNIZAÇÃO**



## POVOAÇÃO DE MANAÓS

Como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde. Calvino.

Em meados do século XVII, a intensa busca por indígenas, para serem utilizados como mão-de-obra escrava, na colonização portuguesa, adentra as terras que hoje são conhecidas como o Amazonas, ao Norte dos limites considerados pelos Tratados firmados entre espanhóis e portugueses. Este território passa a ser parte do contexto tanto da caça aos índios quanto da povoação de Portugal e da extração das iguarias do sertão (canela, cravo, anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeira, salsaparrilha etc.).

Para além das linhas imaginárias, e dos tratados firmados em prol dos interesses ibéricos, consta, nas fontes documentais, que a primeira edificação construída nestes rincões tratava-se de uma fortificação de barro e palha, erguida às margens do Rio Negro, a que, inicialmente, chamou-se de Fortaleza da Barra, o que dá início ao povoado, o qual mais tarde passa a ser conhecido como Vila da Barra do Rio Negro. Estas paragens eram habitadas por uma população que, naquele período, não ultrapassava seis mil habitantes, formada por indígenas e mestiços.

Nos é possível investigar este momento de povoação do Amazonas através de relatos de curiosos viajantes europeus, médicos, botânicos, naturalistas, pintores e escritores, que vieram em busca de retratar, nas terras além-mar, o quão peculiar eram os hábitos, costumes e tradições do povo da *Terra Brasilis*.

Sob a ótica destes relatos é que a formação política, cultural, econômica, social e urbanística dessa época se constrói, através destes olhares que nos são revelados, e como a cidade se apresentava:



“[...] ruas esburacadas, casas de um só pavimento, cobertas de telhas vermelhas, e assoalhos de tijolos [...]” (WALLACE, 1979, pp. 200-201).

Para alguns viajantes, as impressões da então Vila da Barra do Rio Negro, nos idos de 1846, colocavam a localidade num lugar que não passaria de um elo perdido em meio à exótica fauna e flora que a rodeavam. Para outros expedicionários, como o casal Agassiz<sup>2</sup>, num futuro distante, poderia a Vila se transformar num importante entreposto comercial.

O senso comum entre todos os relatos desse período gira em torno das condições de vida da população, com seus hábitos rudimentares, ruas de traçados irregulares e insalubres. Preguiçosos, na concepção europeia, viviam sob a rotina das águas, com alimentação precária, no embalo das redes, e profanando ao cair da lua.

Este cenário de penúria, abandono, descaso e de relativa pacatez, sem grandes perspectivas de vida social, econômica e cultural, altera-se profundamente nas últimas décadas do século XIX, somando-se a um conjunto de fatores da economia nacional, e à seca que assolara o Nordeste, nos anos de 1877 a 1880, dizimando entre cem e duzentas mil almas, além das plantações e do gado, deixando um quadro acabrunhador. A isso se junta ainda a dificuldade que os grupos dominantes da região tiveram em manter estas pessoas na terra, e o interesse e incentivo das propagandas oficiais em recrutar mão-de-obra para a extração do látex, matéria-prima tirada dos lugares mais longínquos da Floresta Amazônica, e de enorme interesse dos norte-americanos e europeus para a produção de produtos manufaturados, o que fez emergir, na selva, uma nova urbe.

A migração oriunda do litoral do Nordeste brasileiro, impulsionada e subsidiada pelos comerciantes e seringalistas, a dinamização da

2 O casal Louis e Elizabeth Agassiz esteve na região, e deixou suas impressões na obra *Viagem ao Brasil: 1865 – 1866*.

exploração da borracha, e as migrações e imigrações de indivíduos de todos os lugares do Brasil e do mundo, transformou, de forma intensa e rápida, o cotidiano da população que ali habitava.

Pode-se dizer que esse intenso fluxo migratório foi responsável pelas transformações ocorridas em Manaus, em 1872, ano do primeiro censo demográfico oficial realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quando residiam, em Manaus, 29.334<sup>3</sup> mil habitantes, entre negros, brancos, pardos, mestiços e caboclos.

No ano de 1890, foi realizado o segundo censo oficial, ou seja, no período áureo da extração da borracha, a população residente, no município, aumentara para 38.720<sup>4</sup> mil habitantes, e, em 1900, esse número se eleva para 50.300 mil habitantes.

Para todo o território do Amazonas, a população, em 1872, era de 57.610 mil habitantes, e, em 1890, este contingente triplica para 147.913 mil habitantes. Devemos considerar que o centro político, administrativo, comercial e cultural era a capital. Dessa forma, todos que migravam e imigravam para o Amazonas desembarcavam no porto de Manaus. De lá, alguns partiam para o interior, sozinhos ou com suas famílias, mas muitos, ao aportarem na cidade, que já contava com iluminação elétrica e meio de transporte, deparavam-se com um frescor de efervescência, que encantava os olhos do capiau e do colono. Assim, permanecia o desejo de manter-se na cidade, em meio à selva, que se estruturava com ares franceses e se consolidava, aumentando, assim, a população local.

Esse aumento populacional não ocorre somente em Manaus, mas em todo território nacional. Os ideais de modernidade eram implantados nas capitais. Em São Paulo, entre os anos de 1890 a 1920, a cidade passa por um aumento de contingente

3 Fonte: Anuários Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

4 Idem, IBGE.

de aproximadamente 55%, em parte pela produção cafeeira, sendo Campinas o entreposto comercial; e Santos o município responsável por abrigar o maior porto do país, portão de embarque e desembarque de estrangeiros e mercadorias.

Na então Capital Federal, no Rio de Janeiro, o número de habitantes cresce de maneira étnica e de estrutura ocupacional, segundo José Murilo de Carvalho (1987, p.16), pois a população, em 1872, era de 274.972 mil habitantes, e, em 1920, esse quadro altera-se profundamente, chegando à estimativa de 1.157.873 mil habitantes.

Esse aumento populacional, em todas as capitais do Brasil, aconteceu devido às configurações que se estabeleceram no cenário nacional, dentre elas: abolição da escravidão, seca no Nordeste, êxodo rural; e ainda em um plano internacional, pois as perseguições religiosas, os rumores de uma Primeira Guerra Mundial, o desencadeamento de crises econômicas, que geraram desemprego e fome, fizeram com que milhares de pessoas imigrassem para o Brasil, em busca de trabalho, de liberdade e de 'fazer a América'<sup>5</sup>.

Assim, as variantes de uma cidade em crescimento trazem consigo indivíduos de todas as camadas sociais. Na cidade de Manaus, são múltiplos os episódios que sucedem a harmonia local: brigas, roubos, vadiagem, prostituição, festas, bebedeiras, escândalos, crimes. Os olhares repressores procuravam os personagens desses acontecimentos, organizando, dividindo e reurbanizando a cidade, que se multiplicaria em diversas facetas. Segundo Lira, “[...] a cidade de Manaus, nos últimos anos do século XIX e nos anos iniciais do século XX, entrava numa dinâmica urbana diferente da dinâmica apresentada através dos registros dos viajantes” (LIRA, 2014, p. 27).

5 Expressão usada por imigrantes que vieram para o Brasil, desde o período colonial, na intenção de ganhar dinheiro e voltar para o seu país de origem.



É esta a dinâmica que nos interessa investigar neste capítulo: as transformações urbanísticas, sociais, econômicas, comportamentais; médico-sanitaristas, que chegaram juntamente com a exploração da borracha, dos novos costumes e dos ares de modernização, vindos do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Belém, Belo Horizonte e, sobretudo, do Velho Mundo.

A desodorização do espaço público e privado, a profilaxia das ruas, ruelas, becos e moradias, e, principalmente, a desinfecção desses locais, isolando os personagens que ora não eram vistos, mas que com os novos moldes implantados, através das modernizações copiadas da Europa, passam a fazer parte do cotidiano manauara, incomodando os olhos da elite que se formava.

Intrínsecos, neste discurso, estavam os *a-sociais*<sup>6</sup>, indivíduos que, devido às suas condutas morais e à má fama que carregavam, não poderiam mais trafegar livremente no espaço citadino que se modernizava. Dentro desse panorama, os alienados tornam-se visíveis, e é sob essa teia de exclusão, do processo normatizador da reurbanização do espaço público, da intervenção do espaço privado, da profilaxia das ruas, da higienização, do discurso médico-alienista-sanitarista, que construiremos as representações que serão apresentadas nesta pesquisa.

Tais representações nos falam através das fontes documentais dispostas no Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, que são: relatórios de governantes, códigos de postura, mensagens de governadores e jornais do período. Também nos são reveladas, como fonte de investigação, artigos, crônicas e discussões contidas nas referências bibliográficas.

6 FOUCAULT, idem, 2012, p. 06.

## REURBANIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: OS DISCURSOS ESTABELECIDOS NA CONSTRUÇÃO DA COLÔNIA DE ALIENADOS EDUARDO RIBEIRO (1894-1930), MANAUS/AM

Com uma população estimada em 38.720 mil habitantes, em 1890, Manaus também fora envolvida pela *Belle Époque*. O afrancesamento teve suas facetas instauradas na capital do Amazonas, com a ajuda da economia gomífera que, naquele momento, estava em seu auge com o comércio interno e a venda do látex para o mercado externo - “[...] através do porto que desempenha papel vital na cidade, sendo a um só tempo ponto de ligação com o mundo e expressão de movimento modernizante [...]” (PINHEIRO, 1999, p.01). E é através dessa economia que o dinheiro caía nos cofres públicos em quantidades exorbitantes, possibilitando a reurbanização proposta naquele momento. Além disto, migrantes e imigrantes chegavam à Manaus ou partiam para seus arredores, em busca do tão sonhado ‘Eldorado da Borracha’, onde processos de civilidade, urbanidade e sociabilidade eram construídos, espelhando-se nos costumes, valores, tradições e arquiteturas vindas particularmente de Londres e Paris.

Governando Manaus, nesse período, estava Eduardo Gonçalves Ribeiro<sup>7</sup>, que, objetivando modernizar a cidade, infraestrutura-a com abastecimento de água e esgoto; como meio de transporte, os bondes encurtaram as distâncias, e, juntaram-se a isso, a iluminação elétrica, bem como os meios de comunicação. Quanto ao embelezamento da cidade, realizaram-se os alargamentos das avenidas e o jardinamento de ruas; construíram praças, chafarizes, escolas, hospitais, enfermarias e asilos.

7 Eduardo Gonçalves Ribeiro governou o Amazonas entre os anos de 1892 a 1896.

Algumas dessas obras se destacam pela imponência de suas construções, como o Mercado Adolfo Lisboa, o Palácio da Justiça, a Alfândega, o Teatro Amazonas e o Porto Flutuante. Para esta nova cidade, os cinemas vieram a constituir horas de lazer. O Teatro Amazonas, por sua vez, recebia em seu palco espetáculos de todos os lugares do mundo, peças teatrais, corais e óperas, com cantores e atores famosos. Em noites de apresentação, os assentos destinados ao público comum eram disputados por aqueles que queriam fazer parte dessa onda cultural e social que envolvia a urbe. Para os abastados, havia camarotes salvaguardados dos olhares indiscretos e fofoqueiros dos cidadãos comuns.

Os lugares públicos, como as praças, os cafés e as livrarias, tornaram-se redutos das famílias endinheiradas. Nos jornais, eram constantes os anúncios das lojas, informando que as mercadorias da moda em voga estavam em suas prateleiras. Aliás, todos os tipos de anúncios são vistos nos jornais do período, com quinquilharias para todos os gostos, as quais eram a realização dos abastados, e tornavam-se o sonho de consumo dos menos favorecidos. Jornais, livros e revistas, de todos os cantos, faziam a alegria dos letrados, e informavam os acontecimentos, transformações e inovações tecnológicas das outras capitais e de outros continentes.

Os vapores, entre chegadas e partidas para viagens domésticas ou internacionais, traziam consigo as novidades descritas acima e, junto delas, todo tipo de gente, todos os tipos de saberes, de mazelas, de crenças, enfim, toda sorte e todo azar de um sonho a ser conquistado - o sonho de uma vida melhor.

Parteiras, médicos, modistas, advogados, amas de leite, cozinheiras, babás, banqueiros, caixeiros, dentistas, farmacêuticos, seringueiros e seringalistas. Em suma, uma gama de profissionais e de mão-de-obra anunciava seus serviços. Também eram através dos



jornais que a população ficava a par das notícias do Brasil e do mundo. De tudo um pouco, ali era publicado.

Manaus passava por tais intervenções sociais, culturais e econômicas, e estas correntes transformações expurgavam dos locais públicos os pobres urbanos, trabalhadores, prostitutas, carregadores do porto, meninos de recado, bêbados, órfãos, leprosos, hansenianos, tuberculosos, diaristas, indigentes e alienados. Todos que transgredissem a ordem, a moral e as boas maneiras não eram mais aceitos no campo de visibilidade, no qual ocorria, em larga escala, a modernização do espaço público.

Verificamos em Costa que:

[...] em Manaus como em outros espaços urbanos em processos de transformação no país, nos discursos oficiais da década de 1890, uma das tônicas foi a ênfase dada à sanitização/desodorização do espaço urbano, devidamente respaldada pelo discurso médico e pautada, segundo a ótica desse mesmo discurso, no benefício de todos [...] (2014, p.109).

Segundo o historiador Antônio Emilio Morga, esse processo de urbanização e avidez pelo mundo cosmopolita, na cidade de Nossa Senhora do Desterro – atual cidade de Florianópolis, fora imposto em meio a contradições e ambiguidades. Os agentes da modernidade, na Ilha de Santa Catarina, pelas páginas dos jornais, questionavam os usos e os costumes da população.

A modernidade na Ilha de Santa Catarina chegava lenta diante das transformações ocorridas em outros centros, mas, de forma concisa e ininterrupta. Soando firme sobre a vida privada e pública, ela percorria ruas, biroscas, ruelas, pântanos, esquinas, locandas, lojas, salões de festas, residências familiares e igrejas. Nada passava inocule ao novo olhar que operacionalizava e administrava as mudanças de urbanidade e sociabilidade (MORGA, 2009, p.89).

A jovem república brasileira inspirava a modernização pelos quatro cantos de seu vasto território. As autoridades de becas usufruem de seus conhecimentos trazidos do Velho Mundo, e instauram, no país, o saneamento, a higienização e a desodorização não só dos espaços públicos de sociabilidades, mas adentram os espaços privados, as habitações, tornam-se alvo dos médicos das ciências, sendo necessário higienizar os ambientes e indivíduos causadores das doenças sociais, ou seja, os locais habitados pelos pobres cidadãos, trabalhadores ou ociosos.

A condenação dos cortiços, casebres e demais habitações populares enquadradas como anti-higiênicas, a remodelação de logradouros, a adoção de um perfil xenófilo de paisagem, faziam-se acompanhar da condenação dos seus habitantes. Os hábitos das camadas populares, sua maneira de portar-se nas ruas, seus divertimentos e lazeres eram elementos tidos por incivilizados, antimodernos (LOPES, 2003, p. 46).

A afirmação acima nos remete ao Rio de Janeiro, onde a faxina urbana começou no centro da cidade, destruindo os cortiços e casebres sem que houvesse uma política pública habitacional para absorver essa massa, empurrando-os para os morros, ou seja, transferiu para outra região (não-central) o problema da pobreza, dos doentes sociais, dos trabalhadores informais, das religiões indesejadas, das jogatinas, do samba e da capoeira local, fato comum nas urbanizações realizadas no país; alargaram as avenidas da orla, delimitaram os espaços de sociabilidade, vacinaram a população, construíram bairros para a elite, institucionalizaram a cidade. A capital federal brilhava a olhos vistos. Cidades de pequeno, médio e grande porte seguiram, ainda que timidamente, o ímpeto das modernizações.

[...] a delimitação e construção de espaços públicos destinados à sociedade cuiabana, como foi a gradual transformação dos assim antigos largos em jardins e praças, com direito à urbanização que uma capital merecia, ainda que, a princípio, tímida (PINHO, 2007, p. 42).

Mesmo em uma capital fincada no cerrado brasileiro, como Cuiabá, as modernizações do período fizeram-se presentes, não só se reestruturaram pelos tijolos e telhas, e tampouco pela criação de instituições públicas, mas segregaram e excluíram os indesejáveis do cenário urbano.

No extremo litoral, a cidade de Recife, capital, desde a administração de Maurício de Nassau, se adiantava em receber o que havia de mais moderno, não se limitando a seus projetos de reurbanização.

As picaretas começaram a agir e os edifícios a vir a baixo. Os descrentes calavam-se... Todo o mundo ficava pasmado da ousadia dos empreendimentos. Não demorou e o Conselho Municipal votou uma lei determinando que o lixo dos domicílios somente poderia ser posto nas calçadas, à espera das carroças, em vasilhames com tampa. Enquanto isso o Prefeito empunha à população hábitos de higiene compatíveis à nova face da cidade, o que fez explodirem as queixas acusando-o de despotismo e violência (SETTE, 1948, p. 11).

Em todo Brasil, as reclamações da população não são ouvidas pelos governantes, os quais fazem cumprir as demandas que a reurbanização e os homens da ciência projetam e pleiteiam nos jornais, ou apoiam ou são contra os que sofrem diretamente as mazelas da modernização, e os que se beneficiam viram letra morta.

Em outra esfera territorial, está Belém do Pará, que, sob a batuta de Antônio Lemos, então gestor, regeu e viabilizou as mudanças urbanísticas e sociais.

Lemos foi o responsável pelas grandes obras públicas que urbanizaram e higienizaram a cidade, emprestando-lhe, por força das intervenções realizadas, a fisionomia da cidade civilizada que a cultura urbana da *belle époque* da Paris haussmanniana disseminara. Belém, como Manaus – e também o Rio de Janeiro – na virada do século XIX para o XX, projetaram-se como centros urbanos que reescreveram e redesenharam, no Brasil tropical,



as legendas civilizadas e civilizacionais que a sociedade hegemônica do capitalismo industrial proclamara na condição de conquistas e de realizações universais do progresso e da cultura [...] (COELHO, 2002, p. 27).

Na cidade de Manaus, esta repaginação da urbe vem desestruturar toda uma rede de hábitos e costumes, e é sob essa alocação imposta aos cidadãos, e que ganha reforço através dos discursos de médicos sanitaristas, que iremos, num primeiro momento, abordar através das Leis, Decretos, Mensagens dos Governadores, Relatórios das Secretarias, Códigos Sanitaristas e de Posturas que são estabelecidas, fixadas e fazem-se cumprir a todo instante, além das Referências Bibliográficas que privilegiam a discussão em relação à nova organização social dos meios de exclusão, e dos favorecidos através da dedetização do espaço público.

Sabemos que o discurso levantado em benefício de todos atingiu diretamente os indesejáveis que, dentro do aspecto de revitalização urbanística, são excluídos em instituições como asilos (hospícios), construídos em bairros afastados. Cunha destaca que “[...] o espaço do internamento produz o medo constante da contaminação da cidade, e tenderá a ser deslocado para longe das vistas temerosas [...]” (CUNHA, 1996, p. 78). As contradições existentes nessas alocações de reestruturações, realizadas sob o ímpeto da modernização, mostram-nos que as políticas sociais desse período dão legitimidade à exclusão.

Dentro dessa perspectiva é que a construção da Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro está pautada, e é sobre o recorte temporal que se estende desde o momento de sua efetiva homologação, em 1894, até o final da Primeira República, em 1930, que discutiremos aqui. Abordaremos a construção e as observações acerca de uma cidade harmoniosa, saudável, ordeira e limpa, e que atendessem as exigências burguesas e médico-sanitaristas.

Pesavento nos afirma que:

Ora, legitimidade de tais intervenções não se dão apenas em torno de exigências científicas, mas também de uma lógica econômica e financeira do capitalismo triunfante. Demolir, construir, desenvolver as comunicações e otimizar a prestação de serviços públicos configuram-se como oportunidades lucrativas para o investimento dos capitais. Portanto, a ideia do lucro se conjuga e reforça os imperativos da estética, da higiene e da técnica (PESAVENTO, 2012, p.158).

A afirmação de Pesavento reflete claramente o aspecto de reorganização urbanística, na qual a política de exclusão vem fragmentada em instituições como: penitenciárias, asilos, colônias, hospitais, creches, orfanatos, enfermarias, escolas de ofício, enfim, aparatos públicos que atendessem as necessidades instaladas em manter a imagem da cidade isenta de perturbações.

Ao que tange às reflexões aqui discutidas, vemos em Foucault que:

[...] a loucura é vizinha de todas as formas do desatino, que a envolvem e definem sua verdade mais geral e no entanto ela é isolada, tratada de modo singular, manifestada naquilo que ela pode ter de único, como se pertencendo ao desatino, ela atravessasse incessantemente num movimento que lhe seria próprio, levando a si mesma, com suas próprias forças, a seu mais paradoxal extremo (FOUCAULT, 2012, p. 158).

E, em se tratando dos vesânicos, em Manaus, a primeira tentativa de criação de um hospício ocorreu em 1889, quando os loucos foram 'hospedados' na Chácara do Dr. João Hosannah de Oliveira, lugar em que também funcionava uma olaria, e que foi chamado de Hospício Barão de Manaós<sup>8</sup>, sendo desativado por não ter estrutura e condições de tratamento e acomodações.

8 Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim de Oliveira Machado, Presidente da Província do Amazonas, instalou a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 2 de junho de 1889.

Portanto, a construção da colônia de alienados se fez necessária para que os loucos fossem internados dentro das convenções sanitaristas e urbanísticas daquele momento, uma vez que os vesânicos e seus amigos de fama transgrediam a ordem, e desfiguravam a urbe que se reurbaniza, como percebemos na fala do então governador Eduardo Ribeiro: “[...] deveis providenciar sobre a Construção de um Hospital para alienados, que se torna presentemente de grande necessidade neste Estado [...]”<sup>9</sup>.

Em 1894, Eduardo Ribeiro manda que acomodem os alienados, em um espaço físico específico.

Tendo necessidade urgente de remover grande número de alienados que actualmente ocupam alguns compartimentos do Hospital de Misericórdia e da cadeia pública, e não havendo um hospital para esse fim apropriado, resolvi mandar preparar o prédio do Estado situado a oeste da cidade, à margem direita do Rio Negro, para provisoriamente servir de hospital, até que seja construído o edifício próprio. Para o serviço interno da Provedoria da Casa de Misericórdia mandei contractar cinco irmãs da ordem de Sta. Anna. É preciso ser consignado o crédito para as respectivas despesas<sup>10</sup>.

Esta ordenação de construção do espaço para internação dos alienados se faz sob a lei nº 65, de 3 de outubro de 1894, e, como vimos acima, sua administração ficou a cargo da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia, funcionando, nesse local, até 18 de fevereiro de 1899, quando foram os loucos transferidos pelos motivos abaixo:

Como os doidos que se achavam recolhidos na casa de propriedade do Estado, à margem esquerda do Rio Negro e foz do Igarapé da Cachoeira Grande, estavam sendo victimados de beri-beri que entre elles se desenvolvera em larga escala, e como parte do prédio ameaçasse cair, foram elles transportados pela

9 Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Presidente deste estado, lida perante o Congresso Amazonense, em 1º de junho de 1892.

10 Mensagem lida pelo SNR. Governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro ao Congresso do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1894.



urgente necessidade da ocasião, para a casa sita à Rua Ramos Ferreira, de propriedade do Snr. Miranda Leão, onde ainda se acham mal alojados, pois o prédio não se presta para tal fim<sup>11</sup>.

Na gestão do Dr. Fileto Pires Ferreira<sup>12</sup>, houve certa indignação ao apresentarem a maneira com a qual os alienados estavam sendo tratados.

[...] a assistência de alienados nesta cidade ainda não existe, o serviço que ora é feito atesta somente um insignificante esforço humanitário do meu antecessor”. E continua: “Nas condições em que está o Hospício, nenhum serviço humanitário pode prestar vantajosamente, é um depositário de loucos, nada mais [...]”<sup>13</sup>.

A sequência de sua fala mostra-nos que:

[...] cumpre ao Estado fundar um serviço de assistência com todas as exigências da sciencia psychiatrica, embora tenha que despende de grande somma de dinheiro. Assim, só assim, os infelizes ali recolhidos, sujeitos a um tratamento sério e rigoroso, poderão melhorar ou mesmo recuperar as suas faculdades mentaes<sup>14</sup>.

Dois anos depois das mensagens lidas pelo então Governador, os loucos encontravam-se alojados em uma casa que foi condenada, e, segundo o relatório do período indica-nos, havia a preocupação com a construção de um espaço físico adequado, para que “[...] os loucos, os desgraçados que perderam a razão, ou temporariamente, ou para sempre, encontrem, uns, o restabelecimento das suas faculdades sob um tratamento confiado a clínicos-psiquiatras especialistas [...]”<sup>15</sup>.

11 Relatório de Instrução Pública - 1898/1899.

12 Dr. Fileto Pires Ferreira governou o Amazonas, entre os anos de 1896 a 1898.

13 Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes, pela abertura da 3ª Sessão ordinária da 2ª Legislatura, em 04 de março de 1897, pelo então Governador Dr. Fileto Pires Ferreira.

14 Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes, pela abertura da 3ª Sessão ordinária da 2ª Legislatura, em 04 de março de 1897, pelo então Governador Dr. Fileto Pires Ferreira.

15 Códigos de Posturas, Leis e demais Resoluções do Conselho Municipal de Manaós, 1904.

Em 1905, o Exmo. Sr. Dr. Governador Antônio Constantino Nery esboça, em sua mensagem lida perante o Congresso, a seguinte alternativa em relação a um espaço físico adequado para a construção em definitivo do hospício:

Não apresentando a casa onde funciona o Asylo de Alienados as proporções que este instituto exige, resolvi aproveitar o edifício de propriedade do Estado, sito «Pensador»<sup>16</sup>, para transferi-lo. Nesse sentido, mandei organizar planos e orçamentos para os acréscimos que se têm de fazer, a fim de apropriá-los ao hospício. As obras estão em andamento com muita morosidade, devido à distância, dificuldade de transporte e aquisição de pessoal. Entretanto, penso inaugurar a primeira ala sul até o fim deste ano<sup>17</sup>.

Em contrapartida, a autora Edineia Mascarenhas Dias, em sua obra 'A Ilusão do Fausto', faz a seguinte observação em relação à construção do Asylo de Alienados em Manaus:

Para a construção do Asilo dos Alienados, foi escolhido um lugar tão afastado do centro da cidade que a demora na conclusão da obra era justificada pela distância e dificuldade de transporte do material de construção e de pessoal. A ação da polícia sanitária, visando neutralizar o perigo que representava a circulação dos loucos pelo espaço urbano, não só impõe uma polícia de recolhimento no espaço fechado do hospício, como também isola o mais que pode o hospital do centro da cidade (DIAS, 1999, p. 122).

A assistência provisória deste período mostra-nos as formas nas quais os diversos governantes levaram a cabo a construção do Asylo de Alienados, e a importância dada ao assunto. A demora na construção estava ligada à distância do local. Tal distância era necessária, pois havia um jogo de interesses intrínsecos nos discursos de bondade:

16 A Chácara O Pensador era de propriedade do ex-Governador Eduardo Ribeiro, e quando da sua morte, em 14 de outubro de 1900, seus bens passam a sua mãe e, logo, ao Estado.

17 Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes por ocasião da abertura da 2ª Sessão ordinária da 5ª legislatura, em 10 de julho de 1905, pelo Exmo. Sr. Dr. Governador Antônio Constantino Nery. Acompanhada dos relatórios dos Chefes de Repartições.

estamos organizando um local amplo, espaçoso, saudável, onde os nossos loucos poderão ter tratamento adequado, boa alimentação, e, assim, quem sabe até serem curados.

Por outro lado, a intenção de retirá-los das ruas, ruelas e becos, dos quatinhos nos fundos das residências, dando espaço aos discursos modernizadores, normatizadores e médico-sanitaristas, era algo mais apurado, além da bondade e solidariedade, características dos governantes.

No ano seguinte, a mensagem do então Governador do Estado, Sr. Dr. Antônio Constantino Nery, que havia prometido inaugurar a ala sul do novo espaço físico do Asylo de Alienados, no ano anterior, se faz da seguinte forma:

Attentas às novas condições financeiras estão paralisadas as seguintes obras: o edifício da nova Chefatura de Segurança, cujas bases se erguem à praça da

República; o *Asylo de Alienados no bairro de Flores*, e a Avenida Constantino Nery, na atual ligação da estrada de Flores com esta cidade, por onde já se opera considerável movimento de veículos (Grifo nosso)<sup>18</sup>.

É notável os esvaziamentos dos cofres públicos, o *boom* da borracha e o processo de modernização através das grandes obras públicas, que começam a perder força. Mesmo assim, as promessas de conclusão das obras do Asylo de Alienados seguem, tanto que, no ano de 1907, a Mensagem do ainda Governador Dr. Antônio Constantino Nery confirma a nossa fala:

Devo ainda mencionar o Hospício de Alienados, cujas obras, devido à grande distância a que se acham, do centro da cidade, não têm tido o aceleração de outras de início mais

<sup>18</sup> Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas por ocasião da abertura da 3ª Sessão ordinária da 5ª Legislatura, em 10 de julho de 1906, pelo Governador do Estado, Dr. Antônio Constantino Nery.



recente; mas apesar das dificuldades de transporte do material, pretende vê-las brevemente concluídas<sup>19</sup>.

Os relatórios apresentados pelos sucessivos governadores limitam-se a dizer que o estado das finanças continua angustioso, e, dentro disso, foi dispensada a quantia de 1:500\$000 com o Hospício Eduardo Ribeiro<sup>20</sup>, cujo assoalho havia sido abatido, ou seja, o Hospício ainda estava no mesmo local alugado, prova real de que a economia gomífera entrava em colapso, atingindo diretamente as obras públicas de construção ou restauros, e foram sucessivas as cobranças feitas pelo proprietário da então Chácara que abrigava o hospício. Vejamos o que nos apresentam as notas de Despacho do Jornal Correio do Norte, em 14 de agosto de 1909:

Manoel Miranda Leão, pedindo pagamento da importância de 6:000\$000, provenientes dos aluguéis da Chácara “Cruzeiro”, de sua propriedade, ocupada pelo Hospício Eduardo Ribeiro, correspondente aos meses de Janeiro a Junho do corrente anno - Ao Thesouro pagar em termos.

Cronologicamente, nas mensagens dos governadores e relatórios anuais de prestação de serviço, as reformas do futuro prédio não são relatadas entre os anos de 1909 a 1914, porém, nesse período, vemos nos jornais diversas cobranças e pagamentos destinados ao Sr. Miranda Leão, pelo aluguel da Chácara Cruzeiro - moradia provisória dos loucos.

Sob a direção do Dr. Turiano Meira, o hospital de alienados continua funcionando no mesmo prédio citado acima, em 1914, embora o problema do espaço físico, para que acomodassem os doentes da loucura, ainda não houvesse sido sanado, conforme veremos abaixo.

19 Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, na abertura da 1ª Sessão ordinária, da 6ª legislatura, pelo Governador do Estado, Dr. Antônio Constantino Nery, em 10 de julho de 1907.

20 Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, na abertura da 2ª Sessão ordinária, da 6ª legislatura, pelo Governador do Estado, Raymundo Affonso de Carvalho (presidente do Congresso Legislativo, no exercício do Governo do Estado), em 10 de julho de 1908.

É deveras para lamentar que o Estado não houvesse cogitado da construção de um prédio próprio no qual se houvesse obedecido às prescrições da sciencia e atendido as necessidades dum instituto tão importante, montando-o ainda com aparelhos necessários ao tratamento eficaz dos infelizes ali internados, quando essas úteis despesas estavam dentro de sua capacidade orçamentária.

Hoje é absolutamente impossível providenciar que seja erguido o edifício pelas condições em que se encontra o Thesouro do Estado, com as rendas reduzidas a menos da metade das que foram arrecadadas outr'ora, mesmo nos anos menos prósperos, [...]” (Grifo nosso).

E continua:

Também não convém fazer despesas com a reforma do vetusto prédio em que se encontra instalado o Asylo, há longos anos para adaptá-lo, mais ou menos a esse fim, não só porque é prédio particular de aluguel, muito acima do que pode suportar o Thesouro, além de taes obras se ressentirem sempre dos defeitos inherentes às adaptações.

Se fosse possível também, devei-as é retirar o Asylo donde se acha para outro local que oferecesse melhores condições de salubridade<sup>21</sup>.

Três pontos são cruciais nesta fala: o primeiro é que o descaso em relação ao internamento dos alienados, em espaço apropriado, não era questão de suma importância dentro do contexto da saúde pública, e muito menos foi quando o Thesouro esbanjava dinheiro reurbanizando Manaus, discurso montado e mascarado em defesa do acolhimento e bem-estar do louco. Esse espaço, tal como deveria ser, nunca foi realmente programado, o que acarretou no depósito de doidos da Chácara Cruzeiro. O segundo ponto é que, se o Tesouro do Estado tinha suas rendas reduzidas, tratava-se de um reflexo da

21 Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura, pelo Exmo. SN. Dr. Jonathas Pedrosa, Governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1914.

exportação do látex que, desde 1910, vinha perdendo mercado para a produção realizada no Oriente, a qual entrou no mercado com força total, produzindo em larga escala e a baixo custo na Malásia, no Ceilão e na Indonésia. Além desse fator, havia a inércia e o descaso das elites amazônicas, e a falta de investimento do governo brasileiro, elementos que contribuíram para que o látex explorado aqui perdesse mercado e valor, afetando diretamente a economia do Amazonas. E o terceiro ponto é que um abrigo que acomodasse de forma deveras os loucos ficou, popularmente dizendo, nem lá - na Chácara Cruzeiro, onde pudessem realizar reformas -, nem cá, no novo espaço físico – na Chácara Pensador, que estava sendo preparada para tal fim.

No ano de 1915, o Asylo de Alienados continua sob a direção do Dr. Turiano Chaves Meira, e, em seu relatório anual<sup>22</sup>, apresentado ao então Governador do Estado, Jonathas Freitas Pedrosa, ele pondera sobre as seguintes considerações, já anteriormente feitas: a impropriedade do prédio em que foi instalado o estabelecimento, o estado de ruínas a que chegou, a insalubridade do local, onde o impaludismo impera endêmico. Reitera ainda o pedido de mudança do local para uma das alas do prédio de propriedade do Estado, no Pensador, onde está instalado o Asylo de Mendicidade.

Ainda sob o relatório em questão, o Dr. Turiano cita que, com pequenos gastos, poderiam ser feitas adaptações necessárias, o que em compensação seria sanado pela economia gerada pelo prédio alugado à Rua Ramos Ferreira. Nesse relatório, Dr. Turiano é insistente na mudança do local, esclarecendo que nenhum inconveniente adviria ao Asylo de Mendicidade da mudança do hospício para esse prédio, do qual ocupava apenas uma daquelas alas, estando a outra completamente devoluta pelo abandono obrigatório em que se encontrava. E encerra suas observações descrevendo as despesas com a manutenção do estabelecimento, que, afora o aluguel, montou

<sup>22</sup> Idem, 1914.



a 33:892\$720 (trinta e três mil oitocentos e noventa e dois, setecentos e vinte contos de réis) menor do que nos anos anteriores. Nos anexos desse relatório, estava o quadro de internamentos no período de maio de 1914 a abril de 1915. Vejamos:

**Tabela 1 - Movimento de Pacientes.**

<b>Movimento Anual do Hospital de Alienados (1914-1915)<sup>23</sup></b>	
<b>Existiram</b>	38
<b>Entraram</b>	54
<b>Sahiram Curados</b>	38
<b>Falleceram</b>	10

Fonte - Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 8º Legislatura, pelo Exmo. SN. Dr. Jonathas Pedrosa, Governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1914.

Percebemos, na documentação analisada, que, sob a batuta do Dr. Turiano Chaves Meira, o Asylo de Alienados passa a ter balanços detalhados de sua situação e reivindicações em relação ao espaço físico e condições de vida dos internos.

O então diretor observa as propostas adotadas em São Paulo, e, circunstanciado pelo exemplo paulista, sugere que, em Manaus, para melhor atendimento, tratamento e possível cura da loucura, o asilo de alienados transforme-se em Colônia de Alienados, pelos motivos citados em sua fala:

Assim como no avançado Estado de São Paulo, onde os hospitais não são somente locais de ociosidade e nem oficinas de trabalho obrigatório, mas colônias nas quais o Estado explora o labor daqueles que gozam minimamente de saúde física e mental, na intenção de ocuparem o tempo nas plantações que,

23 Não constam, nesta fonte documental, dados pessoais. A única informação é a de que eram todos indigentes.

em seguida, serviriam para manter os próprios internos, sua proposta é que, em Manaus, assim como em São Paulo, o Asylo de Alienados se torne Colônia de Alienados<sup>24</sup>.

No findar da década de 1920, os pedidos de conclusão do prédio do Asylo de Alienados Eduardo Ribeiro tornaram-se uma constante nas prestações de contas, uma vez que as tais referidas obras de finalização já ultrapassavam a cifra de 76:395\$000 (setenta e seis, trezentos e noventa e cinco contos de réis)<sup>25</sup>.

Intercalam-se os pedidos de providências com períodos de silêncio. Percebemos, na documentação analisada, que, entre os anos de 1924 a 1927, nada foi realizado, senão menções em relação ao descaso na conclusão da obra para a transferência dos loucos. Por fim, sob o Governo do Senhor Antônio Monteiro de Souza, em 1927, é possível a transferência dos enlouquecidos para o edifício situado na Chácara O Pensador.

A mensagem apresentada a Assembleia Legislativa pelo Exmo. Snr. Antônio Monteiro de Souza, em 1927, dá o parecer final em relação à conclusão e transferência dos loucos.

Dependência da Santa Casa, vinha funcionando em prédio particular acanhado e impróprio, à Rua Ramos Ferreira, o Hospício de Alienados Eduardo Ribeiro, único estabelecimento do gênero, existente no Estado. Vivendo ali, em condições precárias de hygiene e sem os indispensáveis recursos de hospitalização, esses infelizes, em número aproximado de 80, de ambos os sexos, precisavam inadiavelmente ser instalados em prédio melhor e mais amplo, de jeito a lhes poder ser prestada a assistência compatível com nosso grau de adiantamento e cultura.

24 Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa do Amazonas, na abertura da 3ª Sessão ordinária da 11ª legislatura, pelo Exmo. SNR. Dr. Turiano Chaves Meira, Governador do Estado do Amazonas, em 14 de julho de 1924.

25 Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa do Amazonas, na abertura da 2ª Sessão ordinária da 10ª legislatura, pelo Exmo. SNR. Dr. Pedro de Alcantara Barcellar, Governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1920.

E continua:

Reconstruíram-se completamente os pavilhões da direita e do centro, substituindo-se todo material estragado e completaram-se as obras interrompidas no da esquerda; fizeram-se todos os demais reparos e concertos na varanda, cozinha, quartos, banheiros, copa, além da pintura geral, com o que se imprimiu uma feição nova, de asseio e beleza. A instalação elétrica e a canalização de águas foram inteiramente reformadas, empregando-se materiais da melhor qualidade. Completando o edifício, fiz construir necrotério, capella, pharmacia, dois amplos recreios, jardins etc., de feição a poder o estabelecimento satisfazer rigorosamente os fins que lhe foram destinados.

Encerrando sua fala:

A actual colônia de alienados apresenta-se com um aspecto agradável, sendo hoje o seu edifício um dos mais elegantes da Capital, a fazer honra ao nosso povo adeantado e humanitário. A Mesa Administrativa da Santa Casa confiou a direcção desse estabelecimento às carinhosas e beneméritas Irmãs de Sant'Anna, que ali occupam o pavilhão central, onde se acham installados o consultório médico, a pharmacia, a portaria e a capella<sup>26</sup>.

Ao dispormos e analisarmos a documentação primária para esta reflexão em relação aos discursos estabelecidos através das mensagens dos governadores, na construção de um local apropriado, e que não fosse mais considerado como um depósito para guardar doidos, no frisar do ano final deste recorte, temos a fala do então Presidente Dorval Pires Porto:

Dependência da Santa Casa de Misericórdia, a “Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro” encontra-se installada em amplo edifício, com pavilhões especiaes para ambos os sexos. Embora

26 Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa pelo Exmo. Snr. Antônio Monteiro de Souza, presidente da Assembleia em exercício do Presidente do Estado, por ocasião da abertura da 2ª reunião na 13ª legislatura, em 14 de julho de 1927.



exija ainda grandes reparações, é excelente a sua situação isolada em meio à vasta chácara<sup>27</sup>.

Ao apagar da Primeira República, Manaus havia sentido seus cofres abarrotarem e esvaziarem. A economia gomífera, que fez ressurgir, na selva, uma capital que, por alguns anos, foi considerada a Paris dos Trópicos, mas não escapou das preleções de reurbanização, modernização, do poder normatizador, médico-sanitarista, que contribuíram para os gastos estrondosos na construção de prédios suntuosos, no embelezamento da cidade e profilaxia urbana.

Em toda a documentação explicitada nesta análise, percebemos que os discursos se cruzam e entrecruzam. Mesmo se arrastando por anos a fio, a transferência dos loucos do antigo depósito à Rua Ramos Ferreira, para a Chácara O Pensador, se concretiza através da demora na realização da institucionalização da loucura e da faxina urbana, que continuou sendo realizada, mesmo com a falta de verba.

As imagens abaixo mostram-nos a fachada da Chácara O Pensador em três momentos:

<sup>27</sup> Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Amazonas, pelo Presidente Dorval Pires Porto, ao instalar-se a 2ª Sessão da 14ª Legislatura, em 1930.

**Imagem 1 - Foto da fachada da Chácara O Pensador, quando era moradia de Eduardo Ribeiro.**



Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas.

**Imagem 2 - Foto da Chácara O Pensador antes da instalação do Asilo de Alienados.**



Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas.

Imagem 3 - Foto da fachada da Chácara O Pensador, no ano de 1930.



Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas.

As modificações na fachada aparecem somente na limpeza do terreno, as demais modificações e adaptações internas, relatadas por tantas vezes nos relatórios e mensagens dos governantes, não aparecem em imagens fotográficas, tão pouco em relatos ou prestações de conta que foram analisados nesta pesquisa. Dessa forma, podemos concluir que a distância do centro urbano, no final da linha do bonde, somando-se à escassa mão-de-obra e à demora da entrega dos materiais para a reforma surgem como relevantes elementos nas falas de Cunha e Dias.



## DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

As diversas formas de normatizações e regulamentações, as políticas higienistas e de prescrição de hábitos são aspectos de um período da modernização brasileira, ou no mínimo de uma tentativa de modernização.

Na Manaus de 1894, os discursos oriundos da sociedade organizada e de grupos com interesses comuns, que exigiam do Estado intervenções na higienização deste espaço público, tornam-se latentes através dos Códigos Municipais de Postura, Decretos e Leis, que determinaram a ordem e o comportamento moral dessa sociedade, num momento em que a medicina definia a população brasileira como um coletivo de indivíduos mestiços e desequilibrados, de agir impulsivo, instintivo e irracional, incapazes de se submeterem a uma organização mais evoluída.

Nesse contexto, surgem, no século XIX, os Códigos de Posturas Municipais, originados a partir da necessidade de um novo delineamento jurídico que reestruturasse as relações sociais, as relações de produção e a convivência nas cidades. Dentro das perspectivas da criação dos Códigos, está a precisão de que o Estado interpreta em relação ao espaço público, ou seja, causador de problemas humanos, proliferador de doenças sociais como: o alcoolismo, a prostituição, o vício, o ócio, tudo que impulsiona os indivíduos à marginalidade e a viverem em lugares insalubres. É nesse espaço público que legisladores, médicos sanitários e urbanistas terão como fortalecimento a ideia de disciplinarização dos corpos e mentes no ambiente social.

Os Códigos de Posturas Municipais assumem uma relação normativa, pois estabelecem regras de convívio e comportamento, sendo elas priorizadas através da ordem pública e nas esferas jurídicas, médicas e sociais.

A medicina social, como higienização do corpo, das doenças e da prevenção delas, surge paralelamente aos Códigos, sendo difundida e implantada de maneira a punir todo aquele que fugisse das perspectivas então adotadas.

Vemos em Machado que:

A cidade configura-se então como objeto privilegiado ou mesmo exclusivo de intervenção médica por reunir em sua desordem as causas de doença da população. A importância crescente da cidade, como centro de comércio e de produção econômica e como sede do dispositivo central de poder político que intervém em todos os níveis da vida social, implica a construção de um funcionamento ordenado dos núcleos urbanos, condição de possibilidade da transformação dos próprios indivíduos e materialização da exigência normalizadora da nova ordem social (MACHADO, 1978, p. 145).

Para além das ruas, a ordem era organizar o espaço público, promovendo a profilaxia do comportamento, de forma a alimentar, entre os indivíduos, um convívio pacífico. Esta proposta inclui contundentemente os loucos. Vejamos o que nos diz o Código de Postura de 1904<sup>28</sup>, em seu Artigo nº 179: “o louco que for encontrado nas ruas da cidade será entregue à pessoa encarregada da sua guarda e, na falta desta, será recolhido ao hospital de alienados”, e ainda consideremos o Código de Postura de 1920, o qual altera somente o número do artigo para 171. A escrita, em relação aos loucos que perambulavam pelas ruas, é a mesma.

Em suma, os miseráveis de toda ordem eram internados em hospitais, asilos e colônias. Alguns eram alojados na cadeia pública, longe dos olhares das pessoas de moral e virtudes, dos turistas, dos imigrantes, migrantes e dos investidores que depositavam financiamentos nessa urbe que florescia, com uma nova ordem urbanística, policial e sanitária, pensada e implantada

28 Códigos de Posturas, Leis e demais Resoluções do Conselho Municipal de Manaós, 1920.

para o novo conceito de civilidade que assolara não só Manaus, mas todo cenário brasileiro.

Percebe-se uma ampla criação de hospícios, asilos e colônias por todo território nacional, o que condiz com a reurbanização e a influência europeia vivida no Brasil do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

São contemporâneos à criação da Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro, em Manaus (1894): o Asilo de Alienados do Hospital Santa Ana (1890), em João Pessoa, Paraíba; Asilo de Santa Leopoldina em Maceió/AL (1891); Hospício de Barbacena, Barbacena, Minas Gerais (1903); em Curitiba, no Paraná, é fundando o Hospício Nossa Senhora da Luz (1903); e, em São Luís do Maranhão, o Hospício dos Alienados (1905).

O palco em que figura a loucura se compõe de vários atores, e sendo coadjuvantes nesta história surgem os médicos alienistas. Sob o comando do renomado psiquiatra Juliano Moreira, eles se reúnem, entre as décadas de 1910 a 1920, e fundam a Liga Brasileira de Higiene Mental, que tinha como tese central a hereditariedade como causa das doenças psíquicas. Valendo-se desse diagnóstico, o objetivo era segregar e esterilizar pacientes, especialmente aqueles não-brancos, considerados diabólicos, perversos e lesivos a uma idealizada raça brasileira.

Dos atores principais, que atuam no palco da loucura, estão: pessoas internadas pelo poder público – bêbados, vândalos, vadios, prostitutas, arruaceiros, baderneiros, indigentes, larápios, órfãos, portadores de beribéri, mendigos, enfim, miseráveis de toda ordem, além de pessoas internadas por suas famílias: mulheres, histéricas, bêbadas, inválidas, fracas do juízo, viúvas, em suma, todas aquelas que tiveram o azar de serem consideradas ‘fracas do miolo’. E os homens não saíam ilesos das internações praticadas pela família, tais



como os alcoólatras, viciados em jogo, em sexo, libertinos de toda ordem, mal-afamados, todos estes eram levados à internação.

Ao analisarmos o Decreto nº. 1.132, de 22 de dezembro de 1903, que se refere às internações, percebemos, nos artigos abaixo:

Art. 1º - O indivíduo que, por moléstia mental, congênita ou adquirida, comprometer a ordem pública, ou a segurança das pessoas, será recolhido a um estabelecimento de alienados.

§ 1º A reclusão, porém, só se tornará efectiva em estabelecimento dessa espécie, quer público, quer particular, depois de provada a alienação.

§ 2º Se a ordem pública exigir a internação de um alienado, será provisória sua admissão em asylo público ou particular, devendo o director do estabelecimento, dentro em 24 horas, comunicar ao juiz competente a admissão do enfermo e relatar-lhe todo o ocorrido a respeito, instruindo o relatório com a observação médica que houver sido feita<sup>29</sup>.

Vimos, no Decreto acima, que a admissão de um enfermo deveria ser feita através da reclamação familiar ou por autoridades competentes, mas a internação só era realizada quando provada a alienação, o que poderia ser provado e comprovado pelas atitudes que o indivíduo tomava ou pela forma como levava sua vida (atos transgressores, histeria, bebedeira, vadiagem, prostituição, enfim, uma teia de más condutas que poderia levar homens e mulheres realmente à loucura).

Analisando as disposições desse decreto, percebemos que a sua intenção é de refugiar os alienados em um só ambiente, salvaguardando-os, pois o Art. 10, do mesmo decreto citado acima, estabelece que “é proibido manter alienados em cadeias públicas ou entre criminosos”. Somente poderiam os criminosos alienados

<sup>29</sup> Decreto nº 1.132, de 22 de dezembro de 1903, assinado pelo então Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Francisco de Paula Rodrigues Alves.

serem internados em asylos ou hospícios. Nos locais em que não existissem asylo, deveriam sim ser recolhidos na prisão, contanto que em pavilhões separados.

Considerando que a grande maioria das pessoas era analfabeta, não era difícil ao juiz, delegado ou aos familiares conseguirem a autorização para a internação de quem quer que fosse.

[...] vemos que, na Inglaterra do século XVII, é o juiz de paz que toma a decisão de decretar o internamento, seja por ter sido solicitado pelo círculo da pessoa, seja porque ele mesmo considera a medida necessária para a boa ordem do distrito (FOUCAULT, 2012, p. 127).

Os alienados, transgressores e indesejáveis passam a ser dispositivos da classe dominante, que, com a prerrogativa de ordenação e moralização, estabelece tanto na esfera social quanto econômica maneiras de segregar os doentes sociais, fazendo com que eles passem a orbitar nos subúrbios, contribuindo, juntamente com o discurso médico-higienista, para o êxito nessa empreitada.

Segundo Schmachtenberg,

[...] estes regulamentos criaram as condições para o ordenamento e controle das populações, e com isso normalizar as condições de vida da sociedade. Os códigos serviram como um mecanismo regulamentador atuante, compreendendo uma forma de racionalizar e higienizar o espaço urbano e ao mesmo tempo prevenir a ocorrência de moléstias epidêmicas controlando, vigiando e punindo os indivíduos (2008, p. 08).

Analisando os Códigos Municipais de Postura, é evidente que a sua elaboração foi discutida e escrita com mecanismos de exclusão social, para todos os indesejáveis que habitavam as ruas e proliferavam doenças, com desvios de moral, e que apresentavam alienação, seja essa alienação dócil ou criminosa. Os regulamentos, normas, decretos, leis e códigos tiveram como característica única a de restringir a

liberdade individual, disciplinarizando, punindo e excluindo do espaço público esses indivíduos.

## LUGAR DE LOUCO É NO HOSPÍCIO

A loucura está presente na humanidade, desde os tempos remotos. Na Grécia Antiga, os loucos eram indivíduos com manifestações dos deuses, portanto, não eram reclusos ou indesejáveis; na Idade Média, marcada pela forte manipulação da Igreja Católica sob a vida humana, a loucura era vista como força da natureza. Espíritos maus eram interpelados pela Inquisição, condenados ou mortos; na Renascença, a entrada dos loucos nas cidades era proibida. Assim, eles perambulavam de um canto ao outro, até serem colocados em navios, mais conhecidos como a 'Nau dos Loucos', e ficavam vagando em alto-mar.

A cronologia e as disposições em relação ao louco e sua presença, nos espaços públicos e privados, diferem-se ao longo do tempo e da localidade. No Brasil, a loucura é registrada desde os primeiros anos de colonização, constando referências<sup>30</sup> aos loucos nos Tribunais de Santo Ofício de Lisboa, em Portugal, tanto que, no final do século XVI, por aqui, instauraram-se investigações a fim de se punir os hereges. Nesses julgamentos, muitos se declaravam loucos. Para se ter a confirmação de loucura, investigavam, entre os familiares e vizinhos, as posturas e condutas do julgado. Se havia a certeza de que o réu não era um herege, a Inquisição costumava mandá-lo para casa, ou para o Hospital de Todos os Santos, em Lisboa, no qual, desde o final do século XVI, havia separadas enfermarias para o tratamento de doenças perigosas, como a loucura.

30 Essas referências encontram-se na Revista de História, Ano I, nº 2, Agosto/2005.



Encarcerados pela própria família, com criados discretos e dedicados, os loucos dos casarões senhoriais não figuravam entre os que perambulavam pelas ruas em convivência com a vizinhança ou entregues à própria sorte, como nos coloca a historiadora Magali Gouveia Engel:

Os loucos que pertenciam “às famílias abastadas” geralmente viviam da forma mais discreta possível, isolados “em quartos fechados, vigiados, alimentados e tratados” (Sigaud, 1835:6). Nesses casos, a família detinha a responsabilidade pela sobrevivência, pelo tratamento e pelo controle do seu louco, embora, nos períodos de crises mais violentas, pudessem transferir essa responsabilidade, internando-o na Santa Casa de Misericórdia (2001, p. 184).

Nessa premissa, os loucos das classes infames, pobres ou órfãos eram recolhidos pelas Santas Casas de Misericórdia, espalhadas por todo Brasil. Essa instituição abrigava-os em pavilhões separados dos outros doentes, e muitos eram levados pelas mãos da polícia, sendo internados como indigentes.

Com o passar do tempo e com as novas concepções de cidade limpa e organizada, os loucos passaram a ser vistos como ameaça à ordem e à moralidade pública. Assim, necessitavam, segundo os alienistas da época, de um espaço exclusivo, para que pudessem receber tratamento adequado, e até serem curados.

Ou como nos coloca Foucault:

[...] não é a luta entre filantropia e barbárie, das tradições contra o novo humanismo. É o tatear desajeitado na direção de uma definição da loucura que toda uma sociedade procura novamente exorcizar, na época em que seus velhos companheiros – pobreza, libertinagem, doença – recaíram no domínio privado. Num espaço social inteiramente reestruturado, a loucura deve encontrar um lugar (2012, pp. 424-425).

Isolar o louco dos espaços públicos ou privados, confinando-o a uma vida de reclusão, e, sobretudo, utilizando seus corpos e mentes em experimentos através das novidades medicinais, que surgem e ganham amparo com o andamento da medicina social e o esquadramento das grandes instalações públicas, como as Santas Casas de Misericórdia, onde a proposta imediata de reorganização do espaço interno dispõe que “[...] os alienados, colocados no hospital geral, podiam contaminar os demais com seu comportamento inadequado, causar acidentes pela sua fúria e, assim, mais que os demais “doentes”, precisavam ser separados” (WADI, 2002, p. 28). Dessa forma, a proposta corrente era que os loucos e seus conluiados estivessem salvaguardados, longe dos demais doentes.

Portanto, os asilos de alienados são parte integrante dessa medicina que se estabelece através das novas maneiras de tratamentos para doentes mentais: banhos de água gelada, distração, trabalho e tratamento moral, mas, para que isso ocorresse, era de suma importância que todos os alienados, loucos e seus simpatizantes fossem alojados em um só lugar: no hospício.

Para Engel,

[...] psiquiatras brasileiros na busca obsessiva de conquistarem para si o monopólio da única verdade possível sobre a loucura e, portanto, controlar todos aqueles que pudessem ser capturados pela malha cada vez mais extensa e emaranhada da doença mental. Evidenciando o comportamento da psiquiatria com as políticas de controle social propostas pelas primeiras administrações republicanas, o universo temático privilegiado pelos especialistas brasileiros na construção da loucura como doença mental deixa entrever as principais áreas de intervenção e estratégias normatizadoras: os comportamentos sociais, as relações de trabalho, a segurança pública, as condutas individuais e as manifestações coletivas de caráter religioso social, político etc. (2012, p. 323).

As intenções da psiquiatria nacional, em obter o monopólio da conceitualização e do diagnóstico real da doença mental, contribuiu de forma ampla para que as internações aleatórias, por qualquer sintoma que aparentasse loucura, fossem realizadas, depositando em hospícios todos aqueles que se comportassem de maneira diferente das condutas morais do período.

Segundo Foucault:

O asilo deve figurar agora a grande continuidade da moral social. Os valores da família e do trabalho, todas as virtudes reconhecidas, imperam no asilo. Mas com um duplo âmago da própria loucura; sob as violências e a desordem da alienação, a natureza sólida das virtudes essenciais não se rompe (2012, p. 235).

Muitos desses hospícios eram antigos hospitais ou enfermarias que cuidavam de leprosos, tuberculosos, pessoas com hanseníase, varíola e, no caso específico de Manaus, da beribéri, ou casarões abandonados que estavam ocupados por indigentes.

Suas edificações afastadas das cidades e de difícil acesso tinham como características as mesmas representações dos leprosos - em outros tempos - ou dos doentes venéreos. Deviam ser afastados dos olhos elitizados, os mal vistos, mal cheirosos, mal interpretados, todos eram relegados ao aprisionamento dos hospícios. Machado explica-nos que “[...] o funcionamento disciplinar da cidade exige que os hospitais sejam retirados do centro, procurando-se, com esta medida, neutralizar os efeitos de contágio, de propagação do mal que eles contêm” (1978, p. 284).

Contudo, a formação, adequação e constituição dessas instituições partem, principalmente, da concepção de readaptar o espaço urbano para esta modernidade advinda das novas práticas de hierarquização social, sobretudo ao que se refere a estes personagens



– os loucos. Os olhares se entrecruzam nos diversos saberes, que, nesse período, se impõem a construir uma cidade ordeira e revitalizada.

Neste sentido, lugar de louco é no hospício, e o hospício inicialmente tinha como função “[...] assegurar sua segurança pessoal e de sua família; libertá-los das influências pessoais; submetê-los à força a um regime médico; impor-lhes novos hábitos intelectuais e morais” (FOUCAULT, 1997, p. 27).

Os discursos médico-higienistas, que se formam em torno da loucura, formatam-se, neste primeiro momento, em especulações advindas somente ao ato de isolar este sujeito da vida pública, familiar e social.

Sobre as internações, Foucault nos esclarece que:

É evidente que o internamento, em suas formas primitivas, funcionou como um mecanismo social, e que esse mecanismo atuou sobre uma área bem ampla, dado que se estendeu dos regulamentos mercantis elementares ao grande sonho burguês de uma cidade onde imperaria a síntese autoritária da natureza e da virtude. Daí a supor que o sentido do internamento se esgota numa obscura finalidade social que permite ao grupo eliminar os elementos que lhe são heterogêneos ou nocivos, há apenas um passo (2012, p. 79).

Moralizar o espaço público era a ordem do momento, pois Manaus “renasce” com uma elite fascinada pela modernidade, sendo claro o repúdio pelos indesejáveis. Neste sentido, tem-se a formação das instituições para internamento dos loucos, que floresce no Brasil, através dos ares vindos da Europa de medicalização, urbanização, reestruturação da vida urbana. Dessa maneira, os Asilos para Alienados se estruturam em território nacional, uma vez que a necessidade de internação parte do princípio de tratamento e socialização dessas pessoas, mas, na verdade, é algo que está intrínseco na reurbanização

social, conforme Dias nos destaca: para a reorganização da urbe, o papel da polícia foi de suma importância.

Aos guardas rondantes da cidade, cabia levar à presença da autoridade, para conhecimento do fato de todos os elementos que fossem encontrados em estado de embriaguez ou de alienação mental, assim como os que estivessem dormindo nas ruas, praças, adros das igrejas e lugares semelhantes (DIAS, 1999, p. 131).

Percebemos o poder da polícia em fazer cumprir a lei através das análises realizadas em relatórios do período. Vejamos o relatório assinado pelo Sr. Major Francisco Boaventura Bitencourt<sup>31</sup>, em 1909, onde foram enviados à Santa Casa de Misericórdia 195 indivíduos tidos como indigentes, e 14 destes internados no hospício.

Surgem interrogações partindo-se da premissa sobre qual era o critério utilizado para identificar um louco. Pois, nesse momento, a polícia, como organizadora do espaço público, prende e solta, delegando quem iria direto para a Santa Casa de Misericórdia, quem iria para o hospício e quem ficaria preso, não existindo um laudo específico.

Em 1912, o Sr. Dr. Emiliano Stanisláu Afonso<sup>32</sup>, juiz municipal distrital de Manaus, envia o movimento da delegacia ao então governador Cel. Antônio Clementino Ribeiro Bittencourt, relatando que havia enviado ao hospício trinta e três loucos e, nesse mesmo relatório, constam somente dois exames de sanidade. A loucura, que banaliza a condição social do ser humano, também banaliza a vida. Verificamos, em uma documentação de movimento de doentes, que deram entrada no Hospício de Alienados Eduardo Ribeiro, entre os anos de 1898 e 1899, um total de falecimentos relativamente alto.

31 Relatório da Santa Casa de Misericórdia, apresentado à Assembleia Geral Administrativa, em 1909.

32 Mensagem lida perante o Congresso em 10 de julho de 1912, para o Governador Coronel Antônio Clementino Bittencourt, acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições.

Vejamos:

**Tabela 2 – Movimento de Pacientes.**

<b>Movimento entre os anos</b>	<b>1898</b>	<b>1899</b>
<b>Saíram</b>	55	52
<b>Curados</b>	8	17
<b>Melhorados</b>	8	3
<b>Por diversos motivos</b>	6	7
<b>Falecidos</b>	24	24
<b>Ficaram em tratamento</b>	9	10

Fonte: Mensagem lida perante o Congresso, em 10 de julho de 1912, para o Governador Coronel Antônio Clementino Bittencourt, acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições.

As estatísticas acima não nos apresentam se os indivíduos internos eram homens, mulheres ou crianças, nacionais ou estrangeiros, o que ocorre também em 1900, não existindo a discriminação de sexo, cor, idade, ou nacionalidade, somente o total de registros. Porém, uma das hipóteses levantada, nas observações e reflexões dos quadros de movimentos do asilo de alienados, seria a de que essas mulheres que foram internadas poderiam ser prostitutas, causadoras das doenças sociais, e suas internações serviam como lição às outras que tentassem, de alguma forma, burlar a legislação e os códigos de conduta. Retirá-las das ruas e interná-las, em alguma instituição, significava diminuir a obscenidade e a degeneração dos senhores que andavam pelas ruelas e becos de profanação. Aprofundaremos, nesta análise, no terceiro capítulo, onde nossas reflexões serão em torno da ala feminina, a questão de gênero e as representações da loucura feminina.



Observemos o movimento de internações a seguir:

**Tabela 3 – Movimento de Pacientes.**

Movimento entre os anos	1900	1908
<b>Entraram</b>	28	28
<b>Saíram a pedidos</b>	3	—
<b>Mulheres</b>	—	4
<b>Homens</b>	—	24
<b>Curados</b>	2	—
<b>Por mudança de ares</b>	1	—
<b>Falecidos (as)</b>	15	27
<b>Ficaram em tratamento</b>	38	1

Fonte: GALVÃO, Manoel Dias. História da Medicina em Manaus. Manaus: Valer, 2003, p. 175.

Somente nos primeiros anos do século XX foi que os quadros estatísticos passaram a especificar quem eram esses alienados, porque eram internados, sob quais prescrições legais ou médicas, com diagnósticos assinados por alienistas, se eram criminosos, se a doença mental era de nascença, hereditária ou adquirida, dentre outras especificidades. Tais alterações aparecem da necessidade em saber exatamente quando, quantos e quem eram os sujeitos internados com alienação.

A saber,

**Tabela 4 – Movimento de Pacientes.**

Movimento entre os anos	1921	1929
<b>Entraram</b>		
Homens Brasileiros	3	—
Mulheres Brasileiras	6	—

Indigentes	5	—
Mulheres Estrangeiras	1	—
Estrangeiros	—	—
Melhorados	—	—
Falecidos	1	13

Fonte: GALVÃO, Manoel Dias. História da Medicina em Manaus. Manaus: Valer, 2003, p. 175.

O que nos chama a atenção é a quantidade de falecidos, o que nos sugere que o hospício funcionava como um local de extermínio (GALVÃO, 2003, p. 175). Em relação ao quadro de pessoal à época da institucionalização do hospício Eduardo Ribeiro, somente o hábil clínico Dr. Clementino Antônio da Silva havia sido nomeado, os demais eram contratados, sendo eles: 1 criado, 1 lavadeira, 1 cozinheiro, 2 criadas, 5 enfermeiras e 5 irmãs de caridade.

Percebe-se, então, que a criação do hospício, realizada a toque de caixa, contava com um quadro de funcionários pequeno, em relação ao diagnóstico da loucura e da especificidade dos profissionais que zelavam pelo bem-estar, medicalização e higienização dos mesmos.

Apesar do discurso estabelecido nas vias da medicina e da urbanização, as internações realizadas, em alguns casos, foram de extrema violência ao direito de ir e vir. Se a ordem era a faxina urbana, ela se realizou muitas vezes de forma brutal, pois, segundo Foucault, “[...] cala-se a liberdade sempre arriscada do diálogo; dela resta apenas a tranquila certeza de que é preciso reduzir a loucura ao silêncio [...]” (2012, p. 167).

Ao analisarmos a Manaus de 1894, devemos considerar que, no centro da cidade, existiam algumas casas de palha, pouquíssimas construções públicas e uma Igreja, alguns locais elitizados e burgueses, com imigrantes e migrantes. De acordo com Lage, “[...] seduzidas pela borracha, milhares de pessoas migraram para o Amazonas em busca

de uma vida melhor [...]” (2010, p. 227). Vieram iludidos com o trabalho nos seringais e com a ilusão do sonho de enriquecer, mas acabaram por engrossar o caldo de indesejáveis nas ruas da cidade.

O discurso de urbanização e revitalização, instaurado em todo território brasileiro, também está presente nesses rincões, nas diversas concepções de modernização que o período expelia de todos os segmentos sociais, médicos e urbanísticos, ampliando os conceitos de higienização, revitalização da urbe e sociabilização dos costumes.

Sobre este aspecto, Bárbara Rebeka Gomes de Lira acrescenta-nos que:

O crescimento da cidade era acompanhado pelo aumento da miséria e da desigualdade social. Nos jornais eram publicadas as notas de desagrado quanto à permanência de indigentes nas ruas, nas praças e jardins, que se dizia infectar, com suas moléstias, o ar e o olhar elitizado (2014, p. 30).

Para além da massa pobre que se formava, era necessário que os mecanismos de poder, dominação e exclusão se fizessem presentes na segregação dos indesejáveis, incluídos nessa massa – os loucos.

O processo de urbanização, que ocorreu em Manaus, foi realizado de forma suntuosa, e isso ocorreu graças à economia gomífera, que jogava, dentro dos cofres públicos, dinheiro suficiente para que a urbanização da então cidade de palha se transformasse em uma capital moderna, mas que acabou por abrigar nacionais e estrangeiros de todas as camadas sociais, e de todos os níveis morais.

Os hospícios não fugiram à regra do novo conceito de cidade. Em sua essência, foram criados para isolar, extirpar, aprisionar a massa humana que não mais combinava com a nova ordem social, medicalizando os comportamentos, os corpos, as mentes, a cidade.

As conceitualizações, em relação ao hospício e a sua estrutura física, são geridas através do isolamento, das grades, do mau



funcionamento, do desumano, do abandono familiar e do Estado, dos estudos médicos, que se apropriavam do corpo do louco, para analisá-los das piores formas: teste com remédios, eletrochoques, banhos de água gelada, falta de alimentação e péssimas condições de vida.

Em Foucault, vemos que “[...] a loucura só existe, em cada homem, porque é o homem que a constitui no apego que ele demonstra por si mesmo e através das ilusões com que se alimenta [...]” (2012, p. 24).

Na soberba da elite, a loucura das institucionalizações das coisas e das pessoas, esse apego das ilusões, com que o homem se alimenta, crescem na composição do poder do discurso médico, sanitário e higienista.

Podemos considerar, então, que a higienização do espaço público, no que tange à cidade de Manaus, foi concebida nos discursos estabelecidos da época, para sanar a urbe, modernizá-la, o que vem contrapor com o aprisionamento dos delinquentes, com o ato de isolar os loucos, internar os enfermos, enfim, vem faxinar os indesejáveis da cidade que renasce e se reestrutura.

Ao analisarmos a Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro, e a distância da instalação de seu prédio do centro urbano, percebemos as características determinadas para a noção das doenças sociais, pois, em se tratando de limpeza da urbe, os companheiros de fama dos dementes entraram no balaio das internações e isolamentos. Eles ajudavam na formação da sujeira humana que habitava a cidade, deformavam a vida moral, e, sobretudo, colocavam Manaus como um lugar de gente que proliferava a desordem, as doenças sociais e os maus hábitos.

Os significados dos costumes, valores, da criação de instituições sociais e religiosas, dos discursos de poder, da medicina, da engenharia, da urbanização e da revitalização das representações acerca da institucionalização do hospício Eduardo Ribeiro e da

historização das informações são capazes de nos remeter ao passado, de forma a ampliar a construção histórica em Manaus.

Nas pesquisas realizadas para a construção deste trabalho, dentro do recorte temporal escolhido, percebemos uma lacuna nas fontes documentais. Existem relatórios, códigos de posturas, leis e decretos que citam, subjetivamente, a construção da Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro, mas que não se aprofundam nas verdadeiras intenções da criação desse hospício. Percebemos amplamente que a tramitação para a fundação vem a cercar as necessidades existentes em limpar a cidade dos loucos.

Isaias Pessotti nos afirma que:

O século XIX bem merece o título de “século dos manicômios”. Em nenhum outro século o número de hospitais destinados a alienados foi tão grande; em nenhum outro a terapêutica da loucura foi tão vinculada à internação; em nenhum outro século o número de internações atingiu proporções tão grandes das populações. Mais ainda, em nenhum outro século a variedade de diagnósticos de loucura, para justificar a internação, foi tão ampla (1996, p. 09).

Dessa forma, a construção da Colônia teve, como característica fundamental, a mesma proposta realizada em todo território nacional, através do discurso da medicina social, que regulamentava os grandes estabelecimentos institucionais, tais como: os cemitérios, hospitais, prisões e hospícios, que deveriam ser realocados em lugares mais afastados da cidade, pois, a presença deles no âmbito urbano infectaria o seu interior e os cidadãos que o cercavam.

As ações do governo republicano em construir hospícios, e aprovar leis que garantissem aos médicos psiquiatras da época o monopólio sobre o conhecimento e a intervenção da loucura, foram peça-chave no desenrolar das internações, e, sobretudo, na constituição dessas internações.

Simbolicamente, os hospícios vieram para servir de territórios de testes de medicalização, de formas terapêuticas, de instrumentalização do saber médico - psiquiátrico. Muito embora Hegel, em 1830, em sua obra *Enciclopedia delle scienze filosofiche*, já descrevesse que “[...] a alienação não é a perda abstrata da razão nem do lado da inteligência, nem do lado do querer e da sua capacidade de deliberar [...]”, a loucura traz consigo o ser não ser da desrazão, motivo este que intrigou médicos-sanitaristas e psiquiatras, fomentando, em seus âmagos, a necessidade do enclausuramento como forma de tratamento, mas que lhes servia como campo de estudo oficializado. Trata-se de uma prática comum em um período em que a medicina buscava respostas para todas as mazelas humanas.

## DISCURSOS ALIENISTAS: A CONSTRUÇÃO DA LOUCURA NA *TERRA BRASILIS*

Em sua essência, a loucura poderia ser vista perambulando pelas ruas até os anos de 1830. A partir de então, a prática do recolhimento dos loucos aos asilos passou a fazer parte dos dispositivos de circulação nos logradouros do Rio de Janeiro. Este processo acarretava na submissão dos loucos a tratamentos específicos, projeto este que se intensifica com a implantação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Para tanto, a frase chave utilizada pelos médicos para a institucionalização da demência desse período era a de que aos loucos, o hospício (MACHADO, p. 376).

Desde então, a medicalização e a internação do louco, bem como o reconhecimento da loucura como doença para tratamento e a transformação do hospício em instituição médica, têm como significação a definição de um novo estatuto jurídico, social e civil



para o alienado, ou como nos propõe Vera Portocarrero, o estado de menoridade social (2002, p. 96).

Dessa maneira, a construção científica da loucura, embasada no viés da internação, medicalização e tratamento, em justaposição com os anseios da faxina urbana que ocorreu nesse período, vem de encontro aos discursos médicos, que buscavam definir a doença através das observações realizadas nos hospícios, esmiuçando os comportamentos, analisando os movimentos dos internos, e cruzando informações com métodos e práticas utilizados em outros lugares.

Os médicos alienistas, que clinicavam no Brasil, tinham como referências pesquisas realizadas na Europa. Estavam baseados, em um primeiro momento, na psiquiatria francesa de Jean Etienne Dominique Esquirol, e na de seus discípulos: Auguste Morel e Édouard Séguin, que elevaram os alienados à condição de seres humanos ao penetrar na mente humana com o intuito de compreender os transtornos do humor e da melancolia como importantes agentes que conduzem à perda do juízo. Esquirol reformou os asilos e hospícios franceses, fundou o primeiro curso para tratamento das enfermidades mentais, e lutou pela aprovação da Primeira Lei de Alienados na França.

Por sua vez, na Alemanha, a corrente organicista tem como precursor Wilhelm Griesinger, sendo seu discípulo Emil Kraepelin. As pesquisas descritivas de Griesinger sobre os sintomas clínicos e a análise de anatomia patológica serviram de referências a muitas gerações de especialistas em doenças mentais. Ele buscou oferecer aos pacientes um ambiente semelhante ao doméstico, e seus estudos influenciaram diretamente a formulação da Primeira Legislação Brasileira de Assistência aos Alienados.

Sigmund Schlomo Freud problematizou, em suas pesquisas, o diálogo do paciente e do clínico, através das análises dos sonhos, que revelam os caminhos tortuosos do inconsciente, agindo nos

comportamentos, os quais se apresentam como sintomas, a exemplo: fobia, medo, neurose de pensamento obsessivo, paranoia e melancolia.

Esquirol, Kraepelin e Freud são alguns dos médicos alienistas que influenciaram sob medida os pensamentos e pesquisas dos médicos brasileiros, e ainda exerceram influência perante a legislação. Nas internações, os alienistas daqui buscavam respostas nos conceitos, prognósticos e diagnósticos do Velho Mundo.

Ao que tange o recorte cronológico proposto, temos no Brasil precursores da cientificidade alienista, através de José Carlos Teixeira Brandão, que, nos primeiros anos da República, propôs a criação das colônias agrícolas, onde o tratamento terapêutico visava à ocupação laboral do doente e o contato com a natureza. Tal integração diminuiria os danos causados pela loucura, e é de Brandão a Primeira Legislação de Alienados no Brasil.

Como contemporâneos de Brandão, estavam Raimundo Nina Rodrigues, Júlio Afrânio Peixoto, Ulysses Pernambucano, Luiz Cerqueira, Arthur Ramos de Araújo Pereira e Juliano Moreira. Estes médicos desenvolveram teorias, conceitos e pesquisas, impulsionando os tratamentos sobre a loucura. Cercados pelas ambiguidades, discutiram suas posições através de artigos científicos, livros e participações em palestras, na Sociedade de Medicina da Alienação, clínica médica e psiquiatria. Além disso, os cargos de diretoria que ocupavam ajudavam a impulsionar suas pesquisas.

Cristalizados em seus discursos, os homens da ciência da *Terra Brasilis* revelavam-se distintos quando o assunto era a loucura. Sucintamente, analisaremos, nesta reflexão, dois dos alienistas mais conceituados do período, os quais discutiam, em artigos, suas análises acerca da loucura. Muito embora em linhas de pesquisas diferentes, suas reflexões contribuíram de forma determinante para a problematização da doença mental. Seus contemporâneos e discípulos

seguiram a cabo suas linhas de pensamento, não havendo, portanto, a necessidade de citá-los individualmente, uma vez que não é essa a reflexão desta pesquisa.

Elencamos, em primeiro plano, o médico alienista Raimundo Nina Rodrigues, defensor pragmático da degeneração da raça brasileira, pois a miscigenação das três raças fundamentais (negros, índios e brancos) transmitiria aos produtos de seus cruzamentos caracteres patológicos diferenciais de valor, ao passo que a correta diferenciação das raças seria muito importante para a prática médica, tanto nas doenças físicas como nas doenças mentais (RODRIGUES, 1939, p. 203).

Para ele, a inferioridade racial dos negros e indígenas em relação ao branco era indiscutível. Assim sendo, a miscigenação entre raças em diferentes patamares evolutivos resultaria, fatalmente, em indivíduos desequilibrados, degenerados, híbridos do ponto de vista físico, intelectual e nas suas manifestações comportamentais. A seu ver, um leve verniz de civilização poderia recobrir as populações mestiças, como os sertanejos, mas certas condições sociais fariam eclodir o lado bárbaro e selvagem destes, mal refreado por regras que não eram as suas, incompatíveis com o seu suposto nível mental.

Para além das considerações da degeneração racial, Nina Rodrigues discutiu, em sua obra 'O Alienado no Direito Civil Brasileiro' – apontamentos médico-legais ao projecto do Código Civil, bem como toda a relação de sociabilização e cidadania do alienado, em quatro capítulos. Ele estabelece assuntos como: os estados de insanidade transitória ou permanente, afasia, surdez, mudez, embriaguez, as capacidades civis dos loucos em casar-se, testemunhar, sua sugestão criminosa, abordando ainda a interdição dos alienados e a curadoria, proteção, interdição, perícia e tratamento.



Nina Rodrigues, em suas pautas, defendia que a degeneração da raça brasileira, através da miscigenação e influência dos Trópicos, no comportamento dos habitantes, servia diretamente na geração de indivíduos que desenvolveriam doenças, como a loucura, a embriaguez e as doenças sexuais.

Compartilhando das ideias de eugenismo, em Manaus, estava o Dr. Miranda Leão, que fundou a Sociedade de Eugenia do Amazonas, no ano de 1919. Na ata de fundação, ele aloca que:

O que não resta duvida é que em não poucas nações do mundo os homens de sciencia têm-se ocupado do grande problema do aperfeiçoamento das raças humanas, preferindo uns o cruzamento entre os mais resistentes ao ambiente climático, outros a integridade das raças para cada zona da Terra; em primeiro lugar, de comum acordo, procuraram, entretanto, extinguir as doenças que se opõem à formação das boas condições eugênicas de um povo<sup>33</sup>.

Assim como Nina Rodrigues, o Dr. Alfredo da Mata divulgava as ideias de eugenismo no Amazonas como se fosse possível a regeneração física e moral de uma raça. Para tanto, seriam necessários os fatores disgênicos que envolviam a cidade: os vícios, a libertinagem, o desregramento moral e as más condições higiênicas, que estavam intrínsecas nos discursos de policiamento eugênico. Alfredo da Mata propõe, em artigo, que, em todo o país, a luta contra a degeneração das raças seja perpetuada, e que, no Amazonas, não poderia ser diferente devido ao cruzamento sanguíneo do sertanejo, do jagunço, do nordestino e do caboclo.

Vemos todas ellas se destinarem ao combate às verminoses, aos males venereos e syphiliticos, a conseguir habitações higienicas para o operariado, a prophylaxia rural. Visam

33 Revista Amazonas Médico, órgão oficial da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Amazonas. Sociedade Eugenia do Amazonas. Anno II, v. II, nº 8. Manaus, 1919, p. 202.

sempre a eugeniização do homem, por conseguinte, a **melhoria racial**<sup>34</sup> (grifo nosso).

A ideologia científica dos médicos amazonenses encontra suas justificativas nos conceitos de raça e da degeneração de Nina Rodrigues, que embarga todos os projetos que desconstruíam a ideia de raça pura no combate às doenças sociais, físicas e mentais.

Na outra ponta destas discussões, estava Juliano Moreira, introdutor da psiquiatria no Brasil, responsável por incinerar as camisas de forças, abrindo espaço para diálogos com os pacientes. Ele preconizava que, se houvesse enfermeiros capacitados, seria possível reduzir o número de pacientes crônicos. Outro projeto de sua autoria foi a criação das alas e sessões (infantil, masculina e feminina).

Moreira estava em igualdade nas discussões intelectuais com seus interlocutores, nacionais e estrangeiros. Suas críticas giravam em torno da negativa de haver doenças mentais próprias dos climas tropicais. Ele não defendia a condição racial de um indivíduo, não o imunizava e nem favorecia determinadas doenças, e recusava a tese de inferioridade racial.

Os higienistas e psiquiatras que compartilhavam das ideias de Moreira também concordavam que era necessário lutar contra as chamadas degenerescências nervosas e mentais. Os inimigos a se combater eram o alcoolismo, a sífilis, as verminoses, as condições sanitárias e educacionais adversas. Juliano Moreira produzia, pelas vias contraditórias, descartando a qualificação pela natureza das raças, e, ao mesmo tempo, se valia da especificidade da mulher e de sua fisiologia sexual. Mesmo utilizando-se das contraposições citadas, Moreira tentou projetar uma sociedade brasileira organizada na igualdade racial e na diferença sexual.

34 Revista Amazonas Médico, op. cit., p. 197.

## SUMÁRIO

Com a morte precoce de Nina Rodrigues, os embates científicos e ideológicos foram interrompidos, porém as visões, nas quais eles se apoiavam, propunham, a grosso modo e dentro da proposição de universalidade, a inclusão da sociedade brasileira no conjunto das nações mais desenvolvidas.





2

# **CENAS COTIDIANAS:**

AS REPRESENTAÇÕES  
DA LOUCURA  
NOS PERIÓDICOS  
MANAUARAS



## PRÁTICAS DE LEITURA: O FLORESCER DA IMPRENSA EM MANAÓS

A imprensa, ao invés de espelho da realidade, passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época... Capelato.

Transformada em Província do Amazonas no ano de 1850, cercada por um vasto e denso território, com uma demografia específica de floresta, caracterizada por hábitos e costumes indígenas, onde a cultura ocidental ficou restrita a poucas vilas, favorecida pela confluência de dois grandes rios, o Negro e o Solimões, formando o rio Amazonas, Manaus tem sua expansão territorial beneficiada pelos caminhos fluviais. Devido ao difícil acesso, os investimentos estatais demoravam a chegar ao extremo norte, inviabilizando uma nova estruturação que apagasse os traços coloniais, de forma que, assim como a lentidão das águas do rio Amazonas, havia uma lentidão para a chegada das transformações econômicas, sociais e culturais nessa região. Contribuíram para essa demora as mutações em todos os segmentos sociais.

As peculiaridades da cultura amazônica, caracterizadas pela oralidade dos povos indígenas e dos conflitos entre a língua nativa e a língua portuguesa, contribuíram para que somente alguns poucos brancos detivessem o poder da leitura e da escrita, mas, ainda assim, de forma rudimentar.

Por séculos, o *nheengatu* foi utilizado como língua de comunicação interna, deixando a língua do colonizador somente para assuntos burocráticos e administrativos. Dessa forma, a prática da escrita e da leitura, juntamente com as adversidades locais, a distância dos grandes centros, associados à permissividade de comportamentos, e os

ambientes de moradias formam todo o conjunto estrutural e a dinâmica que retardaram as práticas do letramento em Manaus.

A historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro faz a seguinte observação, em relação à dinâmica estrutural que envolve o Amazonas.

Quanto mais afastado de Belém em direção ao sertão amazônico, mais restrito tende a ser o espaço de inserção da cultura letrada. Um inequívoco exemplo da pouca presença de leitores no Amazonas aparece materializado nas falas dos diversos Presidentes da Província, nos momentos em que estes buscaram dar conta dos avanços da instrução pública, quase que exclusivamente associada, naquele período, ao ensino das “primeiras letras” (1999, p. 41).

Os anos de Província seguem-se, e o acréscimo da população letrada, em Manaus, aumenta a ponto de haver uma sinalização quanto à necessidade de se implementar um ambiente para a leitura, ou seja, um prospecto para uma futura biblioteca é promulgado, sob a Lei nº 205, de 17 de maio de 1870, com um acervo inicial de 1200 livros. No entanto, o projeto não alcançou o público e o sucesso esperado, e, dessa forma, a pequena sala é fechada.

Mas as tentativas de implantar o hábito da leitura em Manaus continuaram. Em 1883, uma década depois da tentativa de um ambiente de leitura, com o apoio da população da capital e do interior em montar um local no qual os habitantes manauaras tivessem acesso a livros, revistas e jornais, fora enfim aberta a Biblioteca Pública Provincial.

A importância em sinalizar as práticas de leitura em Manaus e as primeiras tipografias configuram-se no cenário de ambiguidades regionais, pois a imprensa nasce da ansiedade da população em interagir com as notícias de forma integral. Como meio de comunicação em massa, a imprensa transformou profundamente as sociedades modernas, através das mudanças tecnológicas, culturais, sociais e econômicas. Nesse primeiro momento, a imprensa escrita



significava, para as populações longínquas, acesso às informações e acontecimentos, os quais não chegavam em tempo real, mas chegavam de forma global.

No Brasil, trezentos anos depois da chegada dos colonizadores portugueses, a imprensa local passa a fazer parte da vida cotidiana dos nacionais, pois todos os tipos de impressões, fossem elas folhetins, jornais, publicações oficiais, cartilhas, panfletos, cartazes ou livros, eram proibidos, ao contrário do que ocorria nas colônias europeias na América, onde a imprensa se fez presente desde o século XVI, permitindo o acesso às informações e o interesse ao letramento.

Tardamente, a imprensa é autorizada no país, em 13 de maio de 1808. Através do decreto do príncipe-regente, Dom João VI, criou-se a Imprensa Régia<sup>35</sup>. O maquinário utilizado para as impressões chegou ao país junto com a família real. Ao que consta, vieram dois prelos rudimentares e 28 caixas. Dessa forma, iniciaram-se as publicações oficiais que foram direcionadas para as cartas régias, primeiras leis, congratulações, alvarás, composições poéticas líricas, nas quais se exaltavam homens ilustres, atos episcopais, orações e compêndios literários.

A partir de 1821, a censura prévia é extinta, e surgem as primeiras tipografias e jornais em solo brasileiro, que deliberavam sobre diversos assuntos. Alguns deles respiraram até o século XXI, como o Jornal do Brasil, já outros foram efêmeros, de poucas páginas e de pequena circulação, fator característico nesse período. São estes os pequenos jornais datilografados, folhetins abolicionistas, jornais para moças e senhoras, pasquins humorísticos, bisbilhoteiros e caricatos, que satisfaziam os leitores. Além das notícias do dia a dia, que retratavam a economia regional e global, informavam também as mudanças que ocorriam no Velho Mundo.

<sup>35</sup> Recebeu, no decorrer dos anos, várias denominações: Real Officina Typographica, Tipographia Nacional, Tipographia Imperial, Imprensa Nacional, Departamento de Imprensa Nacional, e, novamente, Imprensa Nacional.

O primeiro jornal oficial, editado e impresso no Brasil, foi 'A Gazeta do Rio de Janeiro', que começou a circular em 10 de setembro de 1808, inaugurando, oficialmente, a Imprensa Brasileira. Em 1821, este jornal passa a ser chamado de Gazeta do Rio. Em suas páginas, eram publicados, além de notícias locais, os conflitos que cerceavam a Europa e a instabilidade das colônias americanas. Sua última edição data de dezembro de 1822. Em paralelo às publicações oficiais, existiram inúmeros jornais de feitorias a bico de pena, de fundo de quintal, e que expressavam, em suas linhas, as indignações pertinentes em relação aos problemas que assolavam o país. No Norte do país, em Belém do Pará, despontava-se como vanguarda, na instalação das primeiras tipografias, em 1820, sob o comando de João Francisco de Madureira, com maquinário incipiente e sem recursos financeiros, a Junta do Governo do Pará. No dia 28 de maio daquele ano, um requerimento impresso foi feito em sua oficina, e, dessa forma, Madureira conseguiu o deferimento para publicações de documentos oficiais do expediente diário do Governo da Província.

Ainda em Belém, um ano depois da fundação da tipografia de João Francisco Madureira, os senhores Daniel Garção de Melo, Felipe Alberto Patroni, Domingos Simões da Cunha e José Batista da Silva fundaram o periódico 'O Paraense', com a circulação do primeiro número em 22 de maio de 1822.

As primeiras tipografias no Norte do país surgem de maneira tímida, nada convencional, com maquinários rudimentares, mão-de-obra (des)qualificada, mas, de certa forma, a primeira tipografia, no Pará, torna-se o embrião das construções de uma imprensa regional.

Talvez pela proximidade territorial, contemporânea à tipografia de Belém, a imprensa tipográfica chega a São Luís do Maranhão, inaugurada em 15 de abril de 1821. Esta primeira tipografia foi financiada pelo Governador da Província, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, entrando em circulação o primeiro jornal do Maranhão, 'O

Conciliador'<sup>36</sup>. Jornais confeccionados a bico de pena antecederam esta publicação, sem grandes expressões e de pequena circulação. Logo, esta improvisada tipografia deixou de funcionar, pois, no mesmo ano, chegou da Europa uma tipografia moderna.

Na região do litoral, no Nordeste do Brasil, especificamente no Ceará, começou a circular, a 01 de abril de 1824, o 'Diário do Governo'; e, na mesma região, em Pernambuco, no ano de 1825, foi publicado em Recife, que ainda não era a Capital, o 'Diário de Pernambuco', fundado por Antônio José de Miranda Falcão, e trazendo características rústicas. Com apenas uma lauda, este folhetim publicava pequenos anúncios e noticiava pequenos mexericos. Consta, em Alagoas, 'O Iris Alagoense', tendo sua primeira publicação em 17 de agosto de 1831; em 1832, 'O Natalense' surgiu, no Rio Grande do Norte; e, em Sergipe, no mesmo ano, o 'Recopilador Sergipano'.

No litoral sul do país, 'O Catarinense', em Santa Catarina, tem seu início em 17 de agosto de 1831; ainda na região do extremo sul, o 'Diário de Porto Alegre' surge como o primeiro jornal do Rio Grande do Sul, em 1827. Em relação às outras províncias, o jornal do Rio Grande do Sul imprime suas primeiras páginas com publicações controversas. Além de assuntos corriqueiros, ora apoiava o governo, ora era contra o mesmo.

Na região Sudeste, a 13 de outubro de 1823, tem-se o 'Compilador Mineiro', nas Minas Gerais; e, no Espírito Santo, em 1840, 'O Estapafeta'. Mesmo em São Paulo, estado que estava diretamente ligado à corte, a imprensa chegou tardiamente, somente em 07 de fevereiro de 1827, com a circulação do 'Farol Paulistano', jornal semanário, fundado por José da Costa Carvalho, com apenas quatro

36 O Conciliador foi fundado em meio às divergências entre brasileiros e portugueses pela Independência do Brasil. Além das revoltas regenciais, apesar do nome, este jornal era de cunho noticioso, visto que defendia abertamente Dom João VI. Teve vida curta, deixando de circular em 1823.



páginas. No mesmo ano, em 14 de setembro, com caráter meramente informativo, surge o 'Diário do Vintém' ou 'Diário da Manteiga'.

Sodré nos afirma:

Lento desenvolvimento, portanto, geralmente iniciado em jornais oficiais, oficiosos ou ligados aos governos provinciais. Jornais de vida efêmera, como regra, refletindo interesse transitório de alguma autoridade, de algum intelectual, de algum grupo. A imprensa se desenvolve em estreita ligação com atividade política: aparece antes e cresce mais depressa nos centros em que aquela atividade é mais intensa; demora e cresce lentamente nos outros (1999, p. 122).

Todas as mudanças ocorridas, nesse período, que vão da construção de ferrovias à navegação a vapor, ao cabo submarino, através do telégrafo, que une progressivamente as zonas mais distantes dos grandes centros, encurtando distâncias, globalizando informações, aumentando a dinâmica do comércio e da indústria, foram relevantes para o tão esperado progresso brasileiro. Esses adventos influenciaram diretamente a vida das mulheres cidadinas que, antes trancafiadas em casa, viam a vida urbana pelas frestas das janelas. Com a modernização, as mulheres letradas começam a ter acesso aos comportamentos femininos do Velho Mundo, passando a participar do ambiente que antes era restritamente masculino. Afirmamos nossa fala em Sodré, quando nos coloca que:

O quadro antigo vai sofrendo alterações, particularmente nas áreas urbanas que ganham vida própria, emancipando-se gradativamente da larga supremacia racial. A sociedade brasileira reflete, evidentemente, essas mudanças, com diferenciações progressivas. Até mesmo em relação à mulher: a baiana Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco lança, então, O Jornal das Senhoras em 1852, e que durou três anos, após o que lançou O Domingo, que circulou até 1875, quando faleceu Violante, com sonetos, cartas de amor e modas. A imprensa, como todo o conjunto da cultura, refere-se às transformações da época (1999, p. 214).

A figura feminina, como defensora de ideias e ideais que consagrassem a emancipação e participação das mulheres na vida pública, ganha fôlego em outros locais do Brasil. As mulheres e a imprensa passam a estreitar sua fala, conforme relata Céli Pinto:

Francisca Senhorinha Motta Diniz foi possivelmente a primeira mulher a fundar um jornal no Brasil com o objetivo de divulgar a “causa das mulheres”. Em 1873 fundava em Minas Gerais O Sexo Feminino, que teve dois anos de duração naquele estado. Transferiu-se para o Rio de Janeiro e reeditou o jornal, que durou até 1890, passando a chamar-se 15 de Novembro do Sexo Feminino, a partir da Proclamação da República. Este era um jornal que tinha tiragem quinzenal e algumas peculiaridades, pois além da preocupação com o voto, generalizada entre as mulheres que lutavam por direitos, interessava-se pelos direitos civis. Já em 1873, Francisca Diniz alertava em artigo para a ignorância em que as mulheres se encontravam em relação a seus direitos no casamento e o perigo a que estavam expostas diante de maridos que faziam do casamento uma forma de enriquecer. Segundo Francisca, as mulheres tinham de estar conscientes de seus direitos e não podiam se deixar enganar. Diante dessa situação, pregava uma educação real das mulheres, que as levaria à emancipação (2003, p. 31).

As inserções das mulheres, na imprensa nacional e na luta pelos seus direitos, tiveram como influência direta a vida feminina europeia, pois, com os meios de comunicação globalizados, a extensão do que ocorria por lá se refletia aqui, uma vez que as mulheres buscavam cada vez mais adentrar o espaço masculino. Espelhando-se nos costumes adiantados para o período, as nacionais ganhavam cada vez mais reforço em sua fala, pois várias foram as mulheres com ideias libertárias, que escreveram com pseudônimos masculinos. Com a abertura gradativa do espaço da imprensa para as mulheres, surgem oficialmente periódicos voltados para o direito à educação e ao voto, reivindicações que fizeram com que as mulheres avançassem, como a poetisa, escritora, professora e jornalista Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, nascida em Viamão, no Rio Grande do Sul, quem fundou

o primeiro jornal dirigido por uma mulher – o ‘Belona Irada contra os Sectários de Momo’ (o Belona), semanário que teve seu primeiro número publicado em novembro de 1833, ou, como nos coloca Muzart<sup>37</sup>, é um jornal que provavelmente não trazia nem bordados, nem culinária, nem boas maneiras. Por isso, estava muito à frente do seu tempo.

Os aspectos citados acima se entrecruzam com a demora na implantação da imprensa tipográfica em Manaus. Tal demora na fundação dos primeiros jornais transcende a estratificação de classes sociais impostas pelo analfabetismo e pela oralidade, como nos afirma a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro:

As práticas da leitura coletiva, ocorridas nos espaços privados das casas ou nos espaços públicos dos cafés, quiosques, praças e esquinas, arregimentavam para a Imprensa um público cada vez mais amplo, ansioso não só por informação, mas também por participação (2009, p. 09).

Em relação à implantação da imprensa no Amazonas, vemos em Pinheiro que:

A trajetória da Imprensa no Amazonas está ligada à própria constituição do aparelho de estado no Extremo Norte, já que é somente com a decretação da Província do Amazonas, em 1851, que se monta a primeira prensa em Manaus. Contudo, uma característica eminentemente *oficial*, presente nos primeiros anos, vai pouco a pouco dando lugar a diversificações não só estilísticas, mas também programáticas, fruto de sua inequívoca penetração nos mais diversos segmentos sociais (2009, p. 09).

Dessa forma, a primeira tipografia instalada em Manaus, no ano de 1851, foi comprada no Pará. Sua prensa rudimentar foi instalada em uma rua de chão batido, próxima ao extinto Igarapé do Espírito

37 MUZART, Zahidé Lupinacci. "Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX". Revista Estudos Feministas. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n. 1, 2003, p. 223.



Santo, e era de propriedade do tenente Manoel Silva Ramos, tipógrafo paraense, que foi convidado por Tenreiro Aranha.

O primeiro jornal começou a circular com o nome de 'Cinco de Setembro'38. No mesmo ano, mudou de dono, passando às mãos do português Antônio da Cunha Mendes, e foi rebatizado, passando a se chamar 'Estrela do Amazonas'39. Posteriormente, nascia o jornal 'O Amazonas'40, e este teve vida longa, persistindo até a primeira década do século seguinte.

As informações desses jornais se materializavam, sobretudo, a partir das documentações governamentais, que informavam principalmente sobre a conjuntura política da capital imperial, deixando pouca margem para os anúncios e para o noticiário local. Não fugindo à regra dos jornais que circulavam em outras capitais do Brasil, os primeiros jornais manauaras tiveram, em seu cunho central, os noticiários políticos, as façanhas dos governantes e a vida administrativa da Província.

Essa fase incipiente dos jornais manauaras perpassou a própria dinâmica da cidade de difícil acesso, o que encarecia os equipamentos, dificultava a vinda da mão-de-obra e cerceava novas tipografias.

Porém, as grandes exportações de látex, a partir da década de 1880, alteram profundamente esse cenário. Proprietários endinheirados equiparam as novas tipografias com o que havia de mais moderno, incluindo aí a xilografia.

Em 1892, através da Lei de número 1, de 31 de agosto de 1892, criou-se a Imprensa do Estado, subordinada ao Governo do Estado. Suas publicações eram em conformidade com os regulamentos

38 Circulava às quartas-feiras, a partir de 03 de maio de 1851. Trazia um só caderno, com 04 páginas e 02 colunas. Circulou com esse nome por oito meses.

39 O jornal 'Estrela do Amazonas' foi publicado até 1866.

40 Passando mais tarde a se chamar 'Amazonas'.

intitulados Diário Oficial do Estado do Amazonas, com um crédito inicial de 80:000\$000 (oitenta mil réis), para a compra do material indispensável a sua fundação, trazendo ainda, em seu artigo 1º, o seguinte trecho:

Fica criada a Imprensa do Estado, como órgão de publicidade oficial, destinado à publicação dos atos oficiais, debates do Congresso Amazonense, expediente da Secretaria de Estado e outras repartições, crônica do foro com os despachos e sentenças dos juízes e tribunais, o movimento detalhado do comércio e navegação, indústria, arte e ciência, operando no Estado, as declarações, anúncios, bem como as leis, decretos, regulamentos e mais atos que forem determinados no seu regulamento.

Além disso, no ano de 1897, outro meio de comunicação passa a ser utilizado no Amazonas, o telégrafo, e, para o seu manuseio, foi necessário contratar tipógrafos, que vieram de Portugal.

O historiador Leno José Barata de Souza nos mostra que:

Entre as últimas décadas do século XIX e primeira do XX, o número de jornais que a cada dia invadiam os recantos da capital amazonense sofreu um aumento até então jamais registrado. Se no início de 1880 circulavam pela capital pouco mais de 20 impressos, no final desta década o número tinha mais do que triplicado, chegando a 71 periódicos, mantendo-se estável até a virada do século com 77 jornais para, finalmente, quase duplicar ao término da primeira década do século XX (2010, p. 111).

O *boom* da borracha também foi o *boom* da imprensa amazonense, período de importância ímpar para a economia local, e para a formação crítica dos cidadãos. Os periódicos, que antes publicavam notícias da conjuntura política, passaram a questionar a política, a economia, os investimentos realizados pelo governo, abrindo espaço para os ensaios jornalísticos, os quais começam a apregoar, em suas páginas, informações, notícias, anúncios, greves, nascimentos, homicídios, suicídios, casamentos, crimes,

propagandas, fofocas, casos de amor, de desilusão, literatura, crônicas, cenas do cotidiano, incluindo as petições de internações e prisões de mendigos, prostitutas, loucos, alcóolatrás, órfãos alertando a população quanto aos doentes sociais, além de sugestões e reclamações. Através das representações realizadas nas linhas dos periódicos, as opiniões da tentativa de uma sociedade ordeira se formam, críticas e elogios se constroem.

Oficialmente, no ano de 1895, os jornais que circulavam em Manaus eram assim dispostos: o 'Amazonas', 'Diário Oficial' e 'A República'. Sob o olhar de Genesino Braga, no ano de 1899, citam-se como os principais jornais: 'Comércio do Amazonas', o 'Diário de Notícias', o 'Amazonas Comercial', a 'Federação', o 'Diário Oficial' e o 'Amazonas'. Não podemos deixar de lembrar que as grandes e melhores tipografias do período estavam nas mãos das famílias mais abastadas.

Leno nos coloca que:

A "grande imprensa" no Amazonas desenvolveu-se à medida que o *boom* econômico da borracha avançava e conviveu século XX adentro com pasquins mexeriqueiros, panfletos operários de cunhos anarquistas e socialistas, jornais estudantis como os do Liceu D. Pedro II, folhas femininas dedicadas às "grandes senhoras" da sociedade ou às "gentilíssimas leitoras" do Jornal do Comércio, "Politeamas" dedicados aos ilustres da cidade. Todos vingavam tão instantaneamente como desapareciam do cenário local (2010, p. 112).

Nossa intenção, neste capítulo, não é a de levantarmos cronologicamente todos os jornais que circularam em Manaus, e sim entendermos a necessidade de citar a base da imprensa manauara e como ela se apresenta, em detrimento das cousas cotidianas, dos fazeres do Estado, da propagação dos discursos de ordem, em perseguição à vida mundana, e assim entender, na sequência das



reflexões que veremos aqui, as representações acerca do louco, da desrazão e da loucura.

Neste contexto, e tratando-se de um período no qual as cidades brasileiras passam por transformações, advindas da efervescência da Primeira República, que contagia a capital federal refletindo na floresta, da poeira das demolições à poeira das novas construções, da atmosfera afrancesada às intervenções médico-sanitaristas-higienistas, deixa-se para trás o aspecto da monarquia imperial, e se valida de vez a República, sob a égide dos governantes e da elite local, que era a ordem do período. As modernizações, em todos os aspectos, ganham forma e se estruturam tanto nos centros urbanos como nos rincões brasileiros. Dentro disso, a imprensa acompanha passo a passo os diagramas modernizadores implantados em Manaus. É através de suas linhas, que apontam, criticam ou se defendem tais projetos.

É, portanto, essa Manaus que nos interessa discutir neste capítulo, através das abordagens realizadas nos jornais, das experiências do saber-médico constituído, das intervenções públicas no espaço privado, contundentes às representações acerca da loucura. De que forma os vesânicos eram apresentados nas páginas dos periódicos? Como eram as internações, fugas, altas, óbitos, medicalizações, terapias, alienistas charlatões, prognósticos e diagnósticos? Ou seja, como funcionava toda a teia acrescida na figura do louco?

Considerando desta forma, os registros jornalísticos, ajustados aos padrões ditados pela civilização, contrapunham-se com uma paisagem social distanciada daquela almejada pela elite. Era necessário sanar esse espaço público, e arejar os espaços privados da presença desagradável do louco. É nessa concepção que os letrados opinam, recriminam e contribuem para a intervenção social do médico-alienista.

## MEDICINA E IMPRENSA

Os decretos assinados por Dom João VI, em 1808, foram na prática divisores de águas para o retrocesso vivido no Brasil de até então. Dentre inúmeros problemas que afetavam a colônia, alguns eram primordiais para o início de uma constituição social decente. Ao que tange a saúde, o contingente médico e os problemas sanitários e higiênicos, Dom João, em sua passagem pela Bahia, por meio de Carta Régia assinada em 18 de fevereiro do mesmo ano, criou a Escola Cirúrgica, com espaço físico no edifício do antigo prédio do Colégio dos Jesuítas, sede do Hospital Militar. No Rio de Janeiro, em 02 de abril do ano da chegada da família real, criou-se a Escola Cirúrgica do Rio de Janeiro, com instalações semelhantes a da escola baiana.

Não se tratavam de escolas de excelência, porém, foi um passo para a formação de clínicos gerais no país, pois, até 1800, a medicina era vedada aos brasileiros. Somente em 1º de maio desse ano foi que o édito real determinou que quatro estudantes, designados pelo município do Rio de Janeiro, poderiam estudar em Coimbra, dispostos nas seguintes áreas: dois em matemática, um em medicina e outro em cirurgia.

A situação de penúria fazia com que as pessoas morressem de qualquer espirro. Desse modo, desenvolveram-se práticas de cura, com os barbeiros, as parteiras, os boticários, curandeiros, dentistas e sangradores fazendo as vezes de médicos, prescrevendo e tratando em todas as classes sociais.

Remetermo-nos às criações das escolas cirúrgicas no país é requisito básico para entendermos a contextualização da implantação de uma imprensa médica, pois é a partir da instalação das primeiras escolas de medicina e cirurgia, e das reestruturações advindas, que a imprensa médica nasce, através das problematizações, observações,

embates, precariedades das estruturas físicas e de material didático, corpo docente insuficiente, enfim, é nesse cenário que questionamentos sobre as práticas médicas começam a serem realizados. Assim, as reflexões que cerceiam as faculdades brasileiras são colocadas por Schwarcz da seguinte maneira:

Os primeiros quarenta anos das faculdades de medicina brasileira foram caracterizados por um esforço de institucionalização em detrimento de um projeto científico original. Vigorava a benevolência nos exames, a pouca capacitação dos mestres, a constante reclamação quanto à falta de verbas e dotações, as queixas em relação ao desrespeito por parte dos alunos (1993, p. 259).

A afirmação de Schwarcz (1993, p.260) aparece em consonância com os cronistas que datam a década de 1870 como marco para as reestruturações médicas que, através de publicações científicas, começam a surgir. A dinâmica que transformara o país, devido ao inchaço das cidades, aumentava a criminalidade, bem como os casos de alienação e embriaguez, e as recentes epidemias de febre amarela, cólera, varíola, beribéri faziam com que os médicos do período voltassem às missões higienistas.

Ao que antecede a fundação das mais afamadas revistas de Medicina da Primeira República, podemos assinalar que o primeiro periódico médico do Brasil vem do Maranhão, fundado em 11 de março de 1822, com o nome de Folha Medicinal do Maranhão. Foram 14 edições ao todo, sendo a última datada do dia 10 de junho de 1822. No entanto, alguns historiadores da Medicina não aceitam este como sendo o primeiro jornal médico do país.

Logo, no ano de 1827, no Rio de Janeiro, fundado por José Francisco Xavier Sigaud<sup>41</sup>, o jornal ostentava o extenso título de 'O

41 José Francisco Xavier Sigaud (1796/1856), francês erradicado no Brasil e médico de Dom Pedro II, foi autor de vários textos de Medicina, e integrante na fundação de jornais afins.



Propagador das Sciencias Médicas ou Anaes de Medicina, Cirurgia e Pharmacia' para o Império do Brasil e Nações Estrangeiras, seguido de um boletim especialmente consagrado às Sciencias Naturaes, Zoologia, Botânica etc. (Filho, 1947, p.262). Teve sua circulação até o ano de 1828, após esse ano, Sigaud criou, em 1831, um novo jornal, 'O Semanário de Saúde Pública', a pedido da então formada Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, entre os anos de 1831 a 1833. Finalizando com 155 publicações, este periódico publicava artigos de interesse da província do Rio de Janeiro.

Vários foram os jornais de assuntos voltados para a área da saúde, principalmente no Rio de Janeiro, bem como a 'Revista Médica Fluminense' (1835/1841), publicação oficial da Academia Imperial de Medicina, que reaparece meses depois, no ano de 41, com o nome de 'Revista Médica Brasileira', dando origem aos Anais da Academia Nacional de Medicina, com circulação até os dias atuais. Além dessa revista, houve ainda o 'Diário de Saúde' ou 'Efemérides das Ciências Médicas e Naturais do Brasil' (1835/1836). A construção de uma imprensa médica com textos e artigos se consolida através da revista 'A Gazeta Médica da Bahia', cuja publicação era mensal. A sua primeira edição, em julho de 1866, também chegou ao século XXI.

Outra revista importante para a área médica brasileira, com discussões e problematizações acerca das doenças que assolavam o país, o 'Brazil Médico' surge no Rio de Janeiro, em 1887, com estreitas relações com a Sociedade de Medicina e Cirurgia daquela Província, viabilizando discutir prognósticos, diagnósticos, tratamentos e cura. Os artigos publicados na 'Brazil Médico' tinham autoria de médicos e pesquisadores ilustres, como Raimundo Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, Juliano Moreira, Emílio Goeldi, Oswaldo Cruz, Oscar Freire e Franco da Rocha. A assiduidade de suas alíneas fez com que a revista passasse a ser considerada sumidade no assunto médico do país.

Em Manaus, a Revista 'Amazonas Médico' vem contribuir na área médico-sanitária com artigos dos profissionais locais. Teve a sua circulação dividida em três etapas: a primeira em 1909, não havendo publicações até o ano de 1918, encerrando novamente em 1922; nos anos de 1941 e 1944, foram publicados dois números. Nas análises destas revistas, constatamos somente dois artigos que abordam indiretamente a loucura, um deles escrito pelo Dr. Alfredo da Mata, e intitulado 'A Eugenia do Amazonas: Melhoria Racial'. Houve ainda a ata de fundação da Sociedade de Eugenia do Amazonas, redigida pelo Dr. Miranda Leão, onde os médicos presentes definiam as regras, métodos e práticas a serem utilizadas no estudo da eugenia no Estado, e quais os procedimentos seriam tomados, ambos os textos publicados na revista de número 8, do ano de 1919.

Para além das publicações médicas referentes às epidemias, endemias, doenças agudas e crônicas, os debates acerca das doenças mentais ganham fôlego e espaço nas páginas dos jornais. O primeiro artigo redundante a respeito da loucura, publicado no Brasil, intitulado como a Insânia Loquaz, de 1831, escrito pelo então Diretor da Faculdade de Medicina, José Martins da Cruz Jobim<sup>42</sup>, foi publicado no Semanário de Saúde Pública. Encontramos a síntese de seu artigo nas reflexões de Ana Maria Galdini Raimundo Oda. Vejamos:

O relato de caso de Jobim exemplifica uma prática médica que só se tornaria corrente no país bem mais tarde (no fim do século XIX), o exame do cadáver objetivando correlacionar o quadro clínico apresentando alterações anatômicas patológicas eventualmente encontradas. Ali, já no título, o autor se perguntava se a loucura agitada, com acentuada loquacidade, variações de humor e indícios de alucinações, seria ocasionada por uma grave afecção pulmonar, manifestada em vida e confirmada na necropsia (2005, p. 43).

<sup>42</sup> José Martins da Cruz Jobim (1802/1979), médico brasileiro formado em Paris, foi um dos fundadores da primeira associação médica do país, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1829.

Em 1835, escrito por José Francisco Xavier Sigaud, o artigo 'Diário de Reflexões', acerca do trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, reflete as ambiguidades dos discursos em relação à loucura nos primeiros tempos do Império. Segundo Oda:

O artigo de Sigaud reflete, assim, a posição da Sociedade de Medicina, e visa dar publicidade à ideia de que o “tratamento dos maníacos” deveria sair da esfera da caridade e entrar para a da filantropia, entendida como ação do estado monárquico voltada para os pobres e dirigida segundo os preceitos da “higiene pública” e da “polícia médica”. Bem interessante ainda é a sua descrição de tipos de rua, loucos que circulavam pela cidade do Rio, bem como da reação da população a eles (2005, p. 556).

Temos, nas reflexões de Oda, as percepções das análises sobre a loucura realizadas por Jobim, que descreveu a necropsia para descobrir a loucura, e, nas linhas desse mesmo artigo, continua questionando se o tratamento dado aos loucos era o cúmulo da barbaridade. Sigaud foi o responsável pelas primeiras formulações para internações dos loucos que perambulavam pelas ruas do Rio de Janeiro.

No florescer da Primeira República, houve a ascensão dos periódicos voltados para a psiquiatria, no Brasil. Fundado por Juliano Moreira e Afrânio Peixoto, no ano de 1905, ressalta-se o periódico 'Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Medicina Legal'. Os escritos desse período voltam-se para a Medicina Legal, criminologia e neurologia. No decorrer dessa década, enumeramos mais dois jornais, em 1922: o 'Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psychiatria' e, em 1929, 'Arquivo Brasileiro de Higiene Mental'.

Sobre as revistas voltadas para a psiquiatria no Brasil, Paulo Dagalarrondo explicita que:

Nas décadas de 20 e 30, surgem em nosso país periódicos que têm até hoje mantido um fluxo regular de publicações



científicas. Exemplos são, em São Paulo, a partir de 1923, as Memórias do Hospital de Juquery e, em 1934, ligada ao meio universitário, a Revista de Neurologia e Psiquiatria (hoje, Revista de Neuropsiquiatria). Da mesma forma, organiza-se, em Recife, a partir de 1932, por iniciativa de Ulysses Pernambucano, o Arquivos de Psicopatas de Pernambuco. Finalmente, em 1952, surge, através do mestre José Leme Lopes, o Jornal Brasileiro de Psiquiatria, órgão do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1966, é fundada a Associação Brasileira de Psiquiatria, que logo ao nascer cria seu órgão de divulgação científica, a Revista Brasileira de Psiquiatria (1996, p. 05).

Os estudos sobre a loucura, publicados na construção da Primeira República, voltados para o campo da medicina legal, da criminologia, têm em Raimundo Nina Rodrigues grande esforço em salientar que as questões da loucura, em território brasileiro, devia-se à miscigenação, fator primordial para a degeneração racial. Para Nina Rodrigues (1902), a criminalidade e a loucura andam entrelaçadas. Seus estudos enfatizam a necessidade do estudo da craniologia para a constatação de que somente pessoas com doença mental cometem crimes, e, ainda, para um povo de população heterogênea como o brasileiro, a identificação craniológica das raças adquire, em Medicina Legal, uma importância máxima.

Os médicos brasileiros buscavam elucidar os problemas da saúde no Brasil, observando, através dos grandes laboratórios urbanos, os doentes sociais, que eram estudados e disponibilizados em pesquisas e artigos, buscando construir uma medicina que solucionasse as causas das doenças no Brasil.

A tríade medicina, loucura e imprensa estabeleceu, sob os parâmetros, que a psiquiatria desenvolvia conceitos e métodos. Além disso, também colaborou com as práticas sociais que, nesse momento, estavam sendo reconfiguradas, e os espaços de sociabilidades

reestruturados. Nesse aspecto, as doenças e suas causas estavam sendo o cerne das questões levantadas pelos homens da ciência, ou como Engel nos propõe:

Evidenciando o comprometimento da psiquiatria com as políticas de controle social propostas pelas primeiras administrações republicanas, o universo temático privilegiado pelos especialistas brasileiros na construção da loucura como doença mental deixa entrever as principais áreas de intervenção das estratégias normatizadoras: os comprometimentos sexuais, as relações de trabalho, a segurança pública, as condutas individuais e as manifestações de caráter religioso, social, político etc. (2001, p. 323).

Sob a tríade descrita acima, a imprensa médica dinamiza suas funções em busca de estruturar os aspectos das doenças no Brasil, e é sob essa mesma dinâmica que pesquisadores constroem suas experiências ambulatoriais e descrevem-nas em artigos, teses e dissertações, contribuindo, de certa forma, para os questionamentos que envolvem a loucura, os alienistas e suas percepções.

## CENAS COTIDIANAS: REPRESENTAÇÕES DA LOUCURA NOS PERIÓDICOS MANAUARAS

Os discursos jornalísticos, no Brasil, revolveram durante a Primeira República em torno de alguns aspectos que estabeleceram grosso modo à ordem política, econômica e social, e que agradasse à elite do período. E, em se tratando de elite, era quem pleiteava as necessidades de reurbanização, também era dela que partiam as requisições das melhorias no social. Tais exigências iam de encontro com as perspectivas em atrair investidores, principalmente

ingleses. Neste aspecto, a imagem da capital, na floresta, deveria se apresentar como uma fina estampa almejada pela burguesia manauara, que buscava, na sofisticação europeia, implantar nos trópicos a revitalização do espaço de sociabilidade. Para tanto, era necessário realizar as mudanças propostas pela cientificidade, pelo saber médico, higienista e urbanista.

Pinheiro nos afirma que:

Portanto, é importante ressaltar que essas transformações físicas traziam consigo todo um movimento de pessoas e na cidade que, ao reestruturar-se, buscava adequar em espaços diferenciados seus habitantes, amparando-se na nova hierarquia socioeconômica que foi se estabelecendo. Queremos dizer com isso que a “modernidade manauara” apresentava em seu bojo, e de forma marcante, a exclusão social (2009, p. 50).

Sabemos que o cenário que instigava essas mudanças vinha da então Capital Federal, do poder público e dos “doutores”<sup>43</sup>, que contribuíram para que essas mudanças ocorressem. Além de se esforçarem para transformar o Rio de Janeiro em um centro urbano civilizado, instigavam as demais capitais do Brasil a fazerem o mesmo. Assim, em Manaus, perpetuavam-se as ideias do novo, de deixar para trás a imagem provinciana da capital do meio do mato, e instaurar na floresta uma cidade, senão igual, muito parecida com as capitais europeias. Esse ideal se fez presente em todo o discurso da República Velha.

Lená Medeiros de Menezes, em sua obra ‘Os Indesejáveis’, nos sagra com a afirmação de que:

Os primeiros anos do século foram marcados pela importação de produtos e homens, usos e costumes, fazeres e lazeres, crimes

<sup>43</sup> Utilizamos a palavra doutores aqui, entre aspas, para denominar os médicos, advogados, engenheiros civis, sanitaristas e alienistas, profissões nas quais foi imprescindível colocar em prática os projetos de reurbanização do espaço público e o arejamento do espaço privado.



e contravenções, valores e visões de mundo. Romper com a tradição urbana colonial, caracterizada pela indiferenciação espacial e pela promiscuidade social nas ruas, foi um desafio que a jovem república se propôs a responder (1996, p. 31).

Dessa forma, as capitais alinhadas ao progresso e à modernização também investiram nos projetos de urbanização e medicalização dos espaços. Esquadrinharam, delimitaram e excluíram da cidade os doentes sociais, que contrapunham a estética em voga.

Tão logo a Primeira República se consolida, esse processo de reurbanização toma forma, e, dentro desta perspectiva, os jornais tiveram, em suas mãos, as molas propulsoras para que esta exclusão ocorresse. Através de suas linhas, ajudaram a incutir na população, principalmente através da Medicina Legal, que os doentes sociais (bêbados, prostitutas, cafetões, viciados em jogatinas, vagabundos de toda ordem, órfãos, mendigos, pobres de toda sorte e loucos debochados, abobalhados, malfalados, fétidos e falastrões) deveriam ser mantidos longe dos olhos das famílias de bem, das praças públicas e dos logradouros. Era preciso limpar, faxinar e desintoxicar as ruas e quatinhos privados. A ordem era segregá-los, interná-los e, sendo possível, curá-los. Esta foi a tríade utilizada nos discursos oficiais.

Sabemos que, por trás das cortinas da reurbanização, da poeira das demolições, e das construções dos grandes prédios públicos, do embelezamento das ruas, da faxina famigerada, que fora instituída em Manaus, na tentativa fatigada de deixá-la atraente aos olhos dos investidores estrangeiros, e invejada pelas outras capitais brasileiras, havia outro cenário com espetáculos recheados de reclamações, que foram mostrados através das páginas dos jornais, nos quais se vislumbrava o desconforto da população com a presença indesejada de pessoas que impregnavam os ares com seus maus hábitos.

Vejamos o que nos diz o Jornal do Commercio.

Há muito que a cidade de Manaós vem reclamando às vistas da polícia. Há muito que ella é diariamente invadida por gente de má vida e gente sem profissão, que por ahi vive a grande, sem ninguém saber d'onde vem o luxo. Ninguém como nós considera e respeita o sr. Desembargador chefe de segurança, mas força é reconhecer que o serviço da nossa polícia civil deixa muito a desejar<sup>44</sup>.

Percebemos, nesta reclamação, que a população se incomodava com essa gente de má vida e sem profissão. Além disso, o trabalho da polícia civil deixava muito a desejar, pois os policiais deveriam persuadir essa gente sem estirpe e enquadrá-la. É certo que a polícia civil não conseguia fazer a vigilância destes sujeitos, considerados amorais, e sua ineficiência é comprovada no Anuário Estatístico do Brasil, publicado no final da década de 1930, mostrando-nos que o contingente de guardas, para todo o Estado do Amazonas, era de 148 efetivos e 1 comandante.

Prosseguindo nos reclames dos jornais, mostrando o cotidiano dos viveres dessa Manaus, como vemos na coluna Queixas do Povo, do *Jornal Quo Vadis?*: “moradores da Rua 7 de Dezembro reclamam contra a falta de hygiene e asseio que se nota no subsolo do prédio de nº.134, onde moram algumas pessoas, que já começam a sofrer as consequências d'esse descuido”<sup>45</sup>.

Nesta nota, está latente que o subsolo está sendo habitado por várias pessoas, e que o local insalubre estaria afetando a saúde dos moradores e, consecutivamente, contrariando as prescrições descritas no Código Sanitário, dentro do artigo nº 117, o qual estabelece que:

Quando os prédios, particulares ou collectivos, por suas condições hygienicas, não poderem continuar a servir, sem perigo para a saúde pública, a autoridade sanitária, além

44 Jornal do Commercio. Manaus, 29 de janeiro de 1904.

45 Jornal Quo Vadis?, Manaus, 07 de março de 1903.

de impor as multas que no caso couberem, intimará logo os proprietários ou sublocadores e fechá-los dentro do prazo que fixar, e só poderão ser reabertos depois de feitos os melhoramentos julgados necessários. Não sendo cumprida a intimação, a autoridade sanitária participará, por escripto, o facto à Diretoria Geral e requisitará o auxílio policial<sup>46</sup>.

Direta ou indiretamente, os periódicos, por meio de suas colunas, davam vozes aos reclames da população, ajudando a polícia sanitária a cumprir as resoluções de higienização dos espaços privados. E, ao que tange aos espaços públicos, lemos, no mesmo jornal citado acima, um dos inúmeros pedidos de limpeza das vias públicas – “Moradores da Rua Costa Azevedo reclamam contra uma privada, que existe na mesma rua. Pedimos ao Sr. Dr. Alfredo da Mata providências, a fim de não fazer mal a saúde pública aquelle mao cheiro”<sup>47</sup>. Os pedidos de providências enchem as páginas dos jornais. Alguns citam o nome das autoridades competentes, outros solicitam de forma clara que os problemas sejam sanados.

Para além dos pedidos de higienização do espaço público e privado, as colunas publicadas no período trazem, em seu contexto, os sujeitos que proliferavam nas vias de sociabilização a degradação da moral e dos bons costumes, os impuros sociais, os quais deveriam ser recolhidos aos órgãos competentes.

Segundo Lilia Moritz Schwarcz:

Nas grandes cidades a entrada desse ideário cientificista difuso se faz sentir diretamente a partir da adoção de grandes programas de higienização. Tratava-se de trazer nova racionalidade científica para os abarrotados centros urbanos, implementar projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza (1993, pp. 44-45).

46 Código de Posturas, Leis, Decretos e mais resoluções do Conselho Municipal do Estado do Amazonas/1904.

47 Jornal Quo Vadis?, 10 de março de 1904.



Além da polícia criminal e sanitária, dos ideários cientificistas e dos programas de higienização e separação dos doentes sociais, estes poderes ganham reforços através das denúncias ou notícias realizadas via reclames dos jornais. A pobreza, as doenças e a maledicência eram segmentadas em espaços específicos. Muitas vezes, juntavam-se os dois fatores em um mesmo noticiário, como vemos no jornal 'Commercio do Amazonas', de 04 de novembro de 1899, que publicou: "Ao Asylo de Alienados foi recolhida a indigente Francelina do Rego Brasileiro", e no Jornal *Quo Vadis?*, de 09 de janeiro de 1904, na mesma nota, deu-se a seguinte informação de recolhimento nos órgãos competentes:

Ao xadrez do posto policial foram hontem detidos: José Carlos de Oliveira e José Soares da Fonseca, por gatunagem; Sebastião de Araújo para averiguação; Manoel Antonio Leite, Maria da Conceição e Antonio de Oliveira por desordens.

Indigente: Ao hospital da Santa Casa de Misericórdia foi hontem recolhido para tratar-se Maria do Rozario.

Ou como vemos as Queixas do Povo, do 'Jornal do Commercio':

Um morador da avenida 13 de maio pede-nos que chamemos a atenção da polícia para a desenfreada jogatina que se faz todos os dias na casa n.18 da referida avenida. É raro o dia em que aquella não termina em pancadaria a velar<sup>48</sup>.

Indesejáveis, desordeiros, alcoólatras, indigentes e loucos eram recolhidos, internados e aprisionados, prevalecendo a manutenção e disciplinarização dos espaços públicos e privados. A afirmação da historiadora Lená Medeiros de Menezes, vem de encontro com as notas jornalísticas:

Entre os ideais disciplinares, projetados do alto, e a realidade cotidiana vivida pela cidade uma larga distância se evidenciava. Desde os primeiros tempos republicanos, a presença das classes perigosas destacou-se nas preocupações das

48 'Jornal do Commercio'. Manaus, 04 de maio de 1908.

autoridades constituídas, definidas como um dos mais graves problemas enfrentados [...] (1996, p. 131).

Os loucos e seus companheiros de fama sempre estiveram presentes na vida cotidiana brasileira, aparecem nos documentos oficiais, na literatura, no olhar dos viajantes e estudiosos que, desde o período colonial, escrevem sobre esses sujeitos. A bem da verdade, é que com o advento da República, e a imprensa em crescente ascensão, eles ganham visibilidade, passando a figurar com frequência nas folhas dos periódicos.

Reportagens impregnadas pelo discurso higienista e civilizatório refletiam a interdição realizada sumariamente em nome da modernização, atingindo em grandes escalas os sujeitos de baixo escalão moral, mental e econômico, e, dentre eles, o objeto central desta pesquisa – os vesânicos, que partilhavam da mesma condição. Ou como nos propõe Foucault (2012, p.157), quando afirma que a loucura é o ponto mais baixo da humanidade.

Nesta perspectiva, o louco, em sua loucura, incomoda o poder público bem mais que seus outros companheiros de fama, como a prostituta, por exemplo, pois, além de seu comportamento profano, o seu corpo era objeto de estudo. Com as prostitutas, a medicina e a polícia poderiam agir de diversas formas: fechar os bordéis, prender seus cafetões, prendê-las se trabalhassem nas ruas, e, em hipótese remota, casá-las. Sobre essa afirmação, Engel discorre:

A prostituição é assim concebida como um perigo escondido nos “antros” e coberto por um “véu”. Um perigo desconhecido que, apesar de “repugnante”, “imundo”, “miserável” e “degradante” deve ser estudado pelo médico. [...] é preciso que o médico faça da *ameaça* oculta, uma *ameaça* conhecida e classificada, tornando-a, assim, controlável (1989, p. 66).

Nesta linha de pensamento, para os que cometessem qualquer tipo de crime, a justiça se encarregaria deles: prendendo-os, julgando-

os e condenando-os. Aos indigentes, mendigos e alcoólatras, dava-se a internação para tratamento; aos órfãos, orfanatos ou adoção; aos doentes de diversas mazelas, a Santa Casa de Misericórdia; porém, todos os citados acima têm algo em comum, a razão, que, por menor que fosse, não os colocava na categoria que os loucos ocupavam, ou no ponto mais baixo da humanidade.

Foucault (2012, p. 45), no capítulo 'A Grande Internação', de sua obra 'História da Loucura na Idade Clássica', nos afirma que o fato de os loucos terem sidos envolvidos na grande proscrição da ociosidade não é indiferente. Desde o começo, eles terão seu lugar ao lado dos pobres, bons ou maus, e dos ociosos, voluntários ou não.

Contudo, a desrazão humana está presente na vida habitual, e a elite manauara, gostando ou não, respirava na mesma atmosfera tropical dos loucos, os quais, ao lado dos indigentes, marcavam presença nas páginas dos jornais constantemente, como vemos no 'Amazonas Commercial', de 21 de fevereiro de 1900. Em sua coluna 'A Lápiz', lemos: "Recolheu-se hontem ao asylo Eduardo Ribeiro, para ter o devido tratamento, o indigente de nome Luiz Pereira Pessoa, que está sofrendo das faculdades mentaes".

No jornal 'A Federação', de 07 de novembro de 1900, a nota anônima relata:

Chamamos a atenção da autoridade competente para um louco, que vive vagando pela praça S. Sebastião, proferindo obscenidades e alarmando as famílias com altos gritos. Será um acto de caridade recolher esse infeliz ao hospício de alienados.

Menezes nos coloca que "[...] desclassificados forjados pela modernidade, firmaram-se como objetos centrais da ação repressiva desencadeada pelas autoridades republicanas na virada dos novecentos e nas primeiras décadas do novo século [...]" (MENEZES, 1996, p. 92).



Os mandatos de internação faziam-se cumprir através da expedição por laudo de um médico legista, que, sendo técnico cientista da medicina, desempenhava seu papel concomitantemente com o poder jurídico, atestando a loucura para a reclusão. Essa afirmativa vem representada nas notas esparsas dos jornais locais.

Com atestado do médico legista foram recolhidos ao Hospício Eduardo Ribeiro os loucos João de Aquino e Francisco de Barros Cavalcante<sup>49</sup>. Depois de passado o competente atestado médico, foi internado no Hospício Eduardo Ribeiro Josepha de Queiroz, que se acha com as faculdades mentaes perturbadas. É natural do Ceará e tem quarenta anos<sup>50</sup>.

Nas notas jornalísticas, o louco aparece sempre sendo internado com atestados de médicos legistas, levado pela polícia para o hospício, de forma a ser amparado pela medicina e psiquiatria que, naquele período, se desdobravam nas teorias, práticas e especificidades acerca da loucura.

As competências na demarcação e instituição da loucura são presentes na Primeira República, através das junções já enunciadas aqui, simbolicamente cada indivíduo deve ocupar o seu lugar, o bonito, o feio, o limpo, o sujo, o bom, o ruim, o doente e o são, que habitam esse espaço, e que fazem parte de todo esse sistema, porém existem as fraturas sociais, e, dentro delas, está inclusa a loucura, que não se comunica com o simbolismo social estabelecido. O louco não pertence a esse mundo urbano, e talvez não se sinta pertencente ao mundo racional. Dessa forma, os loucos urbanos, podemos aqui classificá-los em: loucos alcoólatras, loucos profanos, loucas promíscuas, loucos criminosos, loucos de loucura e loucos sociais, rompendo as barreiras do não pertencimento, passando a incomodar toda a dinâmica da movimentação da cidade e dos cidadãos.

49 'Jornal Imparcial', Manaus, 24 de fevereiro de 1918.

50 'Jornal Imparcial', Manaus, 24 de julho de 1918.

O incômodo que o louco causa por sua desobediência irracional, por seus atos e pelo vandalismo de sua fala faz com que as autoridades competentes vigiem e internem os vesânicos que transitam pelas ruas.

A loucura também figura nas classes sociais. Os loucos urbanos, que caminham pelos logradouros, não se esbarram com os loucos das famílias abastadas. Esse encontro não aparece nem nos jornais, tão pouco nas internações. Aos abastados, lhes são fornecidas alas separadas de internação, em espaços separados dos demais.

Diferentemente das outras doenças sociais, como a prostituição, o alcoolismo, as doenças sexualmente transmissíveis, as viroses e as bactérias, a loucura figura dentro das doenças sociais, porém não se enquadra nos diagnósticos comuns, pois a invisibilidade da doença, os tratamentos que estão em testes e as características específicas colocam a loucura em um patamar incomum. No entanto, os conceitos médicos incorporavam como doença todos os desequilíbrios e desordens que moravam na cidade.

Uma verdadeira rede de internações se formava. Nela, pessoas eram enviadas para tratamento e apareciam nos jornais de diversas formas. A impressão que se tem é a de que esses loucos viajavam desacompanhados, e eram remetidos ao asilo de alienados, vindos do interior, o que nos faz pensar que existiam, no Amazonas, vapores que faziam o papel de nau dos loucos. Vejamos: “[...] foi remetida hontem, pelo prefeito de Segurança do Asylo de Alienados, a louca Thereza Rosa de Lima, chegada do Rio Juruá, a bordo do vapor «Princeza Isabel»<sup>51</sup>.

Em outra nota:

Com guia do senhor subprefeito Marcello Benevides, deu hontem entrada no hospício Eduardo Ribeiro, a fim de receber o necessário tratamento, Maria Luciana de Jesus, que tomara

51 Jornal 'Commercio do Amazonas'. Manaus, 03 de março de 1899.

passagem no vapor nacional «Perseverança», no rio Yaco, a qual se acha sofrendo das faculdades mentaes<sup>52</sup>.

O caso publicado no jornal 'A Capital', em 30 de dezembro de 1917, - "De bordo do "Parahyba" um louco se atira ao rio - São baldados todos os esforços para salvá-lo".

Em sua viagem de descida do Acre, navegava o vapor Parahyba, do comando do piloto Cardoso de Farias, pela altura do porto de Iracema, no Rio Púrus, quando, sem que se pudesse evitar, atirou-se ao rio o passageiro de terceira classe Manoel Zeferino, que se achava soffrendo das faculdades mentaes. Arriada e guarneçada, a montaria de bordo foi em busca do tresloucado, que, alcançando o barranco do rio, internou-se na mata. Infrutíferos foram todos os esforços para descobrir o fugitivo, pelo que o comandante do Parahyba resolveu recommendar em uma barraca próxima que prestassem socorros, caso aparecesse o louco. Prossequindo sua viagem, registrou ocorrência no diário da navegação. Como lhe competia, o comandante arrecadou o espólio do infeliz, que será entregue a quem de direito.

Os loucos, que são noticiados nas páginas dos jornais manauaras, são parte integrante desta sociedade, e estão intrinsicamente ligados às cenas cotidianas. Conforme a cidade se amplia, se movimenta e se urbaniza, os vesânicos ganham visibilidade, e tornam-se instrumentos de pesquisas médicas, da institucionalização e administração da loucura, nos primeiros anos republicanos, e são concernentes ao tempo histórico que o país vivia.

A imprensa brasileira operou diante das grandes transformações que ocorreram no país. Os jornais, folhetins e impressos, de toda a ordem, se manifestaram contra ou a favor dos processos institucionais, econômicos, sociais e dos progressos e conflitos da ciência, em que se esclareciam e questionavam a ebulição vivida pelo corpo médico brasileiro sobre as doenças convencionais que atingiam a população e as não-convencionais, como a loucura.

<sup>52</sup> Jornal 'Quo Vadis?', Manaus, 17 de maio de 1903.





3

**NA ESTEIRA  
DA LOUCURA:**

REPRESENTAÇÕES  
FEMININAS



## SOB O SOL DA LOUCURA

Lugar de ambiguidades e espaço por excelência da loucura, o corpo e a sexualidade femininos inspiram grande temor aos médicos e aos alienistas, constituindo-se em alvo prioritário das intervenções normalizadoras da medicina e da psiquiatria. Engel.

Os discursos médicos, do final do século XIX e início do século XX, apontam a higiene, a psiquiatria e a medicina legal como fontes disciplinadoras para o comportamento feminino. A ciência médica como prática surge na consolidação da formação da sociedade capitalista, a qual se constituiu da intervenção e investigação da medicalização dos corpos e mentes. Vieira pontua que:

A crença na missão civilizadora dos médicos levou-os a formular um projeto de reorganização da sociedade, visando a produzir indivíduos saudáveis no corpo e no espírito, capazes de efetuar transformações não apenas em suas vidas particulares, mas no destino do país. Para cumprir esta missão elaboraram um discurso reformista sobre as principais instituições que, segundo sua interpretação, eram responsáveis por graves erros e vícios na formação do povo brasileiro, a começar pela família, alcançando as escolas, hospitais, quartéis, prisões, mercados, cemitérios, enfim, milhares de espaços públicos e privados que deviam seguir as normas da reforma higienista (2002, pp. 217-218).

Nesse escopo da reforma higienista, o fascínio médico em desvendar a fisiologia feminina ganhou força na primeira metade do século XIX, tornando os exames médicos cada vez mais detalhados, pois esmiuçavam os corpos e os esquadrihavam em observações, métodos, estatísticas e fórmulas de tratamentos e cura para todos os males que habitavam um determinado corpo, dentre essas doenças, a da loucura.

De forma geral, os médicos brasileiros deram atenção especial ao corpo feminino, devido às funções da maternidade e da família.

Buscaram representar, na anatomia e na fisiologia da mulher, o papel da reprodução, o que implica diretamente nas bases sociais deste país, que se estruturava sobre a luz da Primeira República.

Neste âmbito, os homens da ciência acumulavam vários papéis: de educador e guardião da moral a planejador urbano e especialistas das mulheres. Os médicos formularam uma definição de ser social, e suas intervenções médicas criaram conceitos relativos à natureza da mulher.

As propostas médicas variavam de acordo com as condições sociais, que se iniciavam na profilaxia coletiva e individual, e nas prevenções da saúde higiênica, onde os discursos baseavam-se em:

Primeiro lugar, situar-se no debate mais amplo sobre a questão da mulher em curso nos centros europeus e norte-americanos e, em segundo lugar, formular uma síntese sobre o tema, procurando adequar as duas principais correntes sobre a questão: aquela que mesmo reconhecendo a inferioridade física e mental das mulheres acreditava no poder transformador da evolução (MARTINS, 2004, p. 222).

Intrínseco, neste discurso de educação evolutiva da mulher, estava a pirâmide social, que diferenciava, de forma clara, a mulher rica da pobre, pois este período é determinado pelo sentimento de formação de uma nação unificada, e o papel da mulher como mãe, educadora e provedora dos costumes valorais e saudáveis passaram a ser fundamentais. Desta maneira, gerenciar esse corpo, através de seus comportamentos, tornou-se a tônica dos discursos médicos, das normatizações e das prevenções contra fatores de degeneração moral.

As constituições históricas do corpo feminino, como objeto da medicina e das suas contravenções, configuram-se na dimensão social, orgânica e de gênero, estruturadas no processo da naturalização deste corpo. Diferenciá-lo do corpo masculino tornou-se a tônica naquele momento, e essa divisão se dá na medida em que a mulher



deixava-se examinar com mais regularidade, possibilitando que as construções de gênero se concretizassem.

Elisabeth Meloni Vieira nos propõe que:

Entende-se por gênero a construção social dos sujeitos femininos ou masculinos, sendo, portanto, histórica. A medicalização do corpo feminino particulariza-se nas implicações específicas da reprodução humana, baseada principalmente em sua biologia, e através dela a sua condição feminina será naturalizada (2002, p. 19).

Tal construção do corpo feminino e de suas condições biológicas ocorreu impulsionada pela questão sexual. De fato, estabelecer as verdades sobre a sexualidade nos ides do século XIX não fora tarefa fácil. Métodos comparativos de tamanho, forma, peso e volume, dos órgãos masculinos e femininos, eram examinados e pulverizados nas revistas científicas do final do século.

Jean Pierre Peter afirma que:

A mulher era, para a medicina, como um território a conquistar. Além de conhecer, descobrir. Universo espantoso, desconcertante, cheio de armadilhas e surpresas. Frente às questões a respeito da natureza humana que a medicina devia colocar e esclarecer como o que é o homem, se acrescenta e se substitui por outra mais polêmica: O que é a mulher? (1981, p. 80).

O que era então a mulher dentro dos conceitos médicos alienistas, higienistas e regulamentadores senão seres considerados inferiores física e mentalmente? Até então, estas eram as considerações pautadas na cientificidade exercida pelo corpo médico brasileiro, e que cai por terra, na medida em que a fisiologia feminina concede o direito da análise profunda, que desvende as entranhas desse corpo.

Higienizar o país e educar seu povo, é assim que se corrige a natureza e se aperfeiçoa o homem (SCHAWRCZ, 1993, p. 219). Portanto, se o projeto era modernizar o país, os processos de higienização e

controle da população, através de normas, leis e decretos, do ensino das letras, de condutas de valores morais, sociais, do controle e purificação dos corpos e mentes, assim, geraram pesquisas e análises científicas que envolveram não somente os corpos masculinos, mas, sobretudo, o corpo feminino, corpo este que carregou por muito tempo a culpa de todos os males.

Ora a mulher é fogo, devastadora das rotinas familiares e da ordem burguesa, devoradora, consumindo as energias viris, mulher das febres e das paixões românticas, que a psicanálise, guardiã da paz e das famílias, colocará na categoria das neuróticas; filha do diabo, mulher louca, histérica herdeira das feiticeiras de outrora. A ruiva heroína dos romances de folhetim, essa mulher cujo calor do sangue ilumina pele e cabelos, e através da qual chega a desgraça, é a encarnação popular da mulher ígnea que deixa apenas cinza e fumaça (PERROT, 1988, pp. 187-188).

Simbolicamente, às mulheres destinavam-se as contravenções do mundo cinza e da fumaça, imagens construídas através das perspectivas religiosas e enraizadas nas famílias, que levavam a ferro e fogo os preceitos valorais, cercando as mulheres por meio da subordinação aos homens, de maneira tal que, por muito anos, o corpo humano era tido como sexo único, limitando a medicina a estudá-lo superficialmente.

Ao longo do século XIX, o véu que cobria o corpo feminino e sua estereotização se desfaz através dos estudos realizados pelos obstetras, ginecologistas e médicos legistas, que usaram os resultados de suas experiências anatomofisiológicas para fundamentar suas teorias em relação ao corpo feminino. No entanto, os escólios que foram utilizados continuavam a se contrapor com os sistemas corpóreos e cerebrais que diferenciavam mulheres e homens.

Segundo Martins:

Os médicos estabeleceram que na mulher este sistema era instável, marcado pelo desequilíbrio e que, portanto, qualquer excitação periférica – sempre de origem sexual – poderia perturbar o frágil equilíbrio do sistema e causar problemas psíquicos que variavam de uma simples dor de cabeça chegando a estados melancólicos, manifestações histéricas e delírios que podiam levar as mulheres a cometerem atos contrários à sua vontade, como o infanticídio e o suicídio (2004, p. 76).

Individualizadas na questão de gênero e na medicina social, as mulheres serão investigadas, esmiuçadas e normatizadas através dos dispositivos que corroboram para o processo de medicalização deste corpo. Além disso, todos os comportamentos desviantes da figura feminina tinham características próprias.

A prostituição, o homossexualismo, o alcoolismo, a histeria etc. são classificados como comportamentos desviantes e inscritos no âmbito da loucura. Concebida como expressão do instinto não controlado, a loucura é vista como um estado primitivo ou selvagem, caracterizado pela fragilidade da formação espiritual e intelectual do indivíduo (ENGEL, 2001, p. 81).

A mulher tem, em seu estereótipo, todas as dúvidas que os investigadores da fisiologia feminina queriam extrair. Respostas que, por um longo período de tempo, não foram solucionadas. O corpo feminino era, para os médicos, o que nos coloca Engel: no organismo da mulher, na sua fisiologia, estariam inscritas as predisposições à doença mental (2001, p. 333).

Dentro deste contexto, o continente quase desconhecido que a loucura ocupava, as pequenas ilhas que se formavam, e que giravam em torno das diversas perspectivas que causavam a doença, e, sobretudo, sobre o monopólio dos alienistas, na sedimentação e na repressão do corpo feminino, onde os diagnósticos precoces e especulações que julgavam e definiam as mulheres que sofriam das faculdades mentais eram caracterizados pela: puberdade, menstruação,



maternidade, órgãos genitais, masturbação, sexo - demais ou de menos -, histeria, menopausa, rejeição, vapores femininos, neurastenia, sobrecarga de emoções, útero errante, descaso, bobices, calores e calafrios, casamentos, solteirice, enfim, todas as portabilidades que influenciavam a entrada da doença no corpo feminino.

Sob o sol da loucura, as mulheres tornam-se alvo fácil dos homens da ciência, que cismaram em descobrir as causas que influenciavam os desequilíbrios mentais que as assolavam, ou, como nos afirma Foucault, a ameaça da loucura retoma seu lugar entre as urgências do século (2012, p. 360).

Esta urgência dos séculos que Foucault propõe está determinada na cronologia histórica. O espaço urbano em transformação traz impactos em toda a sociedade. Daí nasce a necessidade da internação para observações, que, num primeiro momento, são neutras perante os mecanismos de tratamento, mas, com os crescentes estudos da *psique*, tornam-se os loucos objetos de estudos mais profundos.

O medo da loucura se emoldura numa reta temporal, social e histórica. É nesse período em que o corpo feminino aufere espaço na pesquisa científica. Desvendar a loucura e os devaneios das mulheres é um tema intrigante para a sociedade alienista.

A loucura, em tempos modernos, figura no feminino todos os desencadeamentos possíveis. A mulher, dona do útero fértil e do cérebro frágil, vagou pelos tempos, entrecruzando o seu caminho pelos instintos, e não pela razão, delegada à vida particular, segregada à família. O seu comportamento estava diretamente ligado à síndrome da insanidade mental, ou seja, ao menor sinal de contravenção, desvio de conduta, excessiva carência ou desmedida afabilidade, questionamentos irracionais ou imposições de igualdade de gêneros, a sua sanidade era arguida pela família e assinada pelos homens da ciência, que buscavam investigar todos os comportamentos tidos como insanos, e que poderiam levar à loucura real.

Deste corpo de saberes, interessa-nos, neste capítulo, investigar os discursos produzidos em relação às causas da loucura nas mulheres, através do olhar dos médicos alienistas, que exerciam esta ciência no país e, neste caso específico, em Manaus. Em meio à diversidade de diagnósticos, à segregação, à internação e aos tratamentos, as loucas ocupavam o mesmo espaço de sociabilização reclamado pela elite, sendo excluídas na então Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro.

O corpo feminino passa a configurar pelos diferentes discursos e argumentos científicos, contemplando os interesses da época de forma tal que havia vários corpos femininos divididos nas diversas classes sociais a serem analisados sobre o mesmo estigma – o da loucura - e que estavam profundamente enviesados nos projetos de ordenamento urbano da sociedade manauara.

## A ENCENAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA ALA FEMININA

As investigações médicas, direcionadas ao estudo da loucura, tiveram no Brasil grande empenho dos alienistas da República Velha. Seus artigos esmiuçavam detalhadamente os sintomas e tratamentos realizados. Sob o prisma da loucura, por todos os cantos do país, espalhavam-se métodos terapêuticos, práticas laborais para uma cura. Pesquisas direcionadas às causas e consequências da loucura tentavam preencher as lacunas existentes no contexto patológico da doença.

Segundo Vieira:

A relação que se estabeleceu entre a psicologia feminina e sua genitalidade específica a construção que se fez do feminino, enquanto características de seres à beira da loucura ao menor

desvio, nos quais a potencialidade da demência e da alienação possuía alicerces orgânicos incontestáveis, virtualidade da loucura (2004, p. 71).

O fator orgânico e fisiológico das mulheres contribuiu, de forma concisa, para a expropriação do corpo e da mente pelos médicos alienistas. Buscavam-se respostas do comportamento feminino e de todas as condições que as mulheres carregavam, da menstruação ao poder de gerar uma vida. Amparados pela questão de gênero, construíram-se, então, sancionando como verdade, pela incontestabilidade da ciência (VIEIRA, 2004, p. 71), variáveis afirmativas na problematização da loucura.

Muito embora a loucura esteja presente em todos os ambientes e classes sociais, é na zona urbana que ela está constantemente presente. Nos primeiros anos do século XX, os estudos avançam e contrapõem-se com o que era realizado até então. Nossa afirmação se constrói na leitura do relatório escrito por Juliano Moreira, e que foi apresentado no Quarto Congresso Médico Latino Americano.

Toda cidade de mais de 50.000 habitantes tem o dever de manter seu hospital urbano (com o número proporcional de leitos) para os seus casos agudos de alienação mental. E quando não o possa, fará ao menos aquilo a que são obrigadas as cidades menores, isto é, montar no hospital geral uma enfermaria convenientemente arranjada para o tratamento dos casos em questão. Note-se bem que me refiro à enfermaria e não às antigas casas fortes existentes em alguns hospitais geraes. O hospital urbano quando tenha de comportar mais de 30 doentes deve ser em pavilhões separados como os bons hospitais geraes modernos. Deve possuir, pois, sala ou, melhor, pavilhão de observação para os doentes recém-admittidos, sala ou, melhor, pavilhão para os casos agudos com vigilância contínua aos agitados, aos propensos ao suicídio<sup>53</sup>.

53 Relatório intitulado Quaes, com os melhores meios de assistência aos alienados. Apresentado pelo Dr. Juliano Moreira, no 4º Congresso Médico Latino Americano, 1909.



Em Manaus, já havia, no período em questão, a proposta para que todas as acomodações fossem realizadas de forma separada. O projeto para o asilo de alienados era bem definido, e estava em consonância com as propostas dos alienistas do período, que buscavam, nas incansáveis análises dos métodos utilizados na Europa, e nas diversas tentativas asilares, como o hospital-casa de detenção, formas e tratamentos violentos. Em contrapartida, havia a proposta *open-door*<sup>54</sup>, com pavilhões específicos e estruturados, e terapias menos agressivas e mais afetivas.

Ainda sobre a égide dos alienistas nacionais, a proposta inovadora contava com a separação dos alienados, que era assim distribuída:

1º - Doentes atingidos de psychoses agudas curáveis, ou presumíveis, taes sao os hospitalizados nos pavilhões de tratamento e vigilância contínua. Esses pavilhões representam, por assim dizer, o hospital da pequena aglomeração especial, que é uma colônia de alienados.

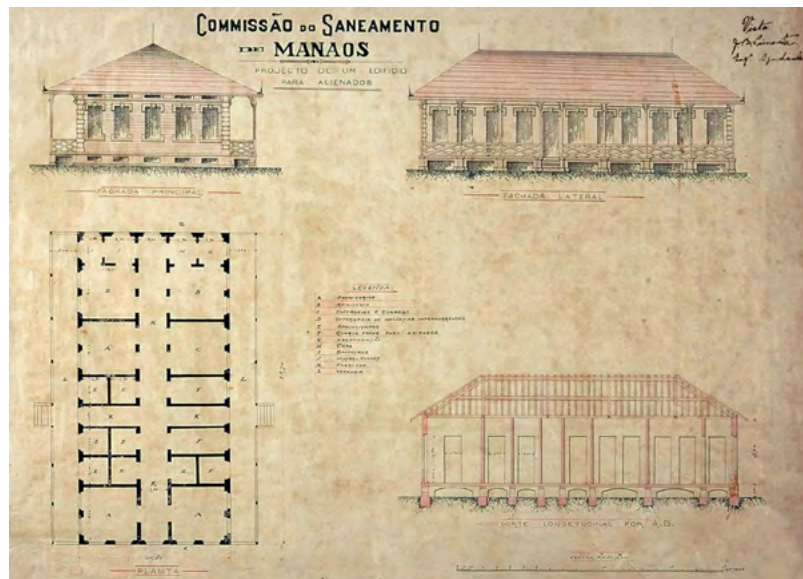
2º - Alienados chronicos, incuráveis, porém válidos physicamente e que, com os muitos convalescentes do grupo, devem ser empregados nos trabalhos ruraes, ou nas officinas do manicômio, fruindo o máximo de liberdade possível.

3º - Os alienados enfermos, inválidos, entravados, os senis, os idiotas profundos, os quaes não podem trabalhar. Para elles é quo o hospital-colônia, moderno, que reserva o quarteirão e que merece o nome de hospício. Aliás a assistência familiar vae dia a dia também tomando conta de grande parte de taes doentes, recolhendo ao hospício somente aquelles que necessitam de cuidados continuos.

Nesta perspectiva, o projeto do asilo-colônia Eduardo Ribeiro, em Manaus, está dentro da conjuntura indicada para a época. Vejamos:

<sup>54</sup> *Open-door*, ou portas abertas, expressão utilizada para consagrar um método mais humano, menos prisional.

Imagem 4 - Projeto parcial do edifício para alienados.  
Comissão do Saneamento de Manaus<sup>55</sup>.



Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia.

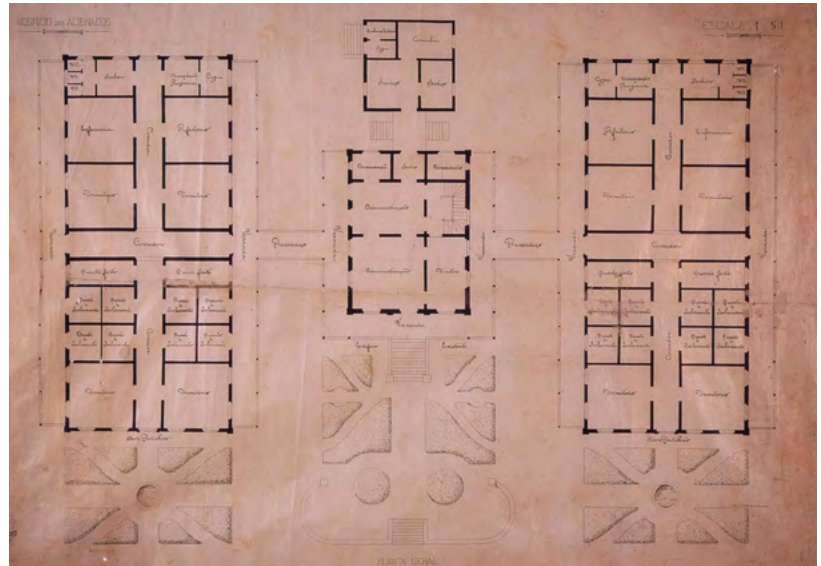
Ao observarmos a planta acima, percebemos que a sua elaboração vem de encontro com as necessidades da loucura: fachada principal e lateral com amplas janelas para melhor circulação do ar, corredores que dão acesso ao espaço interno e distribuição dos cômodos como se vê na legenda: dormitório, refeitório, enfermeiro e guardas, enfermaria de moléstia intercorrência, semiagitados, quarto forte para agitados, arrecadação, copa, banheiros, *water-closet*, corredor e varanda.

A estrutura que fora proposta acima nos habilita afirmar que cada indivíduo ocupasse objetivamente o seu espaço, do louco ao

<sup>55</sup> A planta acima remete-se à administração do Governador Eduardo Ribeiro, período das transformações modernizantes que ocorreram em Manaus, já discutidas no primeiro capítulo.

corpo de enfermeiros e guardas, o que podemos analisar, com mais nitidez, na planta mais detalhada abaixo.

**Imagem 5 - Planta geral do projeto do Asilo de Alienados.  
Comissão do Saneamento de Manaós.**



Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia.

A planta geral nos traz, em detalhes, o espaço físico que abrigaria os loucos que estavam já internados na fadada área destinada a eles, na Santa Casa de Misericórdia, no Asilo de Alienados, que se situava na parte urbana, e ainda àqueles que perambulavam pelas ruas, além dos que habitavam as edículas das famílias abastadas. A análise iconográfica desta imagem nos revela que a parte central, onde iria se localizar a administração, diretoria, serviço e arrecadação, supostamente é a planta da casa existente na Chácara Cruzeiro, e as construções citadas como pavilhões, que se encontram do lado



direito e esquerdo, bem como os espaços ao ar livre, como os jardins, seriam ainda construídos.

As duas plantas analisadas datam da última década do século XIX, correspondendo às propostas de modernizações para Manaus, onde muitas obras, como a construção do Asilo de Alienados, nunca se concretizaram.

Em artigo publicado no 'Jornal do Commercio', de 09 de março de 1908, lemos a preocupação em fazer do então hospício um local que realmente se destina a esse fim. A indignação de que se trata o artigo compara o Hospício Eduardo Ribeiro, desde seu espaço físico ao tratamento dos doentes, com o Asilo de Alienados do Rio de Janeiro, dirigido pelo Dr. Juliano Moreira, com métodos de tratamento menos agressivos, onde os loucos mais pacíficos caminhavam na Avenida Beira Mar, cultivavam horta e passeavam nos jardins, além de irem a encontros religiosos. Vejamos:

Um hospício para alienados, de accordo com as regras da sciencia moderna, já não precisa de grades, nem de camisolas de força, mas tão somente segundo os conselhos dos profissionaes, - de largos salões, francamente varridos pela luz do dia, jardins que lhe disfarçam o aspecto gélido de cárcere, apparatus de chuveiro e de duchas, e até mesmo officinas e pistas, onde os detentos se distraiam, trabalhando ou propriamente se divertindo [...] Infelizmente, nada disso possuímos em Manaós, onde os pobres loucos são victimados em pouco, ou pela doença dos infelizes ou por outros males que elles adquirem após uma longa internação [...] Nós não temos, por ora, um hospital de alienados, mas, sim, uma casa para sua detenção temporária, demasiado transitória, aliás quer para os que embarcam em demanda da salvação n'outros climas, quer para os que ficam, que morrem em pouco tempo<sup>56</sup>.

Em regra geral, a proposta de um hospício com espaços físicos que seguissem as diretrizes de higienização, salas para tratamentos,

<sup>56</sup> 'Jornal do Commercio', 1908.

observações, internações, área de lazer e de terapia não passou, em Manaus, de letra morta.

A denúncia que lemos, no 'Jornal do Commercio', afirma todas as perspectivas em relação à maquiagem realizada nos relatórios oficiais, quando estabelecem que o hospício necessita de alguns pequenos reparos.

Alli ninguém se entende. A promiscuidade é um facto, a falta de asseio é uma realidade, à noite não há luz e os furiosos atiram-se uns aos outros numa lucta encarniçada, sem que os empregados com isso se incomodem, pelo receio de que sairão perdendo a vida naquela escuridão. Dormem dez, doze, quatorze, em aposentos onde, por muita condescendência, só poderiam repousar três. Os enfermos defecam no mesmo sítio onde fazem as refeições. Há logares, onde, em dias de chuva, a água cae, como se fosse em plena rua. Os buracos no assoalho são inúmeros, a casa enfim esta prestes a cair<sup>57</sup>.

Jornal 'O Paiz', de 1926:

São ainda más as condições de tratamento dos alienados. O Hospício Eduardo Ribeiro que, para bem preencher os seus fins, deveria ocupar um prédio com instalações modernas, funciona em uma casa particular, sem as necessárias adaptações e sem as commodidades e conforto indispensável à saúde e ao sossego dos infelizes doentes – pagando-se pelo aluguel desse próprio a importância de 300\$ mensaes. As condições do edifício não causam boa impressão. Os loucos vivem encerrados em cubículos ou células não arejadas e em verdadeira promiscuidade que se pode comprometer a hygiene e trazer perturbações à ordem do estabelecimento, acontecendo que há aposentos que contêm mais de nove alienados<sup>58</sup>.

De forma esporádica, as notícias de maus tratos e de péssimas acomodações aos alienados nos dão a clareza de que, em Manaus, os homens da ciência não conseguiam sequer acomodações apropria-

57 'Jornal do Commercio', 1916.

58 Jornal 'O Paiz', 1926.

das aos alienados, o que piorou com os tratamentos que seguissem os modelos implantados no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco. A notícia acima derruba todas as especulações e perspectivas da construção de um asilo colônia tal como a proposta da Comissão de Saneamento. Sabemos que os alienados de toda ordem aguardavam depositados na casa alugada à Rua Ramos Ferreira, e que a transferência definitiva só ocorreria no ano de 1928, para a Chácara O Pensador, a qual também não oferecia as recomendações físicas para acomodar a loucura.

Problematizarmos sobre as questões que envolvem a estrutura física e a dinâmica dos tratamentos para a loucura, dentro de um aspecto geral, é condicionamento para questionarmos sobre os cômodos que abrigassem somente as mulheres, em se tratando de sanidade de homens e mulheres. Juntos, ao cair do sol, em locais fechados e escuros, se entrelaçariam em orgias, insanos, loucos e dementes. À mercê da promiscuidade, se geraria uma verdadeira Sodoma e Gomorra. No que tange aos loucos da Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro, a constância desses atos aparecem em denúncias relatadas nos jornais.

Manter a separação entre homens e mulheres alienados era papel primordial dentro do hospício. Apesar de já termos constatado que isso não ocorria, a República que se formava então se preocupava com cidadãos sociais, que poderiam contribuir para o crescimento da nação que se civilizava.

Segundo Kehl (1920):

Casamentos de doentes e tarados, de consanguíneos, além da degeneração causada pelas endemias que castigam e pelas levas imigratórias constituídas pelo rebotalho heterogêneo que vem complicar, ainda mais, as mazelas de nosso laboratório étnico.



Ao contrário das disposições do Hospital Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro, onde as instalações femininas eram divididas em duas grandes seções principais: a Morel, para pensionistas, e a Esquirol, para mulheres mantidas com recursos do Distrito Federal. Nessas seções, era possível encontrar mulheres cujos sinais e sintomas assinalados pelos médicos incluíam comportamentos “desobedientes”, “irritáveis”, de “sexualidade e desejos excessivos”, que não queriam cuidar dos filhos ou dos serviços domésticos, que desejavam trabalhar fora de casa, liam romances ou estudavam em demasia, recusavam-se a se casar etc. Em Manaus, as internações levadas a cabo pela polícia, fossem as loucas nacionais ou estrangeiras, ocorriam sob os argumentos de arruaças, indigências, prostituição, alcoolismo e crime, sendo estas as causas principais que levavam a internações por moléstias mentais, alienação, delírio e histeria.

Muito embora os prontuários médicos, com todas as anotações dessas pacientes e das suas internações, existissem, há fontes documentais que sobreviveram aos maus tratos do tempo e às condições de armazenamento e guarda. As informações que encontramos sobre a encenação, como as plantas propostas pela Comissão de Saneamento para a construção de um asilo de alienados, bem como as notícias nos jornais, nos sugere que haveria alas específicas para mulheres pensionistas, ou seja, as demais estavam sujeitas à sujeira, promiscuidade e agouros do salão misto de tratamento.

## NA ESTEIRA DA LOUCURA: AS POSSÍVEIS CAUSAS DA LOUCURA FEMININA

A prática medicinal nunca esteve desassociada do contexto histórico e social, até porque a medicina é uma ciência intervencionista, e a utilização desta prática de ingerência abre mão das produções

discursivas. As teses médicas relacionadas aos prognósticos da loucura como doença, de fato, e que foram defendidas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, são trabalhos voltados para considerações, ponderações e menções de estudos até então realizados. Lemos esse contexto nas revistas e periódicos, onde estas teses eram publicadas, no Rio de Janeiro e na Bahia, onde as academias de medicina proliferavam doutores com discursos de higienização, sanitização e organização do espaço público.

No que tange à loucura, as construções em volta da doença se estruturavam através das classificações que os alienistas usavam para apontar quem eram os doentes mentais: crianças invertidas, homossexuais, mulheres que apresentassem algum tipo de transtornos comportamentais inadequados para o período, emancipadas e/ou prostitutas, pervertidos, ociosos e praticantes dos jogos de azar. Vagabundos de toda ordem eram enquadrados na classificação de vesânicos, e tinham alta potencialidade para internação.

Segundo Lilia Ferreira Lobo:

Até o final do século XIX, os grandes esforços da normalização médica não se dirigiam diretamente aos pobres, muito menos aos escravos. Mas o hospital, este sim, foi objeto das intervenções desde o início, porque veio a se tornar o lugar áureo da obtenção de um saber de garantia do poder médico, local de apropriação do corpo doente e do corpo morto, peças imprescindíveis aos estudos científicos (2015, pp. 307-308).

Em Foucault lemos que:

O internamento não representou apenas um papel negativo de exclusão, mas também um papel positivo de organização. Suas práticas e suas regras constituíram um domínio de experiência que teve sua unidade, sua coerência e sua função. Ele aproximou, num campo unitário, personagens e valores entre os quais as culturas anteriores não tinham percebido nenhuma semelhança. Imperceptivelmente, estabeleceu uma gradação entre eles na direção da loucura, preparando uma experiência

– a nossa – onde se farão notar como já integrados ao domínio, pertencentes à alienação mental (2012, p. 83).

Nos primeiros anos republicanos, internar mulheres que apresentassem comportamentos ligados à loucura significava intervir no âmbito social. As reestruturações, que ora são voltadas para a limpeza física da urbe, alcançavam também as fulanas que perambulavam pelas ruas, os doentes sociais que necessitavam de tratamentos; e a medicina, através da institucionalização dos comportamentos embaçados nas causas orgânicas das enfermidades da loucura, buscava esclarecer as causas das doenças mentais. No que dedilha esta reflexão, as causas da loucura feminina que, apontadas pelos alienistas da época, estavam dentro de aspectos específicos são: puberdade, menstruação, gravidez, parto, menopausa, sexualidade, paixões, abstinência sexual, histeria e transtornos comportamentais.

Neste contexto, a fisiologia feminina e os distúrbios mentais são associados à noção de instabilidade constante.

São anormais todos os exageros sexuais da mulher que, por vezes, os patenteia da maneira mais exibicionista e até atentatória da dignidade da situação social que ocupa, indo de encontro aos bons costumes e às conveniências sociais, deve admitir-se que esses exageros andam ligados a sua constituição neuropática (MONIZ, 1916, p. 332).

As concepções dos comportamentos femininos sedimentados em valores religiosos e familiares não admitiam que as mulheres pudessem ter qualquer tipo de exageros. Dessa forma, o seu comportamento era condicionado às prescrições morais. Ora, a mulher que a sociedade republicana priorizava era a burguesa, que, diante das condições favoráveis de vida, teria predicados para gerar uma prole saudável e numerosa, favorecendo o futuro do país na criação de indivíduos de bem, de valores morais e sociais, contribuindo para



uma nação que nascia sobre os ares republicanos, e que buscava o progresso com base em uma população ordeira.

Ana Maria Colling expõe que:

A autoridade bíblica com respeito à subordinação feminina foi confirmada ou substituída pela autoridade biológica. A mulher, cujo ser é afetado pela sexualidade no discurso médico, logo passa a ser vista como um ser doentio, com crises frequentes, afetada pelas paixões e romances (2014, p. 90).

Para tanto, era necessário que as mulheres, responsáveis pela gestação de indivíduos sadios, estivessem saudáveis. Seus corpos e mentes deveriam obedecer aos conceitos sedimentados da moral e, sobretudo, da medicina. Ser mulher, na virada do século XIX para o XX, era perigoso, significava ter um pé no hospício, pois, a qualquer sintoma de vapores femininos, neurastenia, sobrecarga de emoções, loucura, histeria ou útero errante, o seu destino era certo – a internação. O enigmático corpo feminino passara a ser esmiuçado pelos médicos nacionais, viesados nas concepções da psiquiatria que ganha espaço no Brasil. A intenção era gerenciar esse corpo e o desempenho de suas funções reprodutivas e sociais.

A sexualidade poderia influenciar o comportamento, levando a atacar o cérebro e o espírito, que se torna cego para os próprios excessos de sua sensibilidade – e é aí que aparece a loucura (FOUCAULT, 2012, p. 294). Nos diversos saberes médicos, no seio familiar, nas contradições religiosas e na justiça republicana, a mulher e a loucura passam a figurar em vários tons. As ambiguidades que as cercam semeiam, entre os especialistas da época, a busca pela resposta do diagnóstico da loucura.

O gerenciamento do corpo feminino, como objeto de estudo e conhecimento, envolveu uma série de prognósticos. A sexualidade, contestada pelo viés da desinformação, elaborou, durante um grande

espaço de tempo, que os estímulos sexuais femininos tinham que estar de acordo com a subordinação prescrita pelo mundo masculino. No corpo feminino, moravam todos os sintomas que poderiam enlouquecer uma mulher, a começar pelo gerador de todas as interrogações médicas: a sexualidade. Esta exigia dos médicos controle permanente, uma vez que o comportamento sexual feminino, até a década de 1920, era analisado diretamente pelo cio.

Se o sexo era tabu nesse período, a sexualidade feminina era um misterioso assunto que abria para a medicina um leque de questionamentos. Através da sexualidade da mulher, poderiam os médicos vir a provar que as doenças absorvidas pelo corpo feminino entravam pelo mesmo oráculo.

Viera afirma que:

A relação que se estabeleceu entre a psicologia feminina e sua genitalidade específica à construção que se fez do feminino, enquanto características de seres à beira da loucura ao menor desvio, nos quais a potencialidade da demência e da alienação possuía alicerces orgânicos incontestáveis, virtualidades da loucura (2004, p. 71).

Esta construção médica de que a genitália feminina e todos os seus frescores poderiam levar as mulheres à loucura, estende-se a outros fatores, pois a sexualidade é a mãe da maternidade, dos desejos sexuais e das paixões, e estes poderiam desvirtuar este corpo que está sendo moldado para a boa reprodução e educação dos filhos. Aquelas que resolvessem trilhar os caminhos contrários estavam classificadas na degeneração moral.

O órgão responsável por gerar filhos saudáveis legítimos ou ilegítimos é o útero, e, desde a formação das teorias hipocráticas, onde as mulheres constituem-se de humores úmidos e frios, ao passo que os homens de humores secos e quentes, até o século XIX, a terminologia

de útero errante sempre foi atribuída às mulheres, que possuíam uma fisiologia vulnerável.

Para Colling:

A “sufocação da matriz” ou “furor uterino”, movimentos extraordinários do útero, que tal como um animal se agita por todo lado em convulsões violentas, é a origem da histeria. A causa do ataque histérico é sempre a mesma: um vapor venenoso é produzido pela matriz e que, ao passar pelas artérias e pelos polos do corpo, lesa todo o organismo até o cérebro (2014, p. 82).

Percebemos que um diagnóstico leva ao outro. O útero errante é uma das causas da histeria que, naquele momento, era um dos maiores causadores da loucura feminina - a histeria. Tal pensamento percorreu toda a história da humanidade. Hipócrates, o pai da medicina, ponderava que a doença, além de ser uma movimentação do útero, também era associada à abstinência sexual. Sendo assim, para a prevenção da doença, eram prescritas relações sexuais. A Idade Média, impregnada pelos dogmas católicos, autuava as mulheres com quadros histéricos como bruxas demoníacas, as quais eram perseguidas pelos inquisidores e queimadas na fogueira.

A histeria foi alvo de especulações durante toda a Idade Moderna. Tratamentos fitoterápicos, com banhos de ervas, banhos frios, inserção de chumações molhados na vagina e massagens genitais eram prescritos pelos ginecologistas, pois a sensação de prazer aliviava as tensões histéricas.

As discussões freudianas em torno da histeria estavam relacionadas a fortes lembranças que estimulavam a memória afetiva. As histéricas são subjetivadas, e, dessa forma, tudo que está associado ao sexo as tornam histéricas. A neurose histérica é determinada por sensações e momentos que poderiam ser tratados através da psicanálise livre, ou seja, em conversas nas quais as pacientes



poderiam expressar o que sentiam e pensavam, método inovador para a época, em que o indivíduo poderia expressar a sua doença.

A histeria assombrou mulheres e médicos por um longo período, e seus diversos sintomas eram perigosos.

Os médicos estabeleceram que na mulher este sistema era instável, marcado pelo desequilíbrio e que, portanto, qualquer excitação periférica – sempre de origem sexual – poderia perturbar o frágil equilíbrio do sistema e causar problemas psíquicos que variam de uma simples dor de cabeça chegando a estados melancólicos, manifestações histéricas e delírios que podiam levar as mulheres a cometerem atos contrários à sua vontade, como o infanticídio e o suicídio (MARTINS, 2004, p. 11).

Além dos atos criminosos que a histeria poderia causar, o corpo e a mente feminina passavam por restrições médicas de domesticação e controle destas manifestações mórbidas. Sobre as manifestações e movimentações da histeria, Foucault nos diz que a histeria é indiferentemente móvel ou imóvel, fluida ou pesada, entregue a vibrações instáveis ou carregadas de humores estagnados. Não se conseguiu descobrir o estilo próprio de seus movimentos (FOUCAULT, 2012, p. 282).

Neste período, todos os diagnósticos que regiam a doença mental nas mulheres estavam diretamente ligados à sua natureza. Saturados de sexualidade, esse corpo necessitava ser normatizado, pois era ele o produto cultural que codificava os discursos da época. Toda mulher deveria ter um corpo assexuado, tendo como objetivo somente a reprodução.

Porém, não foram só os sintomas da histeria e a doença propriamente dita que assombraram as mulheres, o medo do diagnóstico e da internação nos hospícios direcionou os olhares dos médicos alienistas para outros sintomas também considerados como neurose e causadores da loucura, que é a neurastenia. Esta doença remonta os ides

do século XVII, com termos de nervosismo, neuropasmo e irritabilidade espinhal. Com o passar dos anos e com os estudos realizados, principalmente por médicos-alienistas ingleses e americanos, a mudança do termo para neurastenia ocorre no século XIX.

A consideração da neurastenia como uma perturbação funcional do sistema nervoso é um elemento de base para compreendê-la, sendo o ponto comum entre as obras de diversos de seus propagadores, como as dos médicos ingleses Thomas Savill (1906) e Charles Edward Beevor (1898); as dos franceses Jean Martin Charcot (1888), Paul Blocq (1891), Émile Laurent (1897), Paul Levillain (1891), Léon Bouveret (1891), Adrien Proust e Gilbert Ballet (1897); e as do americano Silas Weir Mitchell (2004; 1881). (ZORZANELLI, 2010, p. 434).

Em todos os debates realizados, a neurastenia consagra-se como doença sociocultural, ou seja, a modernidade, as transformações ocorridas nas últimas décadas do XIX e primeiras do século XX, influenciaram em grande escala o desenvolvimento da neurastenia nas mulheres, e isso ocorre pelo processo de mutações consideráveis do papel das mulheres na sociedade. O fim da Primeira Guerra Mundial, a inserção da mulher em todos os segmentos sociais e, principalmente nas escolas e nas academias, possibilitou a busca pelo seu próprio ser.

No Brasil, as primeiras discussões em relação à neurastenia ocorrem no final do século XIX, pelos comentários de Afrânio Peixoto e Juliano Moreira. As contextualizações acerca da doença eram exíguas, e apareciam estatisticamente nas internações do Asilo de Alienados do Rio de Janeiro e nas clínicas particulares.

Os sintomas da neurastenia eram paralelos aos sintomas da histeria. Por isso, essas doenças eram correlacionadas. Nelas, a fadiga constante que atinge o físico e o psicológico, a irritabilidade e a fraqueza dos músculos eram parte das principais queixas das pacientes. Os tratamentos, no final do século XIX, para a doença em questão são assim considerados por Zorzanelli:

O tratamento psíquico era também considerado um fator importante para o êxito do tratamento. Captar a confiança do doente, aceitar suas queixas com discrição e tato, individualizar o tratamento e manter a paciência e a perseverança eram atitudes que trariam benefícios diretos ao progresso da condição do paciente. Como afirma dom Justino (1907), o médico que esperar somente dos medicamentos a cura da doença sofrerá decepções, porque o neurastênico é um indivíduo cuja compreensão da vida falhou, que perdeu a crença na energia própria e que não tem interesse no mundo. Por isso, o eixo psíquico do tratamento ganha tanta relevância, por meio do qual o médico deve incentivar no paciente uma visão prática e sã da vida (2010, p. 443).

Reportemos a Manaus republicana e as fontes documentais nas quais investigamos os tratamentos para a histeria e a neurastenia, que eram vinculados na mesma propaganda, sugerindo que os diagnósticos das mesmas e os meios medicamentosos caminhavam lado a lado.

**NEURASTHENIA**, FADIGA, PROSTAÇÃO DE FORÇA – KOLA PROSPATADA (GRANULADA) – Preparada por Vicente Verneck.

Esta útil combinação corresponde a uma necessidade therapeutica, todos os dias acentuada pelos mais preclaros clínicos. É o mais seguro tônico empregado contra as moléstias ou excessos, que produzem esgotamento nervoso.

ANEMIA CEREBRAL, **HYSTERIA** E PROSPHATURIA<sup>59</sup> (grifo nosso).

Faziam propagandas, também, médicos com gabinetes próprios, onde o tratamento era direcionado a várias doenças.

Dr. Cardaval – Gabinete Radio Electro-Therapico.

<sup>59</sup> 'Jornal do Commercio', 10 de fevereiro de 1904.



As moléstias da pelle, as moléstias do aparelho da intervenção, neurastenia, hysteria, dores de cabeça, nervos do coração, os aneurysmas, as paralyrias de toda espécie, as moléstias do estômago e intestinos, as hemorróidas, as moléstias do fígado, do baço, a obesidade. Curadas por meio de aplicações elétricas. As moléstias das senhoras, curadas pela Kinesitherapia, massagens e gymnastica. Rua 24 de maio, nº58 (grifo nosso) 60.

E remédios que vieram de pesquisas dos Estados Unidos:

MODERNO ANNEL ELEECTRO BI-POLAR AMERICANO

Notável descoberta do Dr. William de Nova York.

Cura todos os males nervosos, **hysterismo, neurastenia**, dores de cabeça ou enxaqueca, nervosismo, câimbra, constructura dos músculos, palpitações nervosas, erysipela, disppeias nervosas, dor sciatica, impotência etc. O ANNEL BI-POLAR DO DR. WILLIAM é indispensável a todos que são vítimas das terríveis moléstias nervosas, ele preserva de todos os males já mencionados e a população d'esta Cidade deverá experimentar ou possuir estes legítimos e sólidos Anéis eléctricos americanos. À VENDA UNICAMENTE NA CASA "PAZ DA PATRIA" – MANAÓS61 (grifo nosso).

As propagandas citadas acima nos apontam que os médicos e farmacêuticos eram possíveis charlatões, que criaram e recriaram curas para todos os males, utilizando-se dos problemas neurastênicos comuns na população da passagem do século para divulgarem seus produtos milagrosos. As informações dos anúncios nos remetem às múltiplas facetas utilizadas por eles para fazerem dinheiro rápido. Elucidando questões econômicas, tais remédios caracterizam a cura pelo consumo medicamentoso.

Um fato nos chama atenção: a partir de 1909, outra fórmula aparece, e ela surge depois de uma nota publicada no Jornal do

60 'Jornal do Commercio', Manaus, 11 de abril de 1904.

61 'Jornal do Commercio', Manaus, 13 de setembro de 1906.

Commercio, de 08 de janeiro daquele ano, com o título 'A Neurasthenia e o Vinho':

A Neurasthenia foi muito discutida no Congresso médico de Genebra. Disse-se, entre outras coisas, que essa enfermidade nervosa faz muitas vítimas entre os bebedores de água. É interessante saber até que ponto pode chegar o fundamento dessa asserção. A Neurasthenia é caracterizada por symptomas de fadiga e esgotamento, que atingem não somente as forças physicas, mas também as faculdades intellectuais. Ao mesmo tempo, os doentes experimentam perturbações muito sensíveis nas suas funções physiológicas. Todas essas causas exercem uma influência debilitante sobre o corpo e o espírito. Indagou-se se não seria conveniente, em taes condições, empregar excitantes e determinar uma utilização mais rápida e mais completa do bolo alimentar.

E continua:

O Neurasthênico, sofrendo habitualmente de dyspepsia, não deveria tomar alimentos sólidos ou líquidos capazes de irritar o estômago affectado. Parece preferível impor ao doente um regime excitante, sendo por isso desfavorável a proibição do uso do vinho às pessoas atacadas de tal enfermidade. Constatou-se já que os bebedores de água são melancólicos e facilmente irascíveis. Ao contrário, neurasthenia não ataca senão acidentalmente os bebedores de vinho. Tal é a these nova. Convinha adaptá-la com inteira confiança? É o que resta decidir, sendo certo, porém, que o vinho, condenado em primeira instância, espera triunfante um segundo julgamento.

A necessidade de citar na íntegra essa notícia se fez pelas indagações que a cercam. O autor deixa claro, no final, que o vinho deveras merece tanta confiança. Ora, sabemos que as bebidas alcoólicas, mesmo que em forma de medicamentos, como é este caso, deixam as pessoas inebrias. Portanto, se já sofrem de uma possível doença neurológica, o vinho não seria o tratamento mais adequado. Mesmo assim, não tardou a aparecerem vinhos milagrosos, elixires que curam e gotas que salvam em anúncios nos jornais, e, com

nomes sugestivos, estavam à venda nas melhores farmácias do ramo. Nesta reflexão, trouxemos os nomes dos medicamentos que mais frequentaram as páginas de anúncios, sendo eles: Sharop Sirop de Follet, Vinho Kola-Bah de Orlando Rangel, Vinho de Xarope Deschiens, Elixir, Vinho e Kola Granulada Monavan, Ovo-Lecithin Billon, Vinho Nogueira e o fabuloso Gottas Genitæes, que era um produto da flora amazônica, tendo como base o princípio ativo da Muirapuama.

As causas das doenças do cérebro, que habitavam o corpo feminino, não se restringiram à sexualidade, ao útero, à histeria ou à neurastenia. Sabemos que a Primeira República, no Brasil, foi uma divisora de águas. De uma sociedade colono-imperial, o país se abriu para um novo ciclo, e, com ele, as mulheres ganharam um pouco de visibilidade. No momento em que desataram as amarras familiares e religiosas, deixaram-se investigar, com alma, corpo e mente. Neste contexto, outra doença que foi discutida no âmbito das academias de medicina – a sobrecarga de emoções – vinculava as mulheres à fragilidade, languidez e melancolia. Rompantes exagerados as rebaixavam cientificamente, e estas sobrecargas de emoções apareciam nos momentos em que, nos dias atuais, chamamos de stress, depressão, estafa e dores musculares. Na ponte dos séculos XIX para XX, essas emoções se transformavam em um abismo que os médicos alienistas se propuseram a desvendar, bem como as outras doenças supracitadas, e que despertaram interesses científicos e leigos.

## A LOUCURA NA LITERATURA

Loucura e literatura sempre andaram juntas, retratando por séculos, em cenas reais ou fictícias, dos problemas socioeconômicos aos científicos, do geográfico ao cultural. A pedagogia em que se vin-



cula a doença do cérebro e dos nervos revela-nos, em comportamentos, mentes e corpos, a incapacidade humana de dominar-se ou das tentativas de dominar o outro pelo intelecto, social ou científico, ou como gentilmente observa Lima Barreto quando diz que não é só a morte que iguala a gente. O crime, a doença e a loucura também acabam com as diferenças que a gente inventa.

Neste contexto, médicos alienistas curvaram-se na República Velha, na intensão de descobrir as reais causas da doença, inspirados em pesquisas, apontamentos e teses de colegas brasileiros e estrangeiros ou ainda nas...

[...] artes técnicas, no campo da mecânica e da indústria, têm dado aos homens uma crença de que é possível realizá-las iguais nos outros departamentos da atividade intelectual; daí, o orgulho médico, que, não contente de se exercer no âmbito da medicina propriamente, se estende a esse vago e nebuloso céu da loucura humana (BARRETO, 1988, p. 57).

Barreto, o homem que experimentou a loucura na pele, contextualizou as facetas da internação, do tratamento médico, e contribuiu com a sua leitura das linhas que intercalam a loucura e sua tez. Através de sua literatura, sã ou ébria, podemos hoje refletir a importância da literatura na loucura. Dentre outras obras, Lima Barreto escreveu 'Diários de um Hospício - Cemitério dos Vivos', que problematiza, de forma autobiográfica, suas passagens pelo Hospício Nacional de Alienados, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Alcoólatra, ele era mais um nas estimativas de doentes sociais. Dessa forma, teria que ser tratado como os demais. Em seus momentos de sobriedade, descreve o hospício e sistematiza sobre as condições nas quais os internos eram subjugados e tratados durante o período em que passara internado.

Para além de Lima Barreto e seus contemporâneos, que delinearão a literatura nacional, escrevendo sobre a loucura real ou

fictícia, dos devaneios aos amores proibidos, nos quais mulheres e homens da passagem do século XIX sofriam. A literatura voltada para a loucura aparece na Era Clássica Greco-Romana, tendo na exclusão do louco um contexto totalmente social. Porém, a figura do louco não deixou de aparecer através do mito de Dionísio (em grego) - Baco (em romano) - em que a loucura se manifestava de duas formas: pelo consumo exagerado de vinho por seus devotos durante rituais em sua homenagem, ou pela vingança de Hera.

Na Idade Média, destacamos Dom Quixote de La Mancha, obra assinada por Miguel de Cervantes em que o protagonista, idoso, após leituras de romances de cavalaria, perde o juízo e acredita piamente ser um cavaleiro andante.

Erasmus de Roterdão, em 1509, escreve satiricamente 'Elogio da Loucura', onde ela, a loucura, é a protagonista do texto, observando-se a influência corrupta que a Igreja Católica Romana exercia. No entanto, este ensaio foi sua glória e sua tragédia. 'Elogio da Loucura' foi escrito como forma de denúncia, mas caiu no gosto do Papa Leão X, que pediu a tradução da obra para o francês e o alemão, não atingindo a crítica denunciante que o autor propôs.

Podemos considerar que a literatura e a loucura nutrem-se da imaginação, real ou senil. Uma deleita-se com seus rompantes, a outra os descreve, ora pelo prisma científico, ora pelo prisma crítico ou fictício. Dessa forma, literatura e loucura caminham lado a lado pelos séculos, ou, como nos coloca Foucault, não nos surpreendamos ao reencontrar a loucura tantas vezes nas ficções, do romance ao teatro. Não nos surpreendamos ao vê-la andar, de fato, pelas ruas – “a loucura desenha uma silhueta bem familiar na paisagem social” (FOUCAULT, 2012, p. 469).

A passagem do tempo nos leva a reencontrá-la, como dispõe Foucault, por diversos vestígios históricos, na contemporaneidade.

Poetas, poetisas, literatos, cronistas e escritores dissertaram as agruras da loucura. Seja ela romanceada ou verdadeira, o seu tema andou atento pelos continentes, forjando a sua existência no bico de pena.

A loucura é a rejeição da exterioridade rumo ao mergulho no mundo da imaginação, onde reina a total liberdade, onde o ser se volta profundamente para seu interior, num gesto de desvencilhamento de todas as convenções e posturas sociais e numa reação à normalização (BARRAL, 2011, p. 23).

E essa existência vem em forma de transpor as barreiras da loucura de quem a viveu, como Lima Barreto, ou da poetisa portuguesa contemporânea a ele, que escrevia mostrando sua inquietude e sofrimentos d'alma. Percebemos tais sobrecargas de emoções em seu poema Neurastenia:

Sinto hoje a alma cheia de tristeza!  
Um sino dobra em mim Ave-Maria!  
Lá fora, a chuva, brancas mãos esguias,  
Faz na vidraça rendas de Veneza...  
O vento desgrenhado chora e reza  
Por alma dos que estão nas agonias!  
E flocos de neve, aves brancas, frias,  
Batem as asas pela Natureza...  
Chuva... Tenho tristeza! Mas por quê?!  
Vento... Tenho saudades! Mas de quê?!  
Ó neve, que destino triste o nosso!  
Ó chuva! Ó vento! Ó neve! Que tortura!  
Gritem ao mundo inteiro esta amargura,  
Digam isto que sinto que eu não posso!!<sup>62</sup>

62 Nascida em Portugal, em 1894, optou por utilizar o nome de Florbela d'Alma da Conceição Espanca. Teve uma vida conturbada, casando-se e separando-se por duas vezes, fato um tanto moderno para os padrões da época. Tentou o suicídio na mesma quantidade de seus casamentos, porém conseguiu por fim em sua vida em 1930. Neurastenia foi publicado no Livro de Magóas.



Nos versos do poema de Florbela, estão intrínsecas as sobrecargas emocionais: gritar ao mundo esta amargura, e dizer ao mundo o que ela sentia, a ambiguidade de seus versos, no desespero latente de compreensão de si, as causas das amarguras e dos sufocamentos por ela vividos, e que se traduzem em seus poemas. Considerada por vezes senil, sua neurose a levou ao suicídio.

Loucura e códigos sociais são incompatíveis, pois o caráter transgressor que a loucura carrega foge totalmente das convenções do mundo moderno, cabendo-lhe a rejeição da exterioridade, que impera em cada época. Sentindo-se incapaz de conviver em sociedade, os vesânicos entregam-se ao submundo dos sentimentos: tédio, morte, excessos de imaginação, perturbações e emoções conflituosas se misturam.

Sobre esses símbolos da alienação, cronistas brasileiros escreveram obras que contextualizaram em seu tempo a loucura e o poder público. Ao que antecede o recorte proposto aqui, temos, em Machado de Assis e em sua alvitre 'O Alienista', críticas à ciência positivista, através do personagem Dr. Simão Bacamarte, que, na linha tênue entre razão e loucura, propõe: "Nada tenho que ver com a ciência; mas, se tantos homens em que supomos juízo são reclusos por dementes, quem nos afirma que o alienado não é o alienista? (ASSIS, 1991, p. 35). O Dr. Bacamarte tinha, nas entrelinhas de seu discurso, as preposições de quem é realmente louco? Quem é realmente são? Dessa maneira, ele problematiza as questões médicas dos alienistas, e dispõe sobre as internações arbitrárias que eram realizadas no período em questão. Outras obras de Machado de Assis enveredam-se pelo cunho da loucura, a exemplo: 'Dom Casmurro' e 'Memórias Póstumas de Brás Cubas', que refutam a imaginação delirante de seus personagens.

No caminhar literário, temos mais adiante: 'O Cortiço', de Aluísio de Azevedo, que retrata as transformações urbanísticas, higienistas

e sociais que marcaram o Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. A personagem Pombinha, tomada por crises nervosas, tem seu comportamento assimilado à mística fisiologia feminina.

Por conseguinte, temos José Francisco da Rocha Pombo, que publica, em 1905, o romance 'No Hospício', sobre os simbolismos de uma loucura inspirada na iluminação espiritual e nas visões de Fileto Seixas, o papel principal da trama. Pombo permite que seu personagem caminhe pelo mundo místico e metafísico.

As perspectivas que o tema da loucura cria dentro da literatura, contrastando com o científico e suas problematizações acerca da doença sobre parâmetros romancistas, naturalistas, fictícios ou reais, nos leva a considerar que as molduras literárias lapidam a face rude da loucura. Arquitetura, pintura, literatura, música, escultura, teatro e cinema, as conhecidas Belas Artes, trazem em seu contexto, em sua história, o trilhar da loucura. Nesta reflexão, reservamos algumas notas para a loucura na literatura, porém, é certo que a loucura e os que ela toma como companheiros têm nas artes as diversas construções de diálogos, permitindo que a figura do alienado cerceie os âmbitos restritos da sociedade, e desfigure, com sua feição estranha, esse social estruturado e homogeneizado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1930, a Primeira República Brasileira chega ao fim. O látex que financiou as grandes obras públicas em Manaus já não era a base da economia local. A crise da borracha, no ano de 1910, atingira a todos, e deixa um enorme vazio, econômico e populacional, naquela que era, até então, conhecida como a Paris dos Trópicos. A efervescência de pessoas, navios e do alto comércio, que antes fazia a cidade borbulhar, agora deu espaço ao desemprego, obras em ruínas e projetos de sanitização e medicalização inacabados.

Este cenário de quase penúria, no qual finalizamos esta pesquisa, iniciada com o *boom* gomífero e com as estratégias de ordenação e manipulação na criação das instituições públicas, foi a premissa, a iniciativa de se construir, em 1894, o Asilo de Alienados, para garantir um lugar à sombra para os loucos manauaras.

Os discursos políticos, em conluio aos saberes médicos alienistas, os projetos de desodorização da cidade e a segregação dos doentes sociais, que perambulavam pelas ruas de Manaus, não passaram, nesse recorte temporal, de tentativas fracassadas de se construir um palácio para guardar doidos. No Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, os grandes prédios, afastados da cidade, abrigavam os loucos e seus companheiros de fama. Era essa a intensão em Manaus, mas os fatores econômicos desfavoreceram a efetiva transferência dos loucos, e o processo que se consolidou, em 1928, a Chácara 'O Pensador', já não era um local tão afastado assim.

A potencialidade do estudo da cidade, decorrente de sua população considerada marginalizada, e os efeitos que ela causa, nesse momento da história brasileira, em que o poder público buscou construir uma sociedade ordeira, homogeneizada e saudável, foram a



tônica nesta reflexão. O estado de loucura interfere no âmbito social, e degenera os que estão a sua volta. Assim, lugar de louco é dentro da instituição. Cunha, em relação à loucura, afirma que:

Solidamente ancorado na concepção médica, o alienismo minimizou ou retirou da loucura, por longo tempo, seus componentes sociais e culturais: na escala dos fenômenos da natureza, a “doença” constitui um tema sobre o qual era possível falar com objetividade e distanciamento, sem a contaminação da história e do conflito (CUNHA, 1996, p.109).

Neste contexto, faz-se necessário problematizar sobre as construções históricas em torno da loucura e da cidade que se movimenta, sendo que é através desta movimentação que as representações são firmadas, onde os discursos encontram-se ligados pelos meios de expressão. Não há uma reconstrução histórica, mas há uma visão paramentada em fontes documentais das propostas, métodos e fórmulas; das tentativas e projetos de civilidade, moralização e normatização dos espaços de sociabilidade; há uma investigação que pode ser analisada com base nos interesses da época. Para tanto, é necessário se colocar sentado no Café dos Terríveis, anonimamente, observando esta cidade que foi, em seus tempos do látex, a formosura da floresta, e que, como se canta na contemporaneidade, na letra da música Porto de Lenhas, “Tu nunca serás Liverpool!”.

Foi neste anonimato da visão do passado que me embrenhei a investigar sobre Manaus: nas prateleiras do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, nos relatórios e mensagens dos governantes; nos jornais e periódicos; nos anuários e estatísticos nacionais; na literatura regional; em artigos, teses, dissertações e referências bibliográficas, que foram fundamentais para esta discussão.

O diálogo que buscamos verificar, entre o poder público, a sociedade, o corpo médico e as propostas de civilidade, foi construído com restrições pelo fato de haver, em determinados pontos

pesquisados, uma falta documental. Desta forma, a sensibilidade da escrita histórica muitas vezes se formula pelo olfato sugestivo.

O foco desta pesquisa foi problematizar a cidade que se movimentava, e, junto com ela, a construção de uma instituição específica, o Asilo de Alienados. Além disso, focou-se na figura dos loucos, que perambulavam pelos espaços públicos e privados, bem como nas construções médicas acerca da loucura.

Para Foucault:

A experiência da loucura como doença, por mais restrita que seja, não pode ser negada. Ela é paradoxalmente contemporânea de uma outra experiência na qual a loucura resulta do internamento, do castigo, da correição. É esta justaposição que constitui um problema. Sem dúvida é ela que pode ajudar a compreender qual era a condição do louco no mundo clássico e a definir o modo de percepção que dele se tinha (FOUCAULT, 2012, p. 117).

Esta afirmação de Foucault é que nos instigou a pesquisar sobre a experiência da loucura, na dinâmica de que ela não pode ser negada; e não negá-la é pesquisá-la em todas as esferas, nas práticas sociais que segregam e nas representações aplicadas a ela: com aqueles que vivenciaram a experiência da loucura; nos órgãos públicos; nas tentativas de cura; através das pesquisas dos alienistas, ávidos em desvendar a loucura no corpo feminino; e por meio das ações comportamentais das prostitutas, dos alcoólatras, dos ociosos e indigentes.

A loucura instiga a investigação, pois ela anda carregada de seguidores, homens, mulheres e crianças, médicos alienistas, sanitaristas e curiosos, os quais buscavam, na virada do século XIX, desmistificar a doença. Em contraposição, as ciências humanas do tempo presente buscam analisar as práticas sociais adotadas naquele período, quanto à exclusão e segregação da loucura.

## FONTES DOCUMENTAIS

### **Anuários**

Anuários Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

### **Códigos de Posturas**

Códigos de Posturas, Leis e demais Resoluções do Conselho Municipal de Manaós, 1904.

Códigos de Posturas, Leis e demais Resoluções do Conselho Municipal de Manaós, 1920.

### **Decretos e Leis**

Decreto nº 1.132, de 22 de dezembro de 1903.

Lei nº 65, de 03 de outubro de 1894.

### **Imagens e Tabelas**

Imagem 1 - Foto da fachada da Chácara 'O Pensador', quando era moradia de Eduardo Ribeiro.

Imagem 2 - Foto da Chácara 'O Pensador', antes da instalação do Asilo de Alienados

Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas.

Imagem 3 - Foto da fachada da Chácara 'O Pensador', ano de 1930.

Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas.

Tabela 1 - Fonte: Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 8º Legislatura, pelo Exmo. SN.



Dr. Jonathas Pedrosa, Governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1914.

Tabela 2 - Fonte: Mensagem lida perante o Congresso, em 10 de julho de 1912, para o Governador Coronel Antônio Clementino Bittencourt, acompanhado dos relatórios dos chefes de repartições.

Tabela 3 - Fonte: GALVÃO, Manoel Dias. História da Medicina em Manaus. Manaus: Valer, 2003.

Tabela 4 - Fonte: GALVÃO, Manoel Dias. História da Medicina em Manaus. Manaus: Valer, 2003.

### **Mensagens**

Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Presidente deste Estado. Lida perante o Congresso Amazonense, em 1º de junho de 1892.

Mensagem lida pelo SNR. Governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro ao Congresso do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1894.

Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, lida perante o Congresso dos Representantes, pela abertura da 3ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura, em março de 1897, pelo então Governador Dr. Fileto Pires Ferreira.

Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da 2ª Sessão ordinária da 5ª legislatura, em 10 de julho de 1905, pelo Exmo. Sr. Dr. Governador Antônio Constantino Nery. Acompanhada dos relatórios dos Chefes de Repartições.

Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, por ocasião da abertura da 3ª Sessão ordinária da 5ª Legislatura, em 10 de julho de 1906, pelo Governador do Estado Dr. Antônio Constantino Nery.

Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, na abertura da 1ª Sessão ordinária da 6ª legislatura, pelo Governador do Estado, Dr. Antônio Constantino Nery, em 10 de julho de 1907.

Mensagem lida perante o Congresso em 10 de julho de 1912, pelo Governador Cel. Antônio Clementino Bittencourt, acompanhado dos relatórios dos chefes de repartições.

Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas, na abertura da 2ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura, pelo Exmo. SNR. Dr. Jonathas Pedrosa, Governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1914.

Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa do Amazonas, na abertura da 2ª Sessão ordinária da 10ª legislatura, pelo Exmo. SNR. Dr. Pedro de Alcantara Barcellar, Governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1920.

Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa do Amazonas, na abertura da 3ª Sessão ordinária da 11ª legislatura, pelo Exmo. SNR. Dr. Turiano Chaves Meira, Governador do Estado do Amazonas, em 14 de julho de 1924.

Mensagem de Ephigenio Ferreira Salles, em 1928.

Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa pelo Exmo. Snr. Antônio Monteiro de Souza, presidente da Assembleia em exercício do Presidente do Estado, por ocasião da abertura da 2ª reunião na 13ª legislatura, em 14 de julho de 1927.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Amazonas, pelo Presidente Dorval Pires Porto, ao instalar-se a 2ª Sessão da 14ª Legislatura, em 1930.

### **Periódicos**

Jornal Correio do Norte

Jornal do Commercio

Jornal Commercio do Amazonas

Jornal Quo Vadis

Jornal O Paiz

Revista Amazonas Médico

Revista de História

### **Relatórios**

Relatório apresentado ao Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro, 1893.

Relatório de instrução pública, 1898/1899.

Relatório da Santa Casa de Misericórdia, apresentado à Assembleia Geral Administrativa, em 1909.

Relatório intitulado 'Quaes os melhores meios de assistência aos alienados'. Apresentado pelo Dr. Juliano Moreira, no 4º Congresso Médico Latino Americano, em 1909.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGASSIZ, Louis. AGASSIZ, Elizabeth. Viagem ao Brasil: 1865 – 1866. Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. Diário do Hospício: o cemitério dos vivos. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.
- BARRAL, Gislene. Vozes da loucura. Estudos de Literatura Contemporânea, nº 12. Brasília, 2011.
- BLOCH, Marc. Apologia da História, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo. Os Bestializados: o Rio de Janeiro que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Bravo Matutino (imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo). São Paulo: Alfa Ômega, 1980.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. São Paulo: Difel, 1990.
- COELHO, Geraldo Mártires. No coração do povo: o Monumento à República em Belém (1891-1897). Belém: Paka-Tatu, 2002.
- COOLING, Ana Maria. Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história. Mato Grosso do Sul: Ed. UFGD, 2014.
- COSTA, Deusa. Quando viver ameaça a ordem pública – Trabalhadores de Manaus (1890-1915). Manaus: Valer e FAPEAM, 2014.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. O Espelho do mundo: Juquery, a história de um Asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- DALGALARRONDO, Paulo. As primeiras revistas psiquiátricas no Brasil e no mundo. Revista Brasileira de Psiquiatria, vol. 21, n. 4, São Paulo/dez. 1999.
- DIAS, Edineia Mascarenhas. A ilusão do Fausto. Manaus: Ed. Valer, 1999.
- ENGEL, Magali Gouveia. Psiquiatria e feminilidade. In: Mary Del Priore (org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. Os Delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

\_\_\_\_\_. Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

FILHO, Lycurgo Santos. História da Medicina no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1947.

FOUCAULT, Michel. História da Loucura: na Idade Clássica. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2012.

\_\_\_\_\_. *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GALVÃO, Manoel Dias. História da Medicina em Manaus. Manaus: Valer, 2003.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Enciclopédia delle scienze filosofiche*. 1830.

KEHL, Maria Rita. A Inteligência da Mulher. O Jornal. 30/06/1920. Caixa 07, livro 01. Acervo Renato Kehl – DAD – COC/Fiocruz.

LAGE, Mônica Maria Lopes. Mulher e Seringal: um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas (1880-1920). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Manaus, AM. 2010.

LIRA, Bárbara Rebeka Gomes de. A Difícil Vida Fácil: O mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus (1890-1925). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Manaus, AM. 2014.

LOBO, Lilia Ferreira. Os infames da História: Pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LOPES, Gustavo Acioli. A Cruzada Modernizante e os infiéis no Recife, 1922-1926 Higienismo, vadiagem e repressão policial. Dissertação apresentada à Universidade Federal do Pernambuco, 2003.

MACHADO, Assis de. O Alienista. São Paulo: Ática, 1991.

MACHADO, Roberto. et al. Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

MENEZES, Lená Medeiros. Os indesejáveis: desclassificados da modernidade, protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

MORGA, Antônio. Nos subúrbios dos desejos: Masculinidade em Nossa Senhora do Desterro no século XIX. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MONIZ, Egas. A Vida Sexual – Fisiologia e Patologia. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1916.

MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX”. Revista Estudos Feministas. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n. 1, 2003.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. Apresentação à “Insânia loquaz” (Jobim, 1831) e “Reflexões sobre o trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro” (Sigaud, 1835). Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. São Paulo: vol. 8, 3º ed. 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

PESSOTTI, Isaias. O Século dos Manicômios. São Paulo: Ed. 34, 1996.

PETER, Jean Paul. *Les Médecins et les femmes*. In.: ARON, J. P (Org.). *Misérable et Glorieuse: la femme du XIX siècle*. Paris: Fayard, 1981.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1889-1925). Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

\_\_\_\_\_. Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). Manaus: Edua, 2015.

\_\_\_\_\_. Imprensa e Cultura Letrada no Amazonas. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

PINHO, Rachel Tegon. Cidade e Loucura. Cuiabá: EduUFMT, 2007.

PERROT, Michele. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

PORTOCARRERO, Vera. Arquivos da Loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

PORTO-CARRERO, Júlio Pires. Psicanálise de uma civilização. Rio de Janeiro: Editora Guanabara: Waissman Koogan Ltda. 1930.



RODRIGUES, Raimundo Nina. Os mestiços brasileiros. In: As coletividades anormais. Organização, prefácio e notas de Artur Ramos, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

ROTTERDÃO, Erasmo de. Elogio da Loucura. São Paulo: Atena, 2002.

SETTE, Mário. Arruar – história pitoresca do Recife antigo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1948.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir. Artigo apresentando no I Vestígios do Passado, a história e suas fontes. IX. Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul. 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. A História da Imprensa no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Leno José Barata. Cultura impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário. Tempos Históricos. Volume 14. 2º semestre de 2010.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. A medicalização do Corpo Feminino. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

WADI. Yonissa Marmit. Palácio para Guardar doídos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRG, 2002.

WALLACE Alfred Russel. Viagens pelos rios Amazonas e Negro. Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira. Neurastenia. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17, supl. 2, dez. 2010.

## SOBRE A AUTORA



### **Lidiane Álvares Mendes**

Natural de Dom Aquino/MT é Licenciada em História, tem pós-graduanda *latu sensu* em Formação Histórica das políticas públicas e sociais no Brasil (UNIVAG/MT) e é mestra em História Social (UFAM/AM), atua como docente na rede pública e privada de ensino em Cuiabá/MT. Tem artigos publicados nas áreas de História com ênfase nas práticas e representações sociais dos espaços públicos e privados, loucura, prisão e mulheres. E-mail de contato: [lidianemendes2@hotmail.com](mailto:lidianemendes2@hotmail.com).

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

abstinência sexual 118, 121

AGASSIZ 140

Amazonas 9, 11, 12, 19, 22, 24, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 60, 68, 69, 72, 73, 79, 80, 81, 82, 87, 93, 94, 95, 97, 99, 134, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143

### B

BARRAL 130, 140

BARRETO 128, 140

Belle Époque 11, 16, 27

BLOCH 140

### C

Chácara O Pensador 36, 42, 44, 45, 46, 115

COELHO 32, 140

Colônia de Alienados 20, 27, 32, 41, 42, 43, 49, 62, 63, 108, 115

corpo feminino 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 119, 120, 127, 135, 140

CUNHA 32, 134, 140

### D

DIAS 36, 57, 140

doença mental 54, 55, 59, 66, 89, 90, 106, 122

Dom João 74, 76, 84

### E

ENGEL 106, 140

espaço público 16, 17, 18, 26, 27, 29, 32, 47, 48, 52, 56, 57, 62, 83, 91, 94, 117

### F

fisiologia feminina 20, 102, 104, 106, 118, 132

FOUCAULT 26, 33, 51, 56, 119, 122, 129, 135, 141

### G

GALVÃO 59, 60, 137, 141

### H

hospício 33, 36, 38, 40, 52, 54, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 97, 98, 99, 110, 113, 114, 115, 119, 128

### I

imprensa 19, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 89, 90, 96, 100, 140, 142

indígenas 22, 67, 72

### J

Jornal do Commercio 93, 95, 113, 114, 124, 125, 139

### L

LIRA 25, 141

Lisboa 28, 52, 142

LOPES 30, 141

loucura feminina 58, 116, 118, 121

loucura na literatura 20, 127, 132

### M

MACHADO 48, 64, 141

Manaós 11, 12, 15, 16, 19, 22, 33, 35, 48, 72, 93, 111, 112, 113, 136

Manaus 11, 12, 15, 16, 18, 24, 25, 27, 29, 31, 32, 33, 36, 39, 41, 42, 44, 47, 49, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 68, 72, 73, 79, 82, 83, 87, 91, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 108, 110, 111, 113, 114, 116, 124, 125, 133, 134, 137, 140, 141, 142

MARTINS 103, 122, 141



# SUMÁRIO

Medicina Legal 88, 89, 92  
medicina social 48, 54, 63, 106, 141

## O

ODA 142

## P

PESAVENTO 33, 142  
PINHEIRO 27, 142  
portugueses 22, 74, 76  
processo de urbanização 29, 61

## R

Recife 16, 31, 76, 89, 141, 143  
reurbanização 16, 18, 26, 27, 31, 44, 49,  
56, 90, 91, 92  
revistas 28, 73, 85, 87, 88, 104, 117, 140  
Rio de Janeiro 16, 25, 26, 30, 31, 64, 75,  
78, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 113, 115,  
116, 117, 123, 128, 132, 133, 140, 141,  
142, 143  
Rio Negro 22, 23, 34

RODRIGUES 67, 143

## S

SETTE 31, 143

## T

Terra Brasilis 18, 22, 64, 66

## U

urbe 18, 21, 23, 28, 32, 34, 48, 57, 61, 62,  
118

## V

Velho Mundo 15, 26, 30, 66, 74, 77  
VIEIRA 109, 143

## W

WADI 54, 143  
WALLACE 23, 143

## Z

ZORZANELLI 123, 143

WWW.pimentacultural.COM

# NA ESTEIRA DA LONJURA

Colônia de Alienados  
Eduardo Ribeiro,  
Manaus, AM  
• 1894-1930 •